

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
CAMPUS SÃO BERNARDO

TEONILSON DA SILVA MORENO

**FÓRUMS E REDES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA DO
MARANHÃO: dinâmicas de luta e formas de ação política**

São Bernardo - MA

2017

TEONILSON DA SILVA MORENO

**FÓRUNS E REDES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA DO
MARANHÃO: dinâmicas de luta e formas de ação política**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Pereira Lima

São Bernardo - MA

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Moreno, Teonilson da Silva.

FÓRUNS E REDES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA DO
MARANHÃO : dinâmicas de luta e formas de ação política /
Teonilson da Silva Moreno. - 2017.

115 p.

Orientador(a): Dr. Thiago Pereira Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, UFMA Campus
de São Bernardo-MA, 2017.

1. Fóruns e Redes da Defesa dos Direitos da Cidadania
do Maranhão. 2. Movimentos sociais. 3. Processo
organizativo. I. Lima, Dr. Thiago Pereira. II. Título.

TEONILSON DA SILVA MORENO

**FÓRUMS E REDES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA DO
MARANHÃO: dinâmicas de luta e formas de ação política**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Ciências Humanas - Sociologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Pereira Lima (Orientador)
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro Matos Junior
(1º Examinador)
Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof^a. Dra. Amanda Gomes Pereira (2º Examinador)
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

À minha família.

Aos meus professores.

Ao assessor jurídico dos Fóruns e Redes Dr. Iriomar Teixeira.

Ao Relator de Direitos Humanos Juiz de Direito Dr. Jorge Moreno.

Aos companheiros dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão.

AGRADECIMENTOS

Nessa etapa de finalização da caminhada acadêmica gostaria de expor meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, o autor da vida.

À minha família, especialmente aos meus pais Maria Bernarda Ribeiro da Silva e João Gomes da Silva Moreno.

À minha namorada Fernanda Costa Silva pelo apoio e carinho.

Ao meu orientador Thiago Pereira Lima pela orientação, paciência, direcionamento e críticas que me ajudaram no decorrer de todo o trabalho.

À minha companheira Nívia Maria Rocha Dutra pelas observações e contribuições na pesquisa.

Aos professores Dr. Clodomir Cordeiro e Dra. Amanda Gomes pela disponibilidade de participar da mesa examinadora.

À todos os professores que de forma direta ou indiretamente fizeram parte de minha vida ao longo destes quatro anos de jornada acadêmica.

Aos meus amigos da turma 2011 pela troca de experiência e pela amizade.

Aos companheiros do movimento Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão, de forma especial, ao relator de Direitos Humanos do movimento o Juiz de Direito aposentado Jorge Moreno e ao advogado e militante Dr. Iriomar Teixeira.

Agradeço aos meus amigos e amigas de estradas cotidianas que sempre compreenderam e respeitaram o momento vivido.

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, subprojeto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas do Campus de São Bernardo – UFMA pela oportunidade de expandir e desenvolver meus conhecimentos.

Agradeço pela oportunidade de ter participado do Centro Acadêmico (CA) como presidente, um dos pontapés iniciais na minha história de luta.

Fulanos dizem que a história chegou
ao fim

Já beltranos, mudando de lado,
mandam nos conformar
porque é o máximo que vamos
alcançar.

Sicranos, por seus coturnos, dizem:
é daí para pior.

E eu, eterno sonhador,
vou pela estrada, entoando o meu
canto,

forjando o meu destino, abrindo o
infinito

sabendo no meu coração, terra que
nenhuma tirania habita,

que um novo mundo é possível
basta lutar, sem perder a ternura,
jamais!

Jorge Moreno

RESUMO

Este trabalho monográfico tem como objetivo analisar o processo organizativo e as dinâmicas de luta do movimento social Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania que atua no Estado do Maranhão. A metodologia empregada na pesquisa teve como escopo a pesquisa bibliográfica, a análise documental, as entrevistas gravadas e questionários semiestruturados com dez militantes do movimento. A perspectiva teórica utilizada está fundamentada na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, na qual dialoguei com autores como Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer – Warren, Ademar Bogo e Boaventura Sousa Santos. Dessa maneira, ao fazer um balanço das lutas do Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania, percebi que o movimento apresenta uma identidade própria de luta, com a construção de uma agenda política localizada, que leva em consideração a realidade dos municípios maranhenses e a luta pelos direitos humanos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Processo organizativo. Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão.

ABSTRACT

This monographic work has as objective to analyze the organizational process and the dynamics of struggle of the social movement Forums and Networks of Defense of the Citizenship Rights that operates in the State of Maranhão. The methodology used in the research was the bibliographical research, the documentary analysis, the recorded interviews and semi-structured questionnaires with ten members of the movement. The theoretical perspective used is based on Theory of New Social Movements, in which I spoke with authors such as Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer - Warren, Ademar Bogo and Boaventura Sousa Santos. In this way, in taking stock of the struggle struggles of the Forums and Networks for the Defense of Citizens' Rights, I realized that the movement has its own struggle identity, with the construction of a localized political agenda that takes into account the reality of the municipalities of Maranhão and the struggle for human rights.

Key words: Social movements. Organizational process. Forums and networks of the Defense of the Rights of Citizenship of Maranhão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Pesquisador em/no movimento.....	13
1.2	O percurso teórico-metodológico.....	19
2	OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: novos sujeitos políticos em/no movimento.....	24
2.1	A teoria dos novos movimentos sociais no âmbito do pensamento Sociológico.....	28
2.2	Movimentos sociais e construção da cidadania: a constituição, trajetória e novas dinâmicas de luta dos novos movimentos sociais no Brasil.....	37
3	FÓRUNS E REDES DE DEFESA DA CIDADANIA NO ESTADO DO MARANHÃO: história, concepções e dinâmicas de luta.....	44
3.1	Narrativas de lutas e experiências dos/das Militantes dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão.....	61
3.2	Os novos processos organizativos e as articulações políticas com outros movimentos na construção das estratégias de luta.....	67
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	82
	APÊNDICES.....	96
	ANEXOS.....	101

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia é fruto de uma longa caminhada que começou em 2011 na Universidade Federal do Maranhão – UFMA e se estendeu pelo Estado do Maranhão em cinco anos de inserção no movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*.

No Campus da UFMA na cidade de São Bernardo- MA aconteceu a minha primeira inspiração no curso de Ciências Humanas/Sociologia especificamente na greve de 2012 quando era presidente do Centro Acadêmico – C.A e junto aos demais universitários empreendemos uma luta pela melhoria da qualidade dos cursos, da estrutura física e pedagógica. A segunda partiu da experiência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência- PIBI¹, que é um subprojeto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Campus de São Bernardo). E a terceira e maior das inspirações veio do Movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*, quando estimulado pelo Juiz de Direito aposentado Luís Jorge Silva Moreno² passei a participar de diversas discussões sobre os movimentos sociais no Maranhão e no Brasil.

Não demorei a perceber que os movimentos sociais são fontes de construção de conceitos como cidadania, direitos civis, políticos e sociais. Os movimentos sociais são espaços para a compreensão do papel do indivíduo na sociedade, bem como, são espaços para formação e construção da identidade de sujeitos políticos.

O historiador Murilo de Carvalho, através de sua obra: *Cidadania no Brasil, o longo caminho* destaca a definição de cidadania de T. A. Marshall³ e afirma

¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). É uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. (<http://portal.mec.gov.br/pibid>)

² Juiz Luís Jorge Silva Moreno Juiz de Direito aposentado compulsória imposta pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). Relator de Direitos Humanos dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Estado do Maranhão. Em 2006, recebeu o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos por, dentre outras iniciativas, ter levado o município de Santa Quitéria- MA a zerar o sub-registro de nascimento.

³ Thomas Humprey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente por seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class* ("Cidadania e Classe Social"),

que a cidadania plena é aquela onde o cidadão é titular de três direitos: os civis, os políticos e os sociais.

Os direitos civis são: a liberdade, a propriedade, a igualdade perante a lei, fundamentais para a vida, e não dependem de direitos políticos; esses, por sua vez, são referentes a real participação no governo da sociedade, questão que geralmente se reflete no voto do cidadão; já os direitos sociais que também são independentes dos outros, garantem os direitos: a educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde à aposentadoria entre outros.

A importância desse trabalho parte do pressuposto e do conceito histórico da cidadania⁴, levando em consideração a realidade maranhense e a história brasileira. Carvalho (2004) analisa a direção da cidadania em nosso país e mostra que a lógica evolutiva social de Marshall fora invertida no Brasil num recorte de cerca de 180 anos ao apresentar as razões que impediram a concretização de forma plena dos direitos do cidadão brasileiro.

O trabalho do autor revela que desde colonialismo até os dias atuais, os direitos alcançados pelos cidadãos brasileiros eram sempre parte de um todo. Não houve momento em que todos os cidadãos tivessem seus direitos respeitados de fato. Carvalho nos aponta os limites dos direitos ao mostrar que no Brasil os direitos políticos sempre atropelaram os demais direitos (CARVALHO, 2004, p. 10).

A cidadania no Brasil foi reduzida ao direito de votar, menosprezando a importância da conscientização da participação ativa na vida política desenvolvendo a criticidade e não fugindo dos desafios que sempre surgem no espaço público. A construção da cidadania é um exercício que torna todos/todas livres e conscientes para participarem das decisões políticas que os afetam diretamente nos seus direitos e deveres.

Foi através do *Movimento Social Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* que despertei do sono dogmático em que dormia sem consciência social e de classe. Foi com as formações e no movimento de inserção

publicado em 1950, a partir de uma conferência proferida no ano anterior. Analisou o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se é dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social.

⁴ Ser cidadão é ser reconhecido como membro de uma comunidade política. Essa condição confere direitos (civis, políticos, sociais, e deveres (fiscais, militares) e oferece a possibilidade de participação cívica nas questões do Estado. (Dicionário de Ciências Humanas, 2010, p.70).

que desvelei a realidade opressora na qual cresci e continuo inserido. E que aqui se tomou meu objeto de estudo.

No movimento social em questão, fiz uma incursão mais profunda na realidade social. Na academia houve também momentos marcantes que ajudaram-me a despertar e formar uma consciência crítica. Como exemplo o projeto PIBID quando trabalhamos a temática *Cidadania no Brasil*, em que realizei uma pesquisa que levou a uma investigação mais profunda sobre esse tema tão atual nos debates sociais, acadêmicos e notadamente, no ambiente escolar como um todo, e que, portanto, me permitiu compreender de forma mais ampla, os direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

A ideia de cidadania, muitas vezes, é confundida com a simples concepção de que todos os sujeitos em um Estado Democrático são cidadãos, sem que se tenha um real entendimento do que sejam os direitos garantidos (Saúde, educação, aposentadoria etc.) bem como proteção especial contra ações violentas de terceiros e do próprio Estado. Ou seja, não se pode pensar em sociedades democráticas sem pensar em exercício da cidadania. Por sua vez, o exercício da cidadania só é possível numa sociedade democrática que garanta de forma efetiva o conjunto de direitos.

A história tem mostrado que o exercício da cidadania no Brasil, apesar da garantia prevista em lei, sempre careceu de lutas de grupos organizados para cobrar seu cumprimento. Assim, foram surgindo muitos movimentos sociais em todo o território brasileiro.

Meu interesse nessa investigação resulta da necessidade de compreensão crítica e explicação da violação de direitos banalizada em minha realidade. Bem como, o desvelamento do conceito de cidadania no Brasil e da importância de se conhecer mais a fundo a luta por direitos através de teorias e autores que irão tratar do contexto histórico, a trajetória dos movimentos sociais. É nesse sentido, pesquiso o movimento social chamado *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*, para finalmente, expor a efetivação da luta e conquista social desse conjunto de direitos, civis, sociais e políticos garantidos em lei.

1.1 Pesquisador em/no movimento

Segundo Benevides (1997) a construção de uma sociedade democrática resulta de uma educação para a cidadania, calcada em valores republicanos e democráticos, os quais implicam no exercício da capacidade de diálogo acima do uso da força; do incentivo aos processos de inclusão acima dos mecanismos de exclusão; da aprendizagem da gestão/poder pela direção em contraposição ao exercício da repressão e da dominação; do respeito aos direitos fundamentais e do exercício dos deveres correspondentes; do respeito à vontade coletiva em oposição aos privilégios, e da superação da cultura excludente que se gerou na formação cultural do povo brasileiro.

Cidadãos conscientes geram uma sociedade justa, fraterna e inteirada de seus direitos e deveres. “Se a educação pode ser responsável por forjar consciências e moldá-las conforme conveniências políticas, também, a educação passa a ser responsável politicamente pelos resultados que se tem na articulação da vida social”. (BITTAR, 2010, p.314).

Nesse sentido, podemos enfatizar que a formação da consciência crítica do indivíduo necessariamente perpassa o exercício da cidadania, que também não é uma tarefa tão fácil no contexto social em que vivemos, já que a educação não cumpre o seu papel. Emir Sader afirma que:

(...) educar é um ato de formação da consciência - com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão. Nesse sentido, o processo educacional é muito mais amplo do que a chamada educação formal, que se dá no âmbito dos espaços escolares. (SADER, 2010, p.80).

Libâneo nos ajuda a aprofundar essa reflexão quando evidencia que a prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade, notadamente quando o sujeito conhece seus direitos e exerce sua cidadania (LIBÂNEO, 1994, p. 17). E não há dúvida que aqui está o motivo da “educação” não cumprir seu papel como Sader conceituou acima.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil, que atualmente tem 29 anos de existência, afirma que as nossas instituições devem proporcionar

para todos, uma vivencia democrática, como maneira de colaborar de forma decidida para o enraizamento em todos os espaços sociais, principalmente os públicos, já que um dos princípios do estado democrático de direito é o exercício da cidadania, como Carvalho aponta:

(...) Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem os direitos à educação ao trabalho, ao salário justo, à saúde à aposentadoria (CARVALHO, 2004, p.10).

Mais uma vez deve-se destacar a disparidade entre a lei e seu cumprimento. Já que não é isso o que se percebe nos municípios e estados brasileiros, em especial não foi isso o que vivenciei em minha infância e juventude em meu município e estado.

Em São Bernardo, onde nasci e cresci, vivemos, por mais de 40 anos, marcados pela perseguição da família Almeida⁵ que dominava a política nos moldes do coronelismo, tornando as pessoas incapazes de se posicionar contra a forma de fazer política na qual relacionava poder econômico com poder político.

Na experiência com o PIBID iniciada em abril de 2014 nas escolas públicas Instituto Educacional “Cônego Nestor de Carvalho Cunha” e Nilza Coelho Lima, localizadas em São Bernardo- MA, utilizamos uma metodologia até então não usada nessas e nas demais escolas, o que permitiu que outro rosto de educação fosse desenhado na cidade. O projeto se dava em momentos distintos, um deles era as *Rodas de conversas* que nos propocionaram participar de atividades contínuas de leituras e debates de textos acadêmicos sobre a temática do subprojeto com a presença dos bolsistas, supervisores e coordenadores. Como resultado das rodas de conversas, decidimos trabalhar o livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho* de José Murilo de Carvalho, tendo como público alvo os/as alunos/as da rede pública do (8º e 9º) anos e que culminou no projeto desenvolvido “Vereador por um dia”⁶.

⁵ Coriolano Coelho de Almeida, nascido em 24/12/1939. Entrou na política em São Bernardo no ano 1973, tendo passado 44 anos a frente do município como líder político, perdeu o poder político nas eleições em 2016.

⁶ Objetivo do projeto oportunizou desenvolver uma sessão simbólica entre os alunos da Escola Nilza Coelho Lima, elegendo (onze) vereadores (alunos), onde foram apresentados projetos que resultem em transformação da realidade social do Município. Projeto este elaboradora com a ajuda dos Bolsistas do Subprojeto PIBID de Ciências Humanas, da UFMA campus de São Bernardo/MA. Dos onze alunos selecionados os bolsistas foram escolhidos para acompanhar o trabalho do vereador (a) até a sua apresentação na Sessão especial simbólica que Câmara Municipal de São Bernardo.

Vários adolescentes seguindo a temática “Ética e pluralidade cultura, escola, docência e cidadania” defenderam na Câmara Municipal de São Bernardo projetos para a cidade, orientados pelos alunos bolsistas do projeto.

As Rodas de Conversas nas escolas foram resultados de um trabalho que objetivou refletir sobre a educação e a cidadania no Brasil, e com isso, despertar um olhar crítico dos alunos sobre o conceito de cidadania. O projeto colocou em foco o próprio município de São Bernardo- MA e o exercício de cidadania dos próprios alunos/as enquanto cidadãos/as com direitos e deveres.

No decorrer da Roda de Conversa percebeu-se um distanciamento muito grande dos/as alunos/as do (8º e 9º ano) das escolas do município inseridas no PIBID sobre o conceito de cidadania. Nesse sentido, mostramos a importância da formação discente para educação básica não só no que diz respeito ao conhecimento transmitido pelo docente, mas também pela construção de conhecimento por parte dos discentes, sua história, a forma de pensar e sobre seu papel de estudante e principalmente sua noção do conceito de cidadania e seu papel na sociedade. Além disso, fizemos um breve relato sobre a história da conquista dos direitos básicos, o civil, o político e a importância de conhecermos para exercitarmos a cidadania no nosso contexto social.

Além de mover para os alunos o contexto histórico da formação da cidadania no Brasil, foi possível apresentar a Constituição de 1988, símbolo da redemocratização brasileira que foi responsável pela ampliação do rol de direitos, não só civis, políticos, sociais, como também dos chamados outros direitos de terceira geração: meio ambiente e qualidade de vida entre outros. Enfim, todos os alunos compreenderam esse contexto histórico e compararam os direitos garantidos por lei, e como esses direitos são efetivados ou não no município de São Bernardo (SANTOS, 2011, p. 24).

A contar dessa experiência, senti a necessidade de me posicionar criticamente e cobrar por direitos sociais. A começar por fazer cobranças ao Poder Público Municipal junto com outros/as militantes, através de denúncias contra as violações dos direitos básicos dos/as cidadãos/as, como crianças sendo transportadas por veículos em péssimas condições; a não garantia da alimentação escolar regular e de qualidade e a garantia dos 200 (duzentos) dias letivos nas escolas pelo que se estabelece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB; servidores públicos com mais de 35 de anos de serviços prestado sem direito

a aposentadoria, pois o município não repassava a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS entre outras demandas.

Em 2012 comecei a participar do movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania no Maranhão* que desenvolve um trabalho de organização popular pela garantia dos Direitos Humanos⁷ nas comunidades e sede do município. O movimento nos deu relevante apoio e as cobranças de antes viraram denúncias protocoladas no Ministério Público Estadual da Comarca de São Bernardo -MA e manifestações nas ruas da cidade e da capital do Estado. Na primeira manifestação no município compareceram aproximadamente 30 pessoas.

A luta contra a negação de direitos em São Bernardo ganhou visibilidade com a atuação do movimento *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* que fez de nossa luta isolada uma luta coletiva, inserida numa pauta estadual. Passando a seguir a uma metodologia de construção coletiva, percebemos a força do movimento de rua e da pressão popular.

Um exemplo da pressão popular foi o que aconteceu no mês de junho de 2013 com os protestos conhecidos como: “Manifestações dos 20 centavos” que ocorreram em todo o Brasil para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público. Sabe-se também que o Movimento Passe Livre-MPL⁸ teve atuação decisiva na ativação/convocação dos atos de protesto nas ruas em Junho. Os jovens, por meios das redes sociais convocavam online os atos públicos. Paralelamente, foram acontecendo várias manifestações aos protestos de junho de 2013, tais como: Marchas das Vadias; Marcha da Maconha; greves; ocupações em Universidades; mobilizações de populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo; Marcha da Família com Deus; Paradas Livres/ Gays; atos contra a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 47; entre outras. Isso nos permite concluir que um movimento social é fruto de uma construção coletiva e tem grande potencial de transformação social. Melucci ratifica essa ideia ao afirmar que:

⁷ O registro de nascimento dos direitos humanos nos poderia trazer a data da Petição dos Direitos, assinada na Grã- Bretanha em 1628, que afirma os direitos tradicionais do povo inglês (liberdade, política individual) e de seus representantes (respeito do direito do Parlamento). Outro ato fundador é o Habeas Corpus Act, de 1679, que protege o indivíduo contra a arbitrariedade das prisões. Somente mais tarde, com o advento das luzes, eles tomam a forma de declarações: em 1776 é promulgada a Declaração de Independência dos Estados Unidos (que garante a liberdade dos indivíduos); em 1789, na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que enuncia os “direitos naturais e imprescritíveis”: liberdade, prosperidade, igualdade perante a lei. Depois da segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos do Homem é votada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (10 de dezembro de 1948). (Dicionário de Ciências Humanas, 2010, p.141,142).

⁸ O MPL foi oficialmente criado em 2005 em Porto Alegre, durante o FSM - Fórum Social Mundial.

Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente (MELUCCI, 1996, p. 1).

A análise feita por Melucci de que os movimentos sociais contemporâneos resultam dessa lógica, comprova a grande explosão no país em Junho de 2013, bem como outras manifestações de massas e protestos no início do século XXI.

As experiências acumuladas no espaço acadêmico e no movimento social me possibilitaram a formação de uma consciência crítica com capacidade de formação e reformulação dos juízos de valores diante dos cenários cultural, político, econômico e social. Por fim, também me permitiu a reestruturação de minha posição política. Pois, se antes desse processo formador, a minha concepção política era de que: “qualquer político é ladrão, mesmo porque a política em si é suja” e desconsiderava por completo meu papel de cidadão da pólis⁹. Hoje como Carvalho, (2013, p. 21) diz, reconheço a grande importância da política em seu papel transformador que promove o empoderamento e a emancipação dos indivíduos para defender os interesses da coletividade.

Os Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania no Maranhão fez uma leitura antecipada do que ocorreria no Brasil em 2013. Em Janeiro de 2012 no povoado Cassó – município de Primeira Cruz, na ocasião do 2º ano de curso de formação de militantes sociais, o Juiz de Direito Jorge Moreno destacou em sua análise de conjuntura que a qualquer momento haveria manifestações populares em todo o país.

Outra reflexão feita no curso foi a necessidade de um novo projeto político para o Estado do Maranhão, já que em anos eleitorais a preocupação dos cidadãos se resume na troca de representantes, enquanto o projeto segue opressivo e excludente.

O movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* entra na disputa eleitoral com um novo projeto político, dessa vez, feito com a participação popular. E no ano de 2016 esse projeto ganhou forma e os militantes entraram para a disputa eleitoral pelo Partido Socialismo e Liberdade- PSOL. E pela primeira vez na história política de São Bernardo e de vários outros municípios

⁹ Polis, cidade em grego.

maranhenses, um grupo surgiu através de um movimento social, no caso, os Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania, contrapondo-se às forças e ao modelo político dominante que comandou o município por mais de 40 anos. Eu saí como candidato à Prefeito e os companheiros/as como vereadores.

O projeto defendido pelos candidatos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do município de São Bernardo - MA fora construído no I e II Congresso de Políticas Públicas em São Bernardo, nos anos de 2015 e 2016, evento coordenado pelos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* que contou com a participação de mais de 150 (cento e cinquenta) delegados/delegadas de várias comunidades do município, envolvendo Agricultores e Agricultoras, Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Pescadores e Pescadoras, Funcionários Públicos, Profissionais Autônomos, Juventude, Estudantes e Idosos.

Um novo rosto de política em 2016 foi desenhado em no município e em todo o estado do Maranhão onde há núcleos dos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* com a construção de um novo projeto político feito com a participação popular com objetivos como o da construção de uma sociedade incluyente e com cidadãos/as participantes. Esses projetos foram resultados da realização de várias reuniões, palestras, debates e congressos municipais de políticas públicas com a população de São Bernardo e demais cidades maranhenses. Essas propostas e ações governamentais pensadas pelo povo e de acordo com a necessidade real das cidades se tornaram os Planos de Governo do PSOL defendidos por candidatos/as populares.

1.2 O percurso teórico-metodológico

A metodologia de pesquisa utilizada nesta análise é a revisão bibliográfica com análise documental e trabalho de campo, entrevistas gravadas, questionários e relatos de experiências. A pesquisa tem enquanto objetivo geral, fazer um resgate da construção do Movimento social *Fóruns e Redes de Defesa da Cidadania do Maranhão*, sua forma de organização e sua perspectiva de luta por direitos neste Estado. Para análise desta pesquisa destaco a importante contribuição do Relator de Direitos Humanos dos Fóruns e Redes, o Juiz de Direito aposentado Jorge Moreno pelo incentivo e formação ao longo desses 5 anos sobre o exercício da cidadania no

estado do Maranhão, bem como, ao meu orientador Thiago Lima que contribuiu com os recortes das teorias.

Nesta análise sou sujeito e objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que me desdubro em estudos do movimento social do qual faço parte, proponho um debate com a realidade em que estou inserido, ao mesmo tempo em que uso teóricos/as e que me permitem dialogar com o meu universo empírico e analisar a trajetória histórica, o perfil dos/das militantes e a organização das luta pela conquista e efetivação dos direitos civis, sociais e políticos.

Na segunda Seção apresento um balanço da teoria dos movimentos sociais, em especial das teorias dos novos movimentos sociais, a partir das seguintes questões: Quais conceitos os novos movimentos usam? E quais as principais teorias sobre os movimentos tanto na América Latina como no Brasil? Em seguida faço um recorte da teoria sobre os novos movimentos sociais tendo como principais autores Maria Gloria Gohn (2011) Ademar Bogo (2012) e Boaventura de Sousa Santos (1997) que destacam o caráter emancipatório, o contexto histórico das emergências e as construções das agendas de lutas. Por fim, faço uma análise da investigação dos novos movimentos em redes e fóruns investigado pela autora Ilse Scherer - Warren(2012), que traz esse novo formato na dinâmica de luta das multiplicidades de movimentos sociais.

De acordo com Bogo (2003):

“os movimentos sociais emergem da própria sociedade, como arma dos fracos para defender-se da opressão dos mais fortes. Lutam pela conquista de seus espaços orientados pelo farol da utopia. Dessa forma, surge a teoria da organização, baseada nas necessidades presentes, pautadas nas experiências passadas, pelo conhecimento histórico acumulado e conduzido pelos objetivos que se queira alcançar no futuro”.

O processo de construção da cidadania enquanto reconhecimento firmado de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas como um todo. Seja da construção de novas formas de relação, que inclui tanto a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, como também, um aprendizado de convivência com esses cidadãos (DAGNINO, 1994, p.109).

Na terceira e última seção faço um resgate da constituição histórica do movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do*

Maranhão, a organização geral do movimento e sua forma de inserção política e social utilizando pesquisa de campo e etnográfica, registros fotográficos, questionários e entrevistas gravadas¹⁰.

Entre os militantes e as militantes sociais entrevistados/as contamos com 07 homens e 03 mulheres e a faixa etária variada. São investigados, entre as lideranças 06 professores, 01 Juiz de Direito aposentado, 01 advogado, 01 enfermeiro e 01 agente comunitário de saúde.

A começar com entrevistas feitas com o Iriomar Teixeira de Lima, 36 anos, Bacharel em Direito, residente em São Mateus- MA, Advogado militante e Assessor Jurídico de vários sindicatos de servidores públicos e de organizações camponesas, secretário geral do Partido Socialismo e Liberdade do Maranhão e também assessor jurídico dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão. Entrou no movimento social em 2006 quando ainda era estudante de direito, quando conheceu o Juiz de Direito Dr. Jorge Moreno, no período em que o juiz sofreu uma grande perseguição do poder judiciário do Maranhão¹¹.

Nívia Maria Rocha Dutra, 38 anos, graduada em Filosofia, professora da rede municipal de Santa Quitéria do Maranhão, natural de Arari- MA, atualmente faz parte da coordenação da Intersindical Nacional, é coordenadora Estadual dos Fóruns e Redes de Cidadania do Estado do Maranhão. Entrou no movimento social em 2007, na cidade de Arari, mas começou participando em 2006 das escolas de formação política na diocese de Coroatá em Miranda do Norte. Foi a primeira vez que teve contato com Jorge Moreno que era o assessor da escola.

Luís Jorge Silva Moreno, 50 anos, Bacharel em Direito, Juiz de direito aposentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, residente em São Luís- MA, relator de Direitos Humanos dos Fóruns e Redes de Cidadania do Estado do Maranhão, foi o fundador do movimento social em 2006, numa região do Maranhão envolvendo 24 municípios que limita com o Estado do Pará chamada região do Turi. Os Fóruns e Redes surgiu da articulação com missionários das

¹⁰ Essa pesquisa foi realizada com 10 membros do movimento social Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania no Maranhão, envolvendo dez municípios maranhenses: São Mateus, São Luís, Cantanhede, Arari, Itapecuru, Presidente Vargas, Vargem Grande, Belágua, Primeira Cruz e São Bernardo. Com dificuldades, principalmente financeira, foi percorrido mais ou menos 4 mil quilômetros para se conseguir dados, questionários e entrevistas.

¹¹ Jorge Moreno quando atuava nas comarcas como Juiz desenvolveu muitas atividades em prol dos direitos humanos principalmente nos municípios de Zé Doca e Santa Quitéria do Maranhão no ano de 2006 ganhou o prêmio nacional de direitos humanos por ser o primeiro município do país a erradicar o sub-registro de nascimento.

dioceses da igreja católica, quando foi convidado para ministrar o curso de formação em direitos humanos na região.

Também apliquei questionários semiestruturados com os/as demais militantes das diferentes regiões do Estado do Maranhão, pelo fato de serem lideranças municipais atuantes e já terem uma caminhada no movimento.

Francisca Maria Alves Costa, 48 anos, formada em Pedagogia, professora da rede municipal, residente no município de São Bernardo- MA, militante social e coordenadora Estadual dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão, entrou no movimento social em 2011, motivada pelo professor Francisco Rodrigues¹², e pelo advogado Iriomar Teixeira no primeiro contato do movimento no município. Durante esse período a militante vem participando das atividades do movimento, tanto a nível municipal, como estadual, participando de reuniões, congressos municipais, atos públicos, manifestações de rua entre outras atividades. Atualmente foi eleita presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bernardo- SINDERPM- SB e vem fazendo um trabalho de organização sindical.

Ianaldo Pimentel Ferreira, 44 anos, professor da rede municipal, formado em Matemática, residente em Cantanhede – MA, militante social e coordenador estadual dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão, entrou no movimento em 2007, quando participou do curso de formação em políticas públicas ministrado pelo Juiz de Direito Jorge Moreno, que estava atuando em várias paróquias da diocese de Coroatá. Na ocasião conheceu o trabalho do juiz e o convidou para dar uma formação de políticas pública no município de Cantanhede, assim começou sua participação.

José Atailson Pereira dos Santos, 53 anos, professor da rede estadual, graduado em Filosofia, residente em Presidente Vargas- MA, militante social dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão; entrou no movimento no ano de 2006, quando o movimento começou a ser estruturado nos anos de 2006 – 2007 a partir de duas experiências de cursos de formação de “Fé e Política” oferecidas pela Igreja Católica na Diocese de Zé Doca. Como atividade de uma etapa do curso, estruturou- se nos municípios os Fóruns e Redes de cidadania,

¹² Francisco da Silva Rodrigues, 34 anos, graduado em língua portuguesa, professor da rede municipal de São Bernardo e militante social dos Fóruns e Redes de Cidadania do Maranhão e atual tesoureiro do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bernardo- MA.

e na diocese de Coroatá, no curso de formação, ministrado pelo juiz de direito Jorge Moreno.

Vadilson Costa da Conceição, 38 anos, agente comunitário de saúde, ensino médio completo, residente no povoado Cassó, município de Primeira Cruz-MA, presidente da associação e conselho ambiental do povoado Cassó e militante social dos Fóruns e Redes de Cidadania do Estado do Maranhão. Entrou no movimento em 2014 quando foi convidado para participar do curso de formação de militantes sociais, sob coordenação do Juiz de direito Jorge Moreno, no povoado Cassó- Primeira Cruz –MA, onde passou a realizar as atividades e as pautas de luta do movimento.

Márcia Natalina Silva Bezerra, 39 anos, professora da rede municipal, graduada em Psicopedagogia, residente em Vargem Grande – MA, militante social dos Fóruns e Redes da Cidadania do Estado do Maranhão; entrou no movimento no ano de 2007, quando foi convidada por militante do Partido dos Trabalhadores (PT) a participar da reunião do Movimento.

Marlon Barros Cardoso, 30 anos, Bacharel em Enfermagem, com especialização Enfermagem do trabalho e Educação Permanente em Saúde, residente em Itapecuru –MA, atualmente trabalha como enfermeiro no município de Pirapemas –MA é membro da pastoral social da igreja católica (Paróquia Itapecuru) e militante social dos Fóruns e Redes de Cidadania do Estado Maranhão; entrou no movimento em 2010, quando foi convidado pela militante social do movimento Kássia Nascimento¹³, para participar de uma atividade que o Movimento iria realizar em 2010 na cidade de Codó sobre o Tribunal Popular do Judiciário. A partir desse contato, começou articular as comunidades e as lideranças sindicais para a formação de um núcleo de cidadania do movimento social município.

Ivan Ferreira Sousa, 36 anos, professor da rede municipal, graduado em Geografia, residente no município de Belágua –MA, ex- presidente do Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Belágua, atualmente é militante social e coordenador Estadual do movimento Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Estado do Maranhão; entrou no movimento em 2009, quando ouviu uma palestra do Juiz de Direito Jorge Moreno no sindicato dos servidores, onde passou a realizar as atividades e as pautas de luta do movimento.

¹³Agente comunitário de saúde do município de Itapecuru – MA, militante social do movimento social Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão.

Espero que esse trabalho contribua no debate social e político, nos estudos acadêmicos das organizações de movimentos sociais clássicos e contemporâneos, que seja um campo de estudos para entidades que lutam por direitos humanos no país. Essa pesquisa é composta de perspectivas de análises sobre movimentos sociais, formas de atuações e dinâmicas de luta, atuações políticas no Estado do Maranhão, perfis de lideranças, construção da identidade pelos movimentos e formas de atuação, práticas e ações coletivas.

2 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: novos sujeitos políticos em/no movimento

A partir da década de 1970, os movimentos sociais no Brasil passaram a intensificar-se mobilizando-se e criando fortes movimentos organizados de resistência e oposição ao regime militar que então se encontrava em vigência, mantendo uma luta social e uma forte resistência, como afirma Scherer-Warren (2008): “o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal”. (2008, p. 09).

As organizações sociais se mantiveram forte contra o regime de ditadura que havia no país que iniciou em 1964 e dentro desse contexto ditatorial foi prelevada a força e a organização dos movimentos estudantis e da classe operária em seus sindicatos (CARVALHO, 2004), comunidades eclesiais de base (CEBs) e pastorais, que ganharam força com a participação dos demais setores da sociedade que sofriam as consequências desta forma de governo.

É preciso frisar que as organizações sociais ganharam força pós-golpe de 1964, criando algumas correntes de formação social. Segundo Guimarães (2009) as bases católicas lideradas por bispos, cresceram muito nas suas organizações sociais, como: comunitarismo cristão, nacional-desenvolvimentismo, socialismo democrático, liberalismo republicano e a cultura popular. Além disso, houve a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que influenciou o “pensamento da esquerda do catolicismo brasileiro”. “O comunitarismo cristão enraizou-se na vida popular por intermédio de 70 mil Comunidades Eclesiais de Bases-CEBs que organizavam cerca de 2 milhões de ativistas cristãos, agindo nos anos 1960 até os anos 1990”. (GUIMARÃES, 2009, p. 18). Essas organizações cristãs direcionaram seus trabalhos para o desenvolvimento da prática da cidadania ativa. Trabalhando principalmente com os mais excluídos, no sentido de solidariedade e igualdade para todos.

No período de redemocratização, os novos movimentos sociais se constituem com o objetivo principal de promover ações de forma organizada para a construção de uma sociedade democrática e justa por meio do embate político, e de maneira a provocar a quebra da hegemonia dos setores dominantes. Movimentos sociais estes, que tem como base de formação: os movimentos populares, sindicais

e as organizações não governamentais (ONGs). Maria da Glória Gohn define os novos movimentos sociais como:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 13).

Gohn mostra ainda, que os movimentos sociais têm atuado no combate a organização opressora dos poderes dominantes, e tem desenvolvido cada vez mais formas de resistência e enfrentamento. “Os movimentos sociais de classe geram ações que mudam o sistema de dominação. Eles envolvem conflitos sobre o modo de produção e sobre a apropriação e a orientação da riqueza social” (GONH, 1997, p.157).

É imperioso frisar que os movimentos contemporâneos se utilizam de ferramentas modernas para a sua atuação, como menciona Gohn:

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utiliza-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade (GOHN, 2011, p. 13).

Esses movimentos sociais têm se organizado na atualidade principalmente por meios das redes sociais, Internet, celular, e articulados aos sindicatos, associações, pastorais sociais, frentes populares, coletivos ou demais segmentos sociais. Cada vez mais essas organizações tem se mobilizado e procurado trabalhar de forma conjunta na luta por uma sociedade mais igualitária. Em alguns momentos são movidos por paixão, em outros por interesses de sua categoria, há os que se organizam em torno de ideologias ou valores diversos. O certo é que esses coletivos socialmente heterogêneos têm se mostrado como importantes intérpretes na cena social e política brasileira, buscando na atualidade uma organização além-fronteiras.

Outro fator a se destacado é, como esses coletivos têm realizado diagnósticos sobre a realidade social e construído propostas ao operarem de forma articulada em ações coletivas para a inclusão dos direitos humanos na pauta social.

Nesse sentido Gohn (1997) pontua que as características ideológicas dos *Novos Movimentos Sociais* apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora que possuem a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os novos movimentos sociais exibem uma pluralidade de ideias e valores, têm tendências a orientações pragmáticas, além da busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões (GOHN, 1997, p. 127).

Os movimentos sociais de classe geraram ações que mudaram o sistema de dominação, intervindo nos modos de produção, bem como na apropriação e na orientação da riqueza social (GONH, 1997, p.157). Marx destaca o poder que a classe dominante tinha no século XIX, em enfraquecer e fragmentar a organização da classe trabalhadora, bem como de qualquer luta organizada. Segundo ele, o domínio acontece de forma externa e interna, o sujeito deixa de ser sujeito e passa a ser indivíduo, o ser se individualiza. Marx mostra que:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante (MARX, ENGELS, 1997, P.55-56).

A classe dominante por sua vez, além de controlar os meios de produção, controla os meios de produção intelectual. E o resultado é o que se vê e se viu ao longo de nossa história, o avanço do capitalismo e seu projeto neoliberal que individualizou as pessoas e fragmentou as organizações sociais.

No Brasil, segundo Costa e Lima (2003) a classe dominante construiu um modelo de desenvolvimento sócio e econômico, fundada na exclusão social, concentração de riquezas e destruição da natureza, cuja existência já perdura mais por mais de 500 anos.

Ainda de acordo Costa e Lima (2003) o Brasil que nasceu e “cresceu” dentro de uma colonização de exploração, deixou marcada a história e a consciência do povo brasileiro com a ideologia dominante. Contudo, apesar da força que essa

opressão sempre exerceu, nunca foi possível conter por completo rebeliões e revoltas que em um momento e outro eclodiam no seio da sociedade brasileira, comprovando a luta de classes que existiu e continua existindo no Brasil.

Durante a colonização portuguesa e depois dela, sempre houve movimentos reivindicatórios, desde os encabeçados por funcionários públicos na defesa de empregos e salários, como pela entrada no mercado de trabalho, aquelas lutas pela preservação dos direitos humanos básicos e de cidadania. Sabendo que, no fundo, todos os seguimentos sociais lutam por uma sociedade mais igual e são movidos pela paixão, por ideologias e valores diversos, suscitando, portanto, coletivos socialmente heterogêneos (COSTA e LIMA, 2003, p. 19).

Uma das maiores vitórias na luta por direitos no Brasil que se deu por influência da resistência popular nas décadas de 70 e 80 contra a ditadura e por reforma agrária foi a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, como Gohn aponta:

O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988 (GOHN, 2011, p. 342).

De acordo com Gohn, a década de 1980 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais (2011, p.126). As novas formas de organização populares que surgiram a partir da luta por direitos sociais deram origem a Carta Magna brasileira e a partir da promulgação dessa mesma lei que contempla os direitos sociais, muitas vitórias seguiram, como: A luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a Presidência do país. (GOHN, 2011, p.126). Assim como a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CGT, CUT, USIS, FORÇA SINDICAL), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, CONAM, PRÓ-CENTRAL), os órgãos, instituições e movimentos sociais passaram a ter maior respaldo para fundamentação e reivindicações de suas pautas de lutas. (GOHN, 2011, p.126).

Segundo Gohn (1997), Michel Foucault, com ênfases diferenciadas, foi uns principais teóricos contemporâneos a alimentar as formulações e estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos: ecológicos, feministas, de homossexuais, de negros, pela paz entre outros.

Ainda de acordo com Gohn, o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo o território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idoso, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches, todos, em seu conjunto, revelavam a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas.

Os movimentos sociais reivindicatórios procuram impor mudanças nas normas e nos processos de destinação dos recursos públicos. Os movimentos políticos pretendem influir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e promover mudanças nas relações de força sociais. Os movimentos de classe buscam subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. (GOHN, 1997, p. 156, 157).

Do ponto de vista sociológico é necessário problematizar o significado de *movimento social*, assim como identificar aqui as diferentes linhas interpretativas dos Novos Movimentos Sociais apontados por Gohn (1997) que faz um mapeamento das teorias em estudo.

2.1 A teoria dos Novos Movimentos Sociais no âmbito do pensamento Sociológico

O conceito de *novos movimentos sociais* se constituiu numa das grandes novidades na Sociologia brasileira dos anos de 1970-1980 e têm sido considerados por alguns analistas, como fonte de renovação nas Ciências Sociais e na forma de fazer política.

Glória Gohn (1997) em sua “Teoria dos Movimentos Sociais” faz um resgate das diversas teorias e lutas sociais na história do Brasil e da América Latina.

Ao analisar a realidade latino-americana, ela faz um apanhado sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios, as lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, a luta por moradia urbana e reforma agrária.

Gohn (1997) aprofundou os estudos sobre os movimentos sociais e identificou os diferentes paradigmas a respeito destes, e observa que não há uma única perspectiva, mas várias formas de explicá-los em sua heterogeneidade, que vão desde os movimentos propriamente ditos, às lutas sociais, protestos, revoltas,

ocupações, revoluções, quebra-quebra, e outras formas de atuações dos movimentos.

Gohn (1995, p. 44) ao explicar os movimentos sociais, os define como:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Para Gohn (1995) o movimento social se caracteriza por meio da união de um grupo de pessoas que possui um objetivo em comum, tendo enquanto base os valores políticos e culturais dos seus participantes, que possibilita a criação de uma identidade comum ao movimento. Além disso, as lutas sociais precisam de militantes com capacidade de propor questões e saídas de fácil entendimento. O movimento social, dependendo da reivindicação, pode ser constituído por diferentes classes sociais e agendas políticas, ou seja, nem sempre se baseia na relação contraditória entre capital e trabalho enquanto percussores de tais movimentos.

Bogo (2010) pontua que em meados das décadas de 1980, ocorre no Brasil à fase da formação dos movimentos sociais do campo, de estrutura e princípios semelhantes aos da cidade com táticas combinadas por meio das diferentes formas de lutas, direção coletiva, autonomia política e ideologia própria. Assim foram se constituindo as novas formas de luta organizada com objetivos práticos desde as lutas das comunidades indígenas pela terra, dos quilombolas, das quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, como também as lutas por direitos sociais; moradia, saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico entre outros direitos (p. 100).

A história de luta no campo perpassa pelas origens da luta social, principalmente pela reforma agrária. As formas de organização, os projetos desenvolvidos principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)¹⁴ nos assentamentos e outras, são questões que ajudam a conhecer e a

¹⁴ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, criado em 1979, tornou-se o maior movimento popular nos anos 90, passando a defender como bandeira de luta a reforma agrária. O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de

compreender um pouco da atuação desse movimento social na história. O movimento dos Sem Terra é um dos primeiros movimentos que reúne em sua ação as lutas pela dignidade e pela cidadania no Brasil. Sua ação é toda centrada em um só objetivo, promover a divisão de renda e da terra para os trabalhadores (BOGO, 2003, p.136).

Scherer-Warren (1984) afirma que os novos movimentos sociais têm sua base na organização de alianças em torno da libertação, ou seja, busca a superação em formas de opressão impostas principalmente pela elite dominante, lutando por uma sociedade diferente, com o mínimo de igualdade social. Neste sentido, a forma de reagir à opressão pode ser tanto de forma ativa, quanto de forma passiva. Além do mais, a autora destaca que com a ampliação do debate sobre as teorias dos movimentos sociais na atualidade, os mesmos deixaram de fundamentar-se apenas no conflito de classes e passou a incorporar uma visão de mundo mais heterogênea na busca de liberdades sociais e individuais.

Na atualidade, os novos movimentos buscam também participar de forma ativa do acompanhamento dos recursos públicos, fiscalizando os orçamentos para serem aplicados em políticas públicas. Essas contestações, disputas e litígios envolvem várias sujeitos sociopolíticos como: as associações, sindicatos, igrejas e organizações em movimentos sociais. Esse novo conjunto tem pautado as agendas das lutas sociais a partir das novas demandas sociais, matrizes organizativa e formas de se comunicar (GOHN, 2014). Desse modo, a maioria das ações na atualidade tem dado voz e vez a sujeitos sociopolíticos, que historicamente sempre foram excluídos da participação social, assim como as populações negras, indígenas, mulheres e grupos LGBTs.

Uma novidade nos novos movimentos sociais é a participação cada vez mais frequente de jovens. Estes por sua vez tem contribuído de forma significativa inovando as formas de organização em rede, com estratégias de mobilizações por meio, redes sociais, blogs, facebook e whatsapp. Essa nova temática dos movimentos sociais vem ganhando espaço na sociedade e provocando estudos e pesquisas sobre a nova sociologia dos novos movimentos sociais no mundo.

Hoje, no Brasil, a conjuntura política em diversas regiões revela a importância do trabalho de capacitação e organização dos novos movimentos

assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.

sociais e assessoramento para análise e intervenção em políticas públicas, notadamente através da ampliação das experiências de participação popular no controle orçamentário da gestão pública, como por exemplo, o movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*, que se propõe a atuar na fiscalização e na luta pela garantia dos direitos humanos no Maranhão através da organização popular.

Os anos 1980 foram fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil em novos parâmetros (GOHN, 2011, p.126). Assim, podemos enfatizar que as reflexões demonstradas nas lutas sociais empreendidas pelos movimentos na sociedade contribuíram para o fortalecimento de conquistas em torno dos direitos e de espaços de participação social. Como também ajudou a desenvolver a concepção de cidadania coletiva, não se restringindo à questão do cidadão formal, ou, à figura jurídica-institucional, mas ao sujeito de direitos atuante e responsável por um novo contrato social e por meios das inovações nos setores sociais.

Há no contexto social uma novidade na práxis histórica dos movimentos sociais, mas as categorias utilizadas para explicar estas novas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas, mas de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima (GOHN, 1997, 128).

Movimentos são sistema de ações, redes complexas entre diferentes níveis e significados da ação social. Assim, na atualidade foi nascendo diversas demandas e culturas políticas de organizações sociais como forma de intervir na coisa pública, como aponta Gohn:

O que as marchas, manifestações, ocupações e protestos que ocorreram ao longo de 2011, 2012 e 2013 têm em comum: São articuladas via redes sociais, internet e celulares; são compostas por manifestantes que não tem necessariamente uma Ideologia Política (a adesão é a uma causa, ou mais de uma, e não à Ideologia de um grupo) e não pertencem a um grupo específico (político ou não) e por isso não tem ligação Política partidária (mesmo que entre seus manifestantes haja pessoas ligadas a algum grupo político); as manifestações ocorrem à margem não apenas de partidos, mas também de sindicatos; os protestos têm grande visibilidade na mídia em função do grande número de contingente que consegue agrupar; a Democracia é um dos eixos articuladores das marchas, em seu sentido e exercício pleno; são espaços de aprendizagem que se produzem a partir de uma vivência e experiência, no sentido de uma educação não formal; contribuem para a construção de uma nova cultura política. (GOHN, 2014, p. 74-76).

A partir de 2013, no Brasil, o cenário se altera com os novíssimos sujeitos em cena, diferente dos movimentos clássicos e dos novos movimentos populares que tinha como base de reivindicação a luta pela moradia e pela terra. Segundo Gohn (2017) os denominados “novíssimos” movimentos sociais e coletivos coordenaram a organização das grandes maiores manifestações de protesto entre 2013 e 2016. Manifestações essas, diferentes das organizadas nas décadas 70, 80 e 90 pelos movimentos clássicos e os “novos” movimentos reivindicatórios.

Assim, no Brasil, as novíssimas formas de protestos de rua têm sido nominadas pela mídia como *manifestações*. Como frisa Gohn (2017) o termo manifestação ficou como um marco de referência na memória no país. Segundo a autora, as manifestações de junho de 2013 foram protestos com finalidades diferentes de demandas e denúncias dos movimentos clássicos (operários, sindicatos, agrários); igualmente diferentes dos movimentos emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais, especialmente na América Latina nos anos 1970 e a partir de 1980, apoiados por ala do cristianismo então tido como renovação, a Teologia da Libertação (GUHN, p.26, 2017).

Esse novos sujeitos protagonizados pelos jovens a partir de 2013, se organizavam na sua maioria em coletivos e não em movimentos sociais, “não são homogêneos, ao contrário, não só são heterogêneos como também representam diferentes correntes e contradições do mundo da política e da cultura” (GOHN, 2017, p.21).

Muitos jovens se organizavam em coletivos, não optaram em participar de movimentos pelo fato de verem os movimentos como formas engessadas, tradicionais e com estruturas centralizadoras. Ao contrário, os coletivos são vistos como agrupamentos fluido, fragmentados e horizontais. Segundo Gohn (2017) os coletivos se autodenominam- se ativistas, e não militantes de causas e demandas, vivem de experiência nas suas atuações, contestatórias ou não, dependendo do perfil e das estruturas relacionais existentes entre os jovens.

Avalia-se que, no Brasil, ao logo do mês de junho de 2013 de acordo com Gohn (2017), saíram às ruas mais de um milhão de pessoas, participando de manifestações que tinham como foco inicial a luta contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos, liderando pelo Movimento Passe Livre-MPL que foi os protagonistas na convocação dos protestos de ruas em junho, e depois ampliou- se a pauta de demandas para outros campos dos serviços públicos, tais como: saúde,

educação, segurança, infraestrutura entre outros, além disso, nos cartazes de rua nas manifestações percebiam-se muitas indignações com a precariedade dos serviços públicos, com a corrupção e a falta de políticas públicas (GOHN, 2017, p. 51).

Logo depois das manifestações de junho de 2013, foi possível notar que as organizações não tiveram continuidade nas mobilizações de massa, os atos de protestos foram tópicos, com focos específicos tais como: Não vai ter Copa, Ocupações urbanas e greves de profissionais da educação pública.

Para Gonh (2017, p. 55) não se pode falar de junho de 2013 no Brasil sem citar a questão do confronto violento protagonizado pela polícia e pelos *Black Blocs*, que levaram a criminalização de vários participantes dos protestos, e o refluxo das manifestações. Segundo a mesma, as multidões que saíram às ruas convocadas on-line, principalmente pelo Movimento Passe Livres- MPL “que tinha como princípios a horizontalidade e não explicitação de lideranças, não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos”. Nesta conjuntura, nos momentos de tensão, a polícia teve facilidade de intervir usando a força e a violência contra os manifestantes por falta de condução organizativa.

Neste mesmo período, “antigos” movimentos sociais reformularam-se e voltaram a ser destaque em manchetes cotidianas da mídia, a exemplo da luta por moradias urbanas, coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- MTST. Assim, por conta da pressão popular, o governo começou a ter maior preocupação em inserir demandas sociais, que contemplassem as políticas públicas cobradas pelos movimentos como forma de participação social, principalmente dos jovens, passando a criar canais de participação (GONH, 2017, p. 57).

Em 2014, os novíssimos atores que entraram em cena em Junho de 2013 continuaram nas redes sociais *on-line* e saíram às ruas em atos contra a copa do mundo no Brasil e seus altos gastos nas construções dos estádios de futebol, não atraindo a maioria da população. Durante o período eleitoral para a presidência da república em 2014 ocorreu intensa mobilização das redes sociais e alguns grupos criados tiveram grande atuação nas manifestações de Março de 2015 (GONH, 2017, p. 58).

No ano referido, a questão política entra em cena como divisor de água entre aqueles que apoiavam o governo da Presidente Dilma Rousseff e aqueles que eram contra seu governo, pelas políticas adotadas ou anunciadas, ou por convicções

próprias (é imperioso frisar que a Presidente Dilma foi eleita em Outubro de 2014, após o segundo turno, com 54,5 milhões de votos e o seu opositor, Aécio Neves, teve 51 milhões. Portanto houve uma grande divisão na sociedade).

Como menciona Gohn (2017), houve marco na divisão da sociedade nas manifestações de março de 2015, gerando duas correntes de protestos. Uma enfatiza o protesto contra a corrupção, especialmente em empresas públicas, como a Petrobrás, investigada pelo Ministério Público Federal via operações específicas, a exemplo da “Lava Jato”, questiona os políticos, pede *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e é contra o Partido dos Trabalhadores - PT. A outra questiona novas políticas públicas do novo governo da presidente Dilma Rousseff, especialmente a do ajuste fiscal econômico, mas não é contra o governo como um todo. É preciso registrar também que, em 2015, “aliada à crise política gerada pelas denúncias de corrupção, o cenário econômico do país se altera com o retorno da inflação e do desemprego, paralização de obras públicas” (GONH, p. 62).

Neste cenário, duas manifestações se destacaram nas ruas do país em Março de 2015. Segundo Gohn (2017), a primeira, no dia 13, ocorreu em várias capitais brasileiras organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Central Única dos Trabalhadores-CUT, União Nacional dos Estudantes -UNE, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, entre outros, com pautas voltadas ao apoio ao governo. O real objetivo da manifestação do dia 13 março organizada pelos movimentos clássicos e os novos movimentos era contrapor a manifestação que estavam sendo organizado pelos “novíssimos” movimentos para dia 15 de março, sendo convocado pelos movimentos: Vem Pra Rua-VPM, o Movimento Brasil Livre- MBL, Revoltados On-line e o Nas Ruas entre outros¹⁵. Esta manifestação do dia 13 de março tentou pressionar e desarticular as manifestações do dia 15 de Março, apesar ter reunido várias capitais do Brasil nas manifestações, os movimentos tradicionais não conseguiram ter o resultado esperado, pois havia um público pequeno comparado com o da manifestação que ocorreu dois dias depois.

¹⁵ O perfil político dos “novíssimos” movimentos: Vem Pra Rua, neoliberal; Movimento Brasil Livre, neoconservador, e os Revoltados On-line, reacionário. Além desses movimentos tinha alguns pequenos grupos ultraconservadores que defendiam a volta dos militares ao poder. Novas formas de protestos como painéis foram se instaurando como rotina, convocados por esses grupos dos novíssimos. (GOHN, 2017, p. 59 -64).

No dia 15 de Março 2015, a multidão retornou às ruas e esta foi a novidade na cena pública. Aparentemente foi uma retomada de Junho de 2013¹⁶, mas só na questão numérica. Os manifestantes foram ativados via redes sociais, especialmente por novos grupos criados a partir de 2013, ampliando o espectro dos matizes políticas dos atores, trazendo para a cena do protesto social nas ruas grupos que se apresentam em público como de oposição ao atual governo federal do período, mas buscam não se identificar com partidos políticos, mesmo com os da oposição. Assim, faixas e cartazes de partidos políticos foram proibidos, assim como a fala de membros do parlamento.

A predominância dos jovens em Junho de 2013 foi substituída por pessoas de todas as faixas etárias. Gohn (2017) destaca que algumas famílias chegaram a levar seus filhos para as manifestações. Certamente foi o batismo na política para estas crianças, assim como um momento educativo, que alguns denominaram de “*cidadania cívica*”. “O caminhão de som retorna à avenida, de forma diferente- em São Paulo, por exemplo, ele passou a ser um divisor de espaço na avenida, e permaneceu estacionado, no mesmo lugar, do início ao fim, aglutinando ao seu redor adeptos dos grupos organizadores” (GOHN, 2017, p. 63-64).

É importante destacar que, segundo Castells (2015), as manifestações de 2013 e as de 2015 têm em comum a “denúncia de corrupção e o sentimento de que há demandas dos cidadãos que não podem se expressar nos atuais sistemas políticos” — “*Simpatia do brasileiro é um mito*”, diz sociólogo Manuel Castells em entrevista concedida à enviada especial, em Salvador, Sylvia Colombo da *Folha da São Paulo*, 18/05/2015.

No ano de 2016, mais uma vez, os novos e os “novíssimos” movimentos sociais já mencionados, retornam às ruas com pautas diferentes de lutas. Sendo os novíssimos para pedir o *impeachment* da presidente Dilma atraindo milhares de pessoas às ruas, com *slogans* como “Fora Dilma, Fora Lula, Fora PT”. Gohn (2017) enfatiza que esses “*Slogans* ajudaram a consolidar as narrativas que apresentavam

¹⁶ As manifestações de 15 março de 2015 entrará certamente para a história dos atos de protestos de grandes dimensão no Brasil, apesar da polêmica quanto ao número real de participantes. Segundo a Polícia Militar, mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas no país, sendo um milhão só em São Paulo. O Datafolha publicou que foram 210 mil em São Paulo, a maior manifestação política medida pelo órgão de pesquisa após as Diretas Já, em 1984. (GOHN, 2017, 64-65).

a dicotomia (Jasper 2016) entre os bons e os maus, o certo e o errado, o justo e o injusto, os heróis e os vilões no imaginário da população”.

Por outro lado, os movimentos clássicos e “novos” advindos dos anos 80, entram em cena em 2016, convocando manifestação em favor da democracia, destacando-se os movimentos sindicais, estudantis e os populares. Segundo Gohn (2017) a novidade entre os movimentos sociais foi a união e a reativação de muitas *frentes* de ação política, a exemplo da Frente Brasil Popular composta por cerca de 70 organizações adaptadas às conjunturas políticas como a CUT, MST entre outros, como a Frente Povo Sem Medo-PSM composta por cerca de 30 movimentos e algumas agremiações partidárias, que tem como objetivo juntar as frentes de mobilizações populares organizando o maior número possível de movimentos contra o ajuste fiscal e o conservadorismo (GOHN, 2017, p. 71-72).

O ano de 2016 entrará para a história do Brasil como o ano do *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff. Desse modo Gohn menciona:

O país ficou dividido, a política entrou na agenda do cotidiano do cidadão comum. Os movimentos sociais passaram a ser “a voz das ruas”, balizadores da força social na luta por mudança ou pela conservação do status quo. Os dois blocos / correntes clamavam em nome da democracia. Para um dos lados, o *impeachment* seria sinônimo de golpe e atentado ao Estado de direito. Para o outro, o *impeachment* era a mudança necessária para restaurar e combater a corrupção e salvaguardar a democracia. (GOHN, 2017, p.75).

As participações populares se intensificaram com as já referidas organizações advindas da sociedade civil. Os atos a favor e contra a presidente da república tiveram grande repercussão, principalmente na grande mídia, mesmo com todas as mobilizações dos movimentos contra o *Impeachment* chegando as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo a mobilizar perto de 100 mil pessoas em capitais como São Paulo. O *Impeachment* ocorrido no dia 31 de agosto de 2016, levou esses movimentos a denunciar o que eles denominaram de golpe aplicado pelos senadores e deputados da base do vice- presidente Michel Temer que assumiu a presidência da República, mudando assim, a conjuntura política, após o afastamento da presidente. Segundo Gohn (2017) o governo criou novas diretrizes, focalizando em medidas econômicas, corte de gastos e reformas que afetam a área dos direitos dos trabalhadores, fazendo com que os clássicos e os novos movimentos

retomassem as ruas com *slogans* “Fora Temer e Abaixo o Golpe”, tornando mais uma vez as ruas palco de lutas contra retiradas de direitos imposta pelo governo.

Compreende-se que as manifestações no Brasil a partir de 2013 também construíram novos significados às lutas sociais. A democracia e participação social ampliaram-se e as manifestações demonstrou-nos que ela é um processo em construção, algo não dado ou encerrado. Um dos grandes legados de Junho de 2013 foi a legitimação do protesto social como forma de busca por mudanças conjunturais.

2.2 Movimentos sociais e construção da cidadania: a constituição, trajetória e dinâmicas de luta dos novos movimentos sociais no Brasil.

De acordo com Bogo (2010) na história da humanidade, principalmente nos últimos cem anos, foram poucas as vezes que os desejos das massas de um país se combinaram com os desejos da organização da força política dirigente. Essa consciência nasceu do confronto de classes partindo da premissa de que somente as elites detinham o poder. Em contraponto a essa ideia, começou a surgir a esperança de se criar uma cultura de empoderamento envolvendo as minorias, que começaram a perceber que somente participando de forma direta do poder é que iriam conseguir a transformação social que almejavam.

Bogo (2010) fazendo uma leitura de Karl Marx e da moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal observou que as contradições de classe não foram abolidas, elas apenas sofreram alterações superficiais. “A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (BOGO, 2010, p. 85).

O autor destaca que trocar a monarquia pela burguesia, sendo que ambas nutrem os mesmos anseios de ocuparem a ponta da pirâmide não põe fim a opressão. A mudança esperada não aconteceu na modernidade, só mudou a roupagem, enquanto as práticas de dominação continuaram as mesmas.

Para qualquer movimento radical de esquerda, o sistema do capital precisa ser desestruturado, pois não passa de uma forma de enganar, maquiagem a realidade, destruir os direitos das minorias e falsificar a visão da real exploração no

mundo. Quando Marx e Engels se debruçaram sobre a temática da luta de classe e afirmaram que a classe dominante é a que exerce o poder material e espiritual, sabiam muito bem que para uma sociedade explorada e alienada, desinformada e dominada seria necessário retomar os meios de produção o que implicava mudar o projeto de dominação econômica, ou seja, o próprio sistema capitalista. (MARX; ENGELS, p. 101).

Na história do Brasil, como também já citamos acima, o processo de inserção política na década de 80, protagonizado pelos movimentos sociais, significa, novas possibilidades políticas. Quando a sociedade civil organizada fez uso de sua cidadania se organizou em torno da reflexão dos direitos individuais, civis e políticos, isso resultou na elaboração de um projeto de combate à exploração e opressão, que foi a conquista da Constituição Federal em 1988. Esse importante passo dado de abertura democrática do Estado brasileiro à participação popular, especialmente na gestão e controle dos gastos públicos. Já bem antes, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁷ pela ONU¹⁸, em 1948, no plano internacional foi construída uma sólida arquitetura dos direitos humanos através de inúmeros tratados, resoluções, pactos, e declarações de caráter ético, político normativo, pois havia uma grande necessidade de organizar um planejamento que identificasse situações de violência, abusos, arbítrios, desumanizações e que fosse capaz de resgatar, reconhecer, incluir, proteger, promover e fortalecer os direitos humanos e o desenvolvimento social. (PAIVA, 2012, p.17).

Outro passo importante na história foi o período em que foram promulgados o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ambos, instrumentos jurídicos fundamentais

¹⁷ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que delineia os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

¹⁸ Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Uma substituição à Liga das Nações, a organização foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de impedir outro conflito como aquele. Na altura de sua fundação, a ONU tinha 51 estados-membros; hoje são 193. A sua sede está localizada em Manhattan, Nova York, e possui extraterritorialidade.

para a promoção e a garantia de direitos humanos, fonte de luta das organizações sociais.

A inserção do cidadão fundamenta-se também em numa nova concepção de luta democrática radical que tem como objetivo fortalecer a sociedade civil organizada, já que as participações desses indivíduos vão na contra mão da concepção neoliberal, “que exclui os direitos e só destaca os deveres, tomando o cidadão como mero cliente de um mercado ou um usuário de um serviço prestado”, assim as novas ideologias apontam caminhos para se construir uma nova realidade social, sem desigualdades e exclusões de qualquer natureza (GONH, 2011, p. 18).

Uma das grandes correntes na luta contra o neoliberalismo e o capital de exploração, em Porto Alegre (2001) foi a realização do Fórum Social Mundial um evento localizado no tempo e no espaço de mudanças sociais. Foi dessa grande mobilização que envolveu militantes de movimentos sociais de vários países, com objetivo de transformar a realidade de exploração e acreditando que outro “mundo é possível”, que se realizou o debate sobre os direitos de interferir nos destinos de seus países, no intuito de se lutar por uma vida de igualdade e de respeito a diversidade cultural, longe das interferências do mercado consumidor e colocado em foco os debates econômicos, políticos e sociais (GOHN, 2011, p. 88).

O Fórum Mundial Social despertou e tem sido muito importante para o indivíduo compreender alguns avanços das novas concepções, que têm contribuído para envolvermos e renovar a teoria social e política em diferentes formas e níveis.

Alguns exemplos ilustram essa forma de organização, incluindo vários setores de participantes: a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005), foi organizada por articulações de base como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Grito dos Excluídos e o próprio MST e por outras, transnacionais, como a Via Campesina. Também se realizaram articulações com universidades, comunidades, igrejas, através do encaminhamento de debates prévios à marcha. A Parada do Orgulho Gay tem aumentado expressivamente a cada ano, desde seu início em 1995 no Rio de Janeiro, fortalecendo-se através de redes nacionais, como a ABGLT, de grupos locais e simpatizantes. A Marcha da Reforma Urbana, em Brasília (outubro de 2005), resultou não só da articulação de organizações de base urbana (Sem Teto e outras), mas também de uma integração mais ampla com a Plataforma Brasileira de Ação Global contra a Pobreza. A Marcha Mundial das Mulheres tem sido integrada por organizações civis de todos os continentes. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Atualmente os novos movimentos têm ganhado visibilidade, pelo fato de estarem organizados em fóruns e redes de organizações sociais, fazendo

articulações com diversos setores da sociedade civil, compreendendo sindicatos, associações, pastorais sociais, comunidades Eclesiais de Base, Clubes de Mães, quilombolas, agricultores, trabalhadores rurais, pescadores, funcionários públicos, profissionais juventude, estudantes, idosos.

Os *novos movimentos sociais* também têm se estruturado em redes que podem ser definidas como a organização dos cidadãos nos mais diversos grupos sociais integrados e interagindo na luta pelo conjunto de direitos, sendo originário e originando um novo modelo de cidadão, diferente daquele da pólis grega representado pelo varão ocupado com os interesses da manutenção de um estado escravocrata e fechado a questão de gênero. A argumentação desta vez na ágora¹⁹ gira em torno da democracia inclusiva, da integração de classes, da distribuição de renda e contra a toda forma de violação de direitos.

Hoje os movimentos em redes de organização fazem curso de formação, objetivando fazer parte das discussões sobre os orçamentos públicos, cobrando dos poderes Executivo e Legislativo, audiências públicas para apresentarem propostas de políticas públicas, a serem implementadas nas peças orçamentarias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentaria Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA).

Desse modo, Scherer-Warren destaca que:

[...] O movimento cidadão crítico vem revertendo sua concepção de luta, buscando o controle social das políticas públicas pela cidadania organizada, a partir das redes da sociedade civil. Para que este controle ocorra em favor da promoção da igualdade, da inclusão das populações mais excluídas, no combate às discriminações históricas e reconhecimento de diferenças sócio-culturais, a ação política das redes vem enfrentando vários desafios (Scherer-Warren, 2012, p.89).

Os movimentos sociais na sociedade contemporânea vêm assumindo uma complexidade crescente, que implica em uma expressiva riqueza organizativa e de agendas de lutas, as quais comportam, por isso mesmo, novos desafios para a conciliação de distintos interesses.

Fazendo um balanço geral sobre as organizações sociais, de acordo com Gohn (1997), foi possível notar as diferença entre movimentos sociais e protestos sociais, com isso é preciso enfatizar que o fato do cidadão de ir às ruas protestar, reivindicar contra as injustiças sociais, não significa dizer que é um movimento

¹⁹ Termo grego que significa praça, local onde os cidadãos debatiam política.

social. Mesmo que esse protesto consiga mobilizar um grande número de manifestantes, também poderá ter em seu coletivo representante ligado a algum movimento social, mas não caracterizam um movimento social como tal. Claro que protestos e mobilização podem ser obras de militantes de movimentos sociais, ONG's, tanto quanto podem incluir cidadãos comuns que não estão necessariamente ligados a algum movimentos ou organização social.

O Fórum Mundial Social (FMS), assim como outros fóruns mais recentes na sociedade civil organizada, são considerados como casos emblemáticos da polifonia das diversas organizações de movimentos da atualidade, onde podemos frisar as lutas contra a desigualdade no mundo globalizado, contra a exclusão social dos indígenas, contra discriminação, étnicos/ raciais, gêneros e religião.

Somos mulheres e homens camponeses e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores, profissionais, estudantes, desempregadas e desempregados, povo indígenas e negros, proveniente do Sul e do Norte, comprometidos a lutar pelos direitos dos povos, pela liberdade, segurança, emprego, e educação. Estamos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento, os meios de comunicação, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida pelas corporações transnacionais e políticas antidemocrática. (VIEIRA, 2001, p. 387).

Essas organizações vêm aprendendo, na prática, a reconhecer e valorizar o trabalho de organização popular, ou seja, dos movimentos sociais que não devem ser esquecidos, a exemplo da luta pelas Diretas Já (1983-1984) e pela Anistia (1985) bem como do Movimento Sanitarista (1970) que contribuiu para a criação de conselhos e conferências de saúde legitimando a Reforma Sanitária e a aprovação e criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a inclusão da cultura do Negro e do indígena, após instituição da Constituição de 1988. Do mesmo modo no Maranhão, os movimentos: feministas, das Quebradeiras de Coco, dos quilombolas, do MST e da Balaiada que são exemplos de resistências no Maranhão contra a opressão dominante de cada época, assim, as experiências citadas, são formas de lutas por direitos sociais (LIMA e COSTA, 2003, p. 215, 216).

Os movimentos sociais mostraram ter um papel importante nas cobranças, reivindicações, conquistas de direitos, conscientização para o exercício da cidadania, luta por leis mais inclusivas, e ainda meios de divulgação das lutas com a utilização dos meios de comunicação e redes sociais.

Como exemplo, o MTST²⁰, liderado por Guilherme Boulos²¹, movimento esse que vem fazendo protestos, de forma mais intensa, nos anos de 2015 e 2016 com ocupações, atos públicos nas grandes cidades do país, por reforma urbana, e por dignidade humana. A organização do MTST vem ganhando destaque na mídia desde 2015, pela sua forma de atuação nas ocupações. (BOULOS, 2012).

MTST é um movimento popular que atua para organizar a imensa massa de trabalhadores das periferias brasileiras. É um movimento de estratégia territorial na luta pela construção do poder popular, sua principal bandeira de luta é contra a exploração do capitalismo e por moradia digna. Uma organização que luta com o objetivo de realizar as transformações necessárias na sociedade e para que a humanidade possa respirar o que há de liberdade e direitos humanos no país. (BOULOS, 2012).

Muitos dos movimentos sociais de acordo com Scherer-Warren (2006) se constituíram a partir das redes de relação na sociedade globalizada, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) um caso simbólico de luta transversal de direitos para América Latina e para a sociedade global. Sua origem teve início a partir da mobilização social, com a participação de ONGs feministas, mas também de organizações sociais compostas por outras entidades que se identificavam com as causas e lutavam contra a criminalização do sexo feminino, ocorrendo assim, no dia 8 de março de 2005 o lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade em São Paulo com a presença de 30 mil mulheres de 16 Estados brasileiros e representações de outros países. Foi a partir desse ato que o movimento feminista começou a crescer em muitos países fazendo alianças com outros movimentos sociais, construindo uma agenda de luta por moradia, pela reforma agrária, por salário justo, saúde, educação, direito ao aborto, pela paz, contra a violência, contra o racismo e contra a homofobia.

Atualmente, há uma pluralidade de orientação entre os movimentos sociais. O que temos, é um diagnóstico das organizações e manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais difusos, com diferentes bandeiras

²⁰ O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento de caráter social, político e popular organizado em 1997 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para atuar nas grandes cidades com o objetivo de lutar pela reforma urbana, por "um modelo de cidade mais justa e pelo direito à moradia".

²¹ Guilherme Boulos, 35 anos, é formado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde ingressou em 2000, e especializado em psicologia, disciplina que atualmente leciona. Na juventude e nos anos de formação engajou-se no movimento estudantil. Ingressou no MTST em 2002 e atualmente é coordenador.

de luta e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado. “Os novos movimentos geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política”. (GOHN, 1997, p.129).

Contudo, esses movimentos vêm construindo o Brasil, com as relações entre redes de organizações e movimentos sociais na luta pela efetivação e conquistas de direitos na sociedade contemporânea. Os movimentos sociais, mesmo com suas distinções de agenda de luta, de bandeira, são elementos fundamentais na construção de um espaço de reivindicação de transformação da realidade.

3 FÓRUMS E REDES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA DO MARANHÃO: história, concepções e dinâmicas de luta

O Movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* surgiu no Maranhão no enfrentamento à opressão e à exploração dos cidadãos e à sistemática violação e negação de seus direitos.

Muito embora o Maranhão seja um dos estados brasileiros de grande dimensão territorial, diverso em biomas, formação social complexa e culturalmente rico, na atualidade tem os piores índices no que se refere às questões sociais e econômicas²².

Os bens públicos apropriados pela esfera privada, sempre ficaram concentrados nas mãos de uma pequeníssima parcela da população, a elite dominante, que além de concentrar as riquezas, concentraram todas as formas de poder, inclusive o judiciário.

Há no Estado uma profunda contradição de classes que se alimenta da desigual distribuição de renda, gerando poucas oportunidades de empregos e aumentando os problemas sociais básicos como o acesso à educação, saneamento, saúde, bens e serviços públicos de modo geral. Outro fator responsável pelo empobrecimento da população é a concentração de terras em poucas mãos, a maioria resultado de grilagens com a conivência e cumplicidade de autoridades públicas.

A realidade atual de pobreza no estado do Maranhão salta aos olhos e é o elemento mais imediato para que se faça um levantamento histórico da desigualdade social, da ausência de planejamento e centralidade das decisões políticas e econômicas na própria sociedade maranhense. Basta vermos como resultado, os efeitos da “oligarquia Sarney” que ainda hoje se reflete na miséria do

²² O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), responsável pelo diagnóstico das cidades beneficiadas pelo "Mais IDH", elencou, com base nos dados do IDHM, os municípios que apresentaram os piores percentuais e serão inclusos no plano de ações do programa do governo estadual. São eles: Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Belágua, Arame, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Itaipava do Grajaú, Fernando Falcão, Paulino Neves, Primeira Cruz, Buriticupu, Satubinha, Santo Amaro do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, Alto Alegre do Pindaré, Cajari, Amarante do Maranhão, Presidente Juscelino, Santa Filomena do Maranhão, Amapá do Maranhão, Pedro do Rosário, Governador Nunes Freire, Serrano do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, Presidente Vargas, Matões do Norte, Bom Jardim, Mirador, Nina Rodrigues e Santana do Maranhão. A listagem é atualizada decenalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em > <http://www.tvguara.com/noticias/maranhao/item/9507-idh-veja-as-30-cidades-com-piores-indices-no-maranhao> < acesso em 28 de setembro de 2017.

povo explorado por mais de 4 décadas. Segundo Pinto (1982), o contexto social é marcado pela desigualdade, e o Maranhão é exemplo disso. Reis (2007) também nos ajuda entender melhor os impactos políticos da oligarquia:

As características da atuação da oligarquia estão marcadas pela utilização sem freios do clientelismo e de toda espécie de barganhas envolvendo os chefes políticos municipais, o empresariado comercial e as próprias instâncias da administração do Estado. Sempre oferecendo em troca do apoio político ou da sustentação financeira o acesso aos benefícios que o Estado pode proporcionar, a oligarquia retém recursos de poder, o que explica sua margem de autonomia frente aos coronéis municipais, para o que muito contribuiu, sem dúvida, a característica de manter as decisões políticas e os recursos financeiros geridos centralizadamente. Na organização da dominação regional, a oligarquia sempre defendeu posições de centralização política, nunca se deixando levar por noções de descentralização de cunho municipalista. A subordinação do município, como Victor Nunes Leal já demonstrou, tornou-se desde cedo um dos esteios da política brasileira (REIS, 2007, p. 210).

A oligarquização do estado foi e é um grave problema no Maranhão, fruto da utilização privada do poder público ligado ao clientelismo e com características que remonta à ocupação colonial, tem gerado uma relação de dependência e inviabilizado o processo de transformação social.

De acordo com Reis (2007) a oligarquia se define como esfera principalmente política tendo por função essencial, sobretudo, criar um modelo de dominação e de coordenação das disputas regionais através dos ligamentos dos grupos políticos e funcionamento do jogo partidário por meio dos representantes municipais, seja o executivo dependente do Estado ou o legislativo que não vive se não for à sombra dos “coronéis”, ou vice-versa, dando assim, tanto a continuidade ao ciclo da velha dependência agregadora de interesses, como a criação de uma rede de proteção até mesmo judicial.

Diante dessas situações de desigualdade, de exploração social e negação de direitos, nasce o movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania*, que se constitui num espaço aberto da sociedade civil organizada, que se propõe instrumento de luta e de transformação social, plural e diversificado, não confessional e não governamental.

O Movimento Social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* coloca-se, como um espaço de resistência, de busca por liberdade, onde se desenvolve a fraternidade e igualdade entre as pessoas, é um espaço democrático, plural, socialista, autônomo, independente e tem o povo como

protagonista. Com agenda própria de formação, atuação e ações de enfrentamento e confronto, não obedece às decisões injustas, insurgindo-se na desobediência civil como uma das formas de defesa dos direitos. É ainda um canal de desenvolvimento de potencialidades e da promoção dos saberes populares. Sua base social constitui-se de povo explorado, oprimido, excluído e que sofre injustiça social. O Maranhão é sua base territorial e tem a seguinte palavra de ordem “Este estado é nosso chão de luta”. Também está integrado e sintonizado às lutas dos demais movimentos do país. (FÓRUNS E REDES, 2011).

Em sua narrativa os Fóruns e redes afirmam que os militantes têm deveres, tarefas, compromisso com as lutas do povo. Compreendem e empreendem novos valores entendendo que as ações/tarefas devem ser planejadas, coordenadas, com visão de conjunto, objetivas, articuladas e grupais. Sabem que é imprescindível o grupo. E tem como princípio ir aonde ninguém quer ir, estar com quem ninguém quer estar e fazer o que ninguém quer fazer. E por fim ter como companheiro alguém que a elite rejeita, bem como cumprir seu código de ética e honra (FÓRUNS E REDES, 2011).

Um dos pilares do movimento baseia-se na autossustentabilidade, contribuição a partir da renda de cada militante, voluntariamente, também de pessoas que acreditam na luta e na organização popular e colaboram com os núcleos municipais mensalmente. Escolheu-se ser autossustentável exatamente para manter a coerência e a independência nas ações (FÓRUNS E REDES, 2011).

A diretriz fundamental e prioritária é a organização da sociedade civil, a sua articulação permanente em rede, para que formule uma agenda comum de luta, capaz de mobilizar o povo, de forma organizada, consciente e consequente, a fim de que exerça o seu verdadeiro papel de protagonista da história, contribuindo para a formação de uma nova militância social (FÓRUNS E REDES, 2011).

Os Fóruns e Redes de Cidadania objetiva sempre em suas ações consolidar um movimento de massa, com um projeto popular de exercício de poder, com base na história de luta do povo, obedecendo a determinados princípios e valores, norteadores das suas ações e atividades, construídos ao longo de suas lutas, desenvolvidas por todos/todas os/as militantes sociais (FÓRUNS E REDES, 2011).

O papel a ser desempenhado pela organização é o exercício permanente da cidadania, pressionando e constrangendo as autoridades, denunciando as

mazelas sociais, promovendo ações e representações em casos de violação de direitos humanos, reivindicando e exigindo o cumprimento da Constituição Federal (1988), das leis e tratados internacionais, cuja preocupação será sempre em assegurar o papel protagonista do povo (FÓRUNS E REDES, 2011). (Carta Compromisso em anexo I)

As diretrizes básicas do movimento que devem nortear as ações dos seus integrantes e as atividades a serem desenvolvidas são a promoção e defesa intransigente dos direitos humanos, combate público à corrupção, exercício efetivo do controle social, participação no planejamento das políticas públicas, fiscalização e controle dos recursos e das autoridades públicas, formação permanente para a intervenção qualificada das lideranças sociais (FÓRUNS E REDES, 2011).

Nesta sessão o objetivo é compreender e perceber como os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* construiu suas dinâmicas de lutas no Estado do Maranhão, desde seu nascimento em 2006 como espaço de resistência para articular as lutas sociais no Estado do Maranhão.

Atualmente, o Movimento está presente em vários municípios de forma ativa, planejando e cumprindo as agendas de lutas, totalizando 123 militantes como podemos conferir na tabela abaixo:

Tabela 1 – Municípios com atuação ativa do Movimento.

MUNICÍPIOS	AGENDAS DE LUTA	QUANT. DE MILITANTES	DATA DE FUNDAÇÃO
São Bernardo	Água potável, educação, saúde, denuncia contra o nepotismo, acompanhamento das prestações de contas públicas.	08	2011
Santa Quitéria do Maranhão	Água potável de qualidade, educação, saúde, denuncia de nepotismo na administração pública, e do subemprego.	02	2015
Vargem Grande	Educação, saúde, estrada, denuncia de nepotismo na administração pública e do subemprego.	05	2007
Presidente Vargas	Educação, denúncia de nepotismo na administração pública, questões quilombolas.	05	2007
Belágua	Educação, estrada, denuncia de nepotismo na administração pública e do subemprego.	05	2009
Urbano Santos	Questões agrárias, água potável de qualidade, estrada, saúde.	10	2009
Primeira Cruz	Água potável de qualidade, estrada, denuncia de nepotismo na administração pública, questões ambientais.	07	2012
Humberto de Campos	Água potável de qualidade, estrada, saúde, denuncia de nepotismo na administração pública, e do subemprego.	02	2012
Cantanhede	Educação, água potável de qualidade, estrada, saneamento básico, denuncia de nepotismo na administração pública.	05	2007

Santa Rita	Educação, saúde, estrada, denuncia de nepotismo na administração pública, e do subemprego.	04	2009
Açailândia	Educação	02	2012
Magalhães de Almeida	Estrada, educação, água potável, saúde, obras inacabadas.	10	2011
São Mateus do Maranhão	Questões agrárias, ambiental, educação, saúde, estrada, moradia.	20	2007
Bequimão	Educação, saúde.	04	2012
Trizidela do Vale	Educação, saúde, questões agrárias.	02	2012
Barreirinhas	Questões ambientais, educação, saúde, questões agrárias.	03	2011
Itapecuru	Educação, saúde, estrada, questões agrarias quilombolas, obras inacabadas.	05	2009
Arari	Água potável, controle social de prestações de contas públicas.	06	2007
Lago dos Rodrigues	Educação, saúde.	03	2011
Anajatuba	Derrubada de cercas dos campos de terras devolutas, controle social de prestações de contas.	10	2009
Zé Doca	Educação, saúde, estrada, concurso público.	05	2007
São Luís	Saúde, educação, saneamento básico, transporte público, prestação de conta, infraestrutura, moradia.	05	2007

FONTE: Autoria própria, 2017.

É preciso enfatizar que além dos núcleos mencionados na tabela o movimento está presente em outros municípios com suas pautas de luta, contando com atuação de outros militantes e parceiros do movimento. Que em alguns lugares, a luta já foi bastante intensa e que hoje definhou, e que outros permanecem de forma mais ativa.

Segundo Jorge Moreno juiz de direito (50 anos), o movimento surgiu como espaço de resistência, aglutinador de diversas lutas e de bases sociais distintas: agentes do controle social sem organização formal; lideranças populares inseridos em movimentos sociais; membros de pastorais sociais da Igreja Católica; agentes das CEB's ligados à teologia da libertação; pessoas com envolvimento sindical, mas desesperançadas quanto à forma de fazer sindicalismo; militantes de partidos de esquerda que já não se sentiam representados; funcionários públicos e militantes de direitos humanos que lutavam pela efetivação de políticas públicas. (MORENO, 2016).

No começo de 2006, um grupo de militantes sociais reuniu-se num curso de formação sobre direito e cidadania no município de Presidente Médici – antiga

Santa Tereza do Paruá, na escola dos irmãos lassalistas²³, sob a coordenação do Irmão Renato Thiel e tendo Jorge Moreno na assessoria.

Esse Curso de Formação objetivava um retorno a forte militância social que havia antigamente na cidade. O primeiro ponto identificado pelos participantes era que a nova articulação deveria estar desvinculada dos partidos políticos, da igreja oficial e sindicatos. O grupo que surgia deveria ter autonomia para sua sustentabilidade e independência na sua forma de atuar, agendar e planejar suas ações; o segundo ponto importante era fazer ações conjuntas, articuladas, como forma de impactar a região, e o terceiro era que a nova articulação deveria investir em formação de lideranças, despertar e animar pessoas para assumir essa tarefa, como agente motivador de trabalho de base, formando em cada município um núcleo de atuação permanente.

Durante a segunda etapa em outubro de 2006, aprofundou-se a reflexão chegando à conclusão de que a atuação seria baseada: em movimentos em forma de redes de lutas, primando pela horizontalidade com uma visão articulada e de conjunto das políticas públicas; ação fora da esfera do Estado, de forma independente, confrontando para retirar destes os ranços autoritário e oligárquico ainda persistente; fazer do direito o marco legal e uma ferramenta de luta efetiva; mostrar que sem organização, sem coletividade não existe mudança na história, e que só o povo é o soberano. Tudo isso com a compreensão firme e decidida que um simples marco legal não transforma a realidade, apenas possibilita a exigência, o constrangimento, o enfrentamento e o confronto social. (MORENO, 2016).

No terceiro encontro, realizado na primeira quinzena de dezembro de 2006, simbolicamente como ação prática da comemoração do dia internacional dos Direitos Humanos, o movimento foi oficializado com a carta-princípio contendo os principais compromissos do *Fórum de Defesa dos Direitos da Cidadania da Região do Turi- FDDCT*,²⁴ cujo lema construído foi “*Povo unido e organizado. Luta e vence!*” (Anexa II Carta de Repúdio).

²³ Congregação religiosa masculina da igreja Católica.

²⁴ A Região de Planejamento do Alto Turi é uma das 32 Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão. Localiza-se na região noroeste do Estado e é banhado pelas águas do Rio Turiaçu, sendo este o seu maior e principal rio. O Território Alto Turi MA abrange uma área de 27.777,00 Km² e é composto por 18 municípios: Amapá do Maranhão, Governador Newton Bello, Araganã, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maracaçumé,

Na ocasião foi elaborado um plano de ação e como primeira atividade a ser realizada, pensou-se numa Jornada de Direitos Humanos que percorreria os 24 municípios da região que ocorreu em fevereiro de 2007. Como ato final da Jornada foi realizado um encontro com todos os articuladores sociais da região, dos 24 municípios percorridos, na qual foi aprovada em definitivo a existência do Fórum do Turi e o seu plano de ação. No final, foi produzido pela equipe um relatório com todas as violações aos Direitos Humanos que foram encontradas na região e depois assinado por um conjunto significativo de entidades da região foi protocolado junto ao governo do Estado. Em abril de 2007 foi endereçado ao governador Jackson Kepler Lago²⁵ (PDT).

Assim Jorge Moreno (2016) enfatiza que conseguiram, através desse relatório, chamar a atenção do governo para a realidade de violação de direitos existente na região do Turi, bem como fez o governador assumir a responsabilidade do Estado, partindo daí a iniciativa para construir um plano de governo para a região, cuja metodologia sugerida e acatada foi realizar audiência pública na região, momento em que foram acolhidas num plano único as demandas da sociedade. As fotos abaixo foram tiradas no dia 20 e 21 de julho de 2007 no Ginásio Poliesportivo em Santa Luzia do Paruá, com a presença do Governador do Maranhão Jackson Kepler Lago na Região Turi.

Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca. Foram incluídos ainda no Fórum do Turi os municípios de: Turiaçu, Santa Helena, Turilândia e Pedro do Rosário. A população total do território é de 288.985 habitantes, dos quais 113.135 vivem na área rural, o que corresponde a 39,15% do total. Possui 11.210 agricultores familiares, 14.632 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,58. Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

²⁵ Foi governador do estado do Maranhão de 2007 a 2009, quando teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Antes disso, havia sido prefeito de São Luís por três ocasiões: de 1989 a 1992, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2002 (este último interrompido por ocasião de sua renúncia para candidatar-se ao governo do estado do Maranhão nas eleições de 2002). Morreu no dia 4 de abril de 2011 no Hospital do Coração, em São Paulo (SP), em decorrência de problemas respiratórios, depois de um longo tratamento contra um câncer de próstata.

Foto 1 – Primeiro Encontro do movimento *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* com o governador do Maranhão no município de Santa Luzia do Paruá em – 2007.



Fonte: Jorge Moreno, 2007.

Foto 2 – Militantes sociais protestando no I Encontro do movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* com o Governador do Maranhão em Santa Luzia do Paruá- MA, 2007.



Fonte: Jorge Moreno, 2007.

Com essa primeira experiência, mais duas foram feitas: uma delas organizada diretamente pelo Fórum do sul do Maranhão, nos mesmos moldes da realizada na região Turi (2007) e outra no Vale do Itapecuru (2007).

Nas Cartas das três regiões, os princípios comuns eram: o povo que deve sustentar suas atividades para ser livre; o povo deve arcar com o seu protagonismo e sustentar suas ações, planos e reivindicações, para evitar tornar-se refém do governo, projetos internacionais e partidos.

De acordo com o entrevistado Jorge Moreno (juiz de direito, 50 anos) nas atividades do movimento nunca existiu financiamento externo, nem de governo nem de instituições privada. Mesmo porque esse sempre foi um dos pontos defendidos por todo o movimento como necessidade para garantir seu protagonismo. Além disso, há uma concepção que os direitos sociais não podem ser negociados.

Não existe diálogo quando as partes são desiguais. Enquanto não houver isso, deve haver pressão, constrangimento e enfrentamento, para fortalecer o movimento social. As autoridades precisam ser controladas e deve se manter dentro do princípio constitucional de que o povo é soberano num país que se intitulou de República Democrática, e é ele o protagonista em fiscalizar, controlar e denunciar desvios de lei. Democracia e Direitos Humanos são diretamente interligados, quanto mais um Estado Democrático se afirmar, mais os Direitos Humanos são garantidos, e vice-versa. (JORGE MORENO, 2016).

Segundo Jorge Moreno (2016), durante este período, ocorreu grandes avanços na luta proposta. A primeira de grande impacto na região foi a campanha pela disponibilidade da prestação de contas pelas Câmaras de vereadores e prefeituras ainda em 2007, realizada pela primeira vez sobre esse tema de forma articulada e envolvendo toda uma região.

Sabá Neto (2012) também pesquisou sobre a atuação do Fórum do Turi e afirma que houve grande mobilização para exigir a prestação de contas no dia 15 de abril de cada ano (a partir de 2007), e isso se tornou rotina nos municípios, chegando ao ponto de prefeitos terem sido processados e alguns cassados, por não apresentarem prestação de contas. Outra questão de grande impacto e repercussão na região foi o curso de controle social coordenado pela CGU²⁶, que capacitou todos os militantes sociais para análise da prestação de contas, investigar corrupção no

²⁶ Controladoria-Geral da União (CGU) foi o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo federal, fossem relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

município e formular as denúncias. Também foi a região do Turi que teve a maior quantidade de prefeitos que perderam a reeleição no Maranhão em 2008, promovendo certa alternância de poder. Com esses episódios o movimento foi se tornando o grande articulador de lutas sociais na região. (SABÁ NETO, 2012).

Depois do Fórum do Turi em 2007, foi criado “Rede de Cidadania” do Vale Itapecuru-Mearim-Baixada, com 20 municípios; o “Fórum do Médio Mearim”, com 28 municípios; e o “Fórum do Pindaré”, com 10 municípios e o “Fórum do Sul do Maranhão”, com 28 municípios.

Em 2009, a atuação dos Fóruns e Redes se fixou no controle do judiciário inaugurando no Brasil em parceria com a Cáritas - MA²⁷ e a Associação de Saúde da Periferia (ASP), o Tribunal Popular do Judiciário²⁸ que realizou 110 audiências públicas no Maranhão com ouvidoria às reclamações da população. Foram feitas denúncias de juízes e desembargadores, resultando em procedimentos administrativos. Essa iniciativa se repetiu em outros estados: Bahia, Ceará e Santa Catarina.

Uma das primeiras atividades dos Fóruns e Redes como movimento estadual foram as Marchas contra a Corrupção que logo se tornaram atividades permanentes do Movimento, denominadas como *Marchas do Povo, Contra a Corrupção e Pela Vida*. Ao todo, foram realizadas seis grandes marchas. A primeira aconteceu em 2010, destacando a indignação com a corrupção eleitoral e administrativa, detectada nas tímidas investidas do controle social pelo Estado. Militantes sociais de diferentes entidades, representando municípios de várias regiões do Maranhão estiveram envolvidos nesse evento.

Os manifestantes publicaram a lista de prefeitos inadimplentes com o povo. Gestores esses, que foram representados por crimes de responsabilidade e de falsidade ideológica por não disponibilizarem a prestação de contas para o acesso público nas Câmaras Municipais. (SABÁ NETO, 2012).

²⁷ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.

²⁸ O Tribunal Popular do Judiciário é uma iniciativa de um conjunto de organizações, redes e articulações da sociedade civil em vista de uma reflexão profunda sobre o papel e atuação do Poder Judiciário maranhense, considerando um quadro de profunda negação e violação dos Direitos Humanos no estado do Maranhão. Disponível em < <https://tribunalpopulardojudiciario.wordpress.com/about/> <. Acesso em: 15 de Agosto de 2017.

A *segunda Marcha do Povo Contra a Corrupção e Pela Vida* aconteceu também no ano de 2010, em São Luís. Em torno de 500 (quinhentos) militantes de diversas regiões do Maranhão participaram da atividade, no dia 7 de dezembro, Dia Internacional Contra a Corrupção. Segundo Sabá Neto (2012), como parte da programação da Marcha foi feita representações judicial na Procuradoria da República no Maranhão contra de prefeitos com indícios de irregularidades na aplicação dos recursos públicos.

A *terceira Marcha do Povo Contra a Corrupção e Pela Vida*, desta vez com mais de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, aconteceu em outubro de 2011, em São Luís. Os participantes desta Marcha portaram consigo dossiês que foram entregues às autoridades com competência para proceder a sua investigação, denunciando improbidade administrativa contra a má administração do dinheiro público em dez municípios maranhenses.

Foto 3 – Realização da III *Marcha do povo contra a corrupção, pela vida, saúde e educação*, São Luís- MA, 2011.



Fonte: Jorge Moreno, 2011.

Nessa Marcha, de acordo com Sabá Neto (2012), os Fóruns e Redes de Defesa dos direitos da Cidadania do Maranhão consolidaram 10 (dez) dossiês em que comprovam atos de corrupção e improbidade administrativa por gestores municipais nos municípios de Anajatuba, Belágua, Jatobá, Lago dos Rodrigues,

Monção, Presidente Vargas, Santa Luzia, São Benedito do Rio Preto, São João do Caru e Vargem Grande. Auditorias populares deram conta de malversação de dinheiro público. As denúncias foram encaminhadas às autoridades competentes, representantes do Ministério Público (estadual e federal), Controladoria Geral da União (CGU) e Polícia Rodoviária Federal.

A *Quarta Marcha do Povo contra a Corrupção, pela Saúde, Vida e Educação*²⁹ aconteceu também em São Luís no dia 07 de dezembro de 2012. Como atividade prévia à Marcha, o movimento realizou uma Audiência Pública de encerramento da Campanha Popular Estadual pelo Direito Humano à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

As manifestação pelas ruas de São Luís contaram com a participação de mais de 4 (quatro) mil pessoas que marcharam num itinerário que envolveu paradas programadas na Procuradoria-Geral de Justiça, no Palácio dos Leões e no Tribunal de Justiça do Estado.

De acordo com Jorge Moreno (2016), em 2011 o Movimento, já tendo alcançado um patamar relevante de mobilização popular e intervenção social, sentiu a necessidade de um curso de formação de militantes sociais. O local escolhido foi o povoado Cassó, município de Primeira Cruz – Maranhão. Durante 10 dias, o assessor Jorge Moreno conduziu os debates e palestras sobre a conjuntura, estadual, nacional e internacional.

No curso os/as militantes além de estudarem a realidade, tiveram uma rica experiência de superação de preconceitos, assim como de resistência corporal. As atividades eram divididas em grupos: de cozinha; limpeza; ambiente; animação e da mística. No local não havia sinal telefônico propositalmente para que os militantes aproveitassem melhor a convivência no grupo e criassem a relação necessária para a organização de abrangência estadual. (MORENO, 2016).

Após o curso de formação de militantes em 2012, o movimento ficou mais unificado e traçou um projeto estadual de lutas, que começou com a *Campanha Popular pelo Direito Humano à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade*. Foram formadas caravanas de cidadanias que percorreram todas as regiões fazendo um levantamento minucioso da situação da educação nas escolas públicas na sede e nos interiores.

²⁹ Disponível em link: ><https://tribunalpopulardojudiciario.wordpress.com/tag/redes-e-foruns-de-cidadania-do-estado-do-maranhao/> <acesso em 10 de setembro de 2017.

Em todas as cidades visitadas foram feitas denúncias da situação das escolas, do transporte e alimentação escolar, remuneração dos profissionais da educação, transparência na gestão dos recursos públicos, entre outros. Por conta da pressão popular foram feitas construção de escolas. As fotos abaixo foram tiradas em 31 de março de 2012, para o lançamento da *Campanha Popular pelo Direito Humano à Educação Pública,*

Gratuita e de Qualidade no Maranhão, sobre a coordenação Cáritas Brasileira Regional Maranhão, Fóruns e Redes de Cidadania no Maranhão, Associação de Saúde da Periferia (ASP), Rede de Intervenção em Políticas Públicas (RIPP), Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Belágua (SINFESB), Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de São Benedito do Rio Preto (SINFESP), entre outros. Estavam presentes no ato representantes de mais de 80 municípios maranhenses.

Foto 4 – Fotografia para divulgação da *Campanha Popular pelo Direito Humano à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade,* realizada pelos Fóruns e Redes no ano de 2012 em São Luís-MA.



Exemplo típico de escola pública na zona rural dos municípios do Maranhão

Fonte: <https://tribunalpopularodojudiciario.wordpress.com/tag/redes-e-foruns-de-cidadania-do-estado-do-maranhao/>.

Foto 5 – Fotografia para divulgação da *Campanha Popular pelo Direito Humano à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade*, São Luís- MA, 2012.



Fonte: <https://ricochoro.files.wordpress.com/2012/03/escola-de-palha1.png>

Como forma de atuar na fiscalização de políticas públicas no Maranhão, os documentos do Movimento afirmam que se manteve um debate permanente com a população sobre mecanismos de combate: (1) ao patrimonialismo; (2) a apropriação privadas das terras e demais bens do Estado; (3) ao infiltramento dos interesses familiares/oligárquicos e privados nas ações, órgãos e políticas governamentais; (4) à impunidade e (5) ao alijamento e exclusão da participação popular nos assuntos públicos. (FÓRUNS E REDES, 2014).

Os Fóruns e Redes, contando com a parceria de inúmeros sindicatos, associações, pastorais, Igrejas, uniões de moradores, organizações estudantis, clubes de mães, com apoio da Caritas Regional Maranhão e a Rede de Educação Cidadã³⁰, organizou e coordenou a realização de 80 (oitenta) congressos municipais de políticas públicas, realizados em 14 das 19 regiões administrativas do Estado do Maranhão. (FÓRUNS E REDES, 2014).

Aproximadamente 5000 pessoas compareceram nas reuniões, debateram, sugeriram e apontaram possíveis soluções aos problemas maranhenses.

³⁰ A Rede de Educação Cidadã é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente de grupos vulneráveis econômica e socialmente (indígenas, negros, jovens, LGBT, mulheres, etc), promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um Projeto Popular, democrático e soberano de Nação. Disponível na internet <http://recid.redelivre.org.br/>

E, além disso, colaboraram financeiramente para cobrir as despesas dos congressos municipais e o envio de delegados ao *Congresso Estadual*, ocorrido em São Mateus entre os dias 25 a 27 de julho de 2014 (FÓRUNS E REDES, 2014). Abaixo, foto tirada no I *Congresso Maranhense de Políticas Públicas* realizado no sítio Pe. Maurício da igreja Católica em São Mateus- MA.

Foto 6 – Plenária do I Congresso Maranhense de Políticas Públicas, São Mateus- MA.



Fonte: Ianaldo Pimentel, 2014.

O *Congresso Maranhense de Políticas Públicas* durou três dias e contou com a presença de mais de 600 (seiscentos) militantes sociais de praticamente, todas as regiões do Estado, como: juventude, estudantes, idosos, mulheres, funcionários públicos, ribeirinhos, pescadores/as, quilombolas, professores/as, trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, aposentados/as, quebradeiras de coco e advogados.

O objetivo geral do Congresso era a construção da *carta compromisso*, um programa de governo feito pelos maranhenses e encaminhado aos candidatos a governadores. Como metodologia foram realizados trabalho de grupo para aprofundar as propostas apresentadas nos congressos municipais e logo se debatia o conjunto de diretrizes, princípios e as políticas públicas necessárias à população do estado.

No último dia em 27 de Julho de 2014, os participantes tomaram as ruas de São Mateus, realizando uma grande manifestação popular, encerrando o Congresso com o primeiro *Comício da Cidadania*, evento que seria repetido em outros 60 municípios maranhense, como forma de divulgar a carta compromisso, oportunizar a adesão de entidades e populares ao documento, conscientizar eleitores para exigir “eleições limpas”, livre da compra de voto, bem como firmar a importância da Carta Compromisso para o conjunto da sociedade maranhense poder cobrar dos seus candidatos à adesão ao documento. A foto abaixo foi tirada no dia 27 de julho 2014, domingo, às 5 horas da tarde na caminhada em São Mateus - MA.

Foto 7 – Caminhada de divulgação da carta compromisso no final do Congresso Maranhense de Políticas Públicas em São Mateus- MA, 2014.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Como lema, a plenária final do Congresso maranhense de políticas públicas escolheu: “candidato que não assina a carta compromisso, não tem compromisso com o povo” (FÓRUNS E REDES, 2014)

A *Carta Compromisso*³¹ foi registrada em cartório e entregue pela Coordenação Estadual dos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* no

³¹Carta Compromisso construída com a participação popular no I Congresso Estadual de Políticas Públicas em São Mateus- MA no dia 27/07/2014, organizado pelo movimento social Fóruns e Redes de Defesa da Cidadania do Estado do Maranhão. Disponível em

dia 19 de Setembro de 2014, em todos os comitês de campanha dos candidatos ao governo do Estado.

Dia 26 de Setembro de 2014 ocorreu no centro da capital - São Luís - uma grande caminhada pela Assinatura da Carta Compromisso do Povo do Maranhão. As fotos abaixo foram tiradas no dia 26 de setembro de 2014, sábado, às 5 horas da tarde no Sindicato dos Bancários em São Luís- MA.

Foto 08 – Candidatos a Governador do Estado do Maranhão que assinaram a Carta Compromisso dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão.



Fonte: Autoria própria, 2014.

No Ato em São Luís, os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania*, contou com a participação de 60 municípios e com a adesão de 300 entidades. Mas, somente três dos candidatos a governador do Estado do Maranhão compareceram e assinaram a carta compromisso. Como segue respectivamente as fotos: Prof^o Josivaldo (nº 21, PCB), Saulo Ancangeli (nº 16, PSTU) e Luís Pedrosa (nº 50, Psol). Já, os candidatos Lobão Filho (PMDB) e Flávio Dino (PCdoB) não assinaram a carta. Após o ato houve ampla divulgação em todo o Estado sobre os candidatos que mostraram compromisso com o projeto presente na Carta.

Portanto, essas experiências aprofundaram o debate sobre a política do Estado do Maranhão protagonizado pelos militantes do movimento *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* em conjunto com outras entidades de luta social.

3.1 Narrativas de lutas e experiências dos/das Militantes dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão

Todos os/as militantes do movimento participam de um núcleo municipal, composto obrigatoriamente, de dez militantes sociais que se identifiquem com as lutas do movimento, a defesa dos direitos humanos e que seja honesto/a e ético/a. Todos eles/elas tendo essas características assinam a carta compromisso com as diretrizes, princípios e valores dos Fóruns e Redes de Cidadania. (FÓRUNS E REDES, 2011).

Constituem deveres dos integrantes do núcleo do movimento conhecer o plano de ação do movimento (local, regional e estadual), colaborar para sua efetivação e participar das atividades, encontros e reuniões (FÓRUNS E REDES, 2011).

No plano de luta local, o trabalho popular, de mobilização, reunião, encontros com as comunidades rurais, de bairros e periferias, foi de fundamental importância para a organização social e difusão da concepção de movimento social pensado e defendido pelos Fóruns e Redes de Cidadania (FÓRUNS E REDES, 2011).

Constitui compromisso do núcleo local a escolha de um membro para participar da Coordenação Geral das articulações regional e estadual; Todas as deliberações tomadas pelas instâncias do movimento devem obedecer ao critério democrático da votação, quando não for possível o consenso. As decisões tomadas pela instância do movimento, conforme as suas atribuições, para valerem como regras para o conjunto do movimento, devem estar conforme as diretrizes e o plano de ação da organização.

Os 10 militantes entrevistados ³² que compõe a amostra desta pesquisa sobre o movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* são de diferentes áreas do conhecimento, a começar pelo assessor de direitos humanos **Jorge Moreno** – Juiz aposentado, 50 anos, Bacharel em Direito; **Iriomar Teixeira** – Advogado, 37 anos, Bacharel em Direito, **Nívia Rocha** – professora especialista, 38 anos, licenciada em Filosofia; **Francisca Costa** – professora, 48 anos, Licenciada em Pedagogia; **Ianaldo Pimentel** – professor, 44

³² Ver em apêndice (A, B) o modelo de questionário e entrevista gravadas.

anos, Licenciado em Matemática; **Ivan Sousa** – professor, 37 anos, licenciado em Geografia; **José Atailson** – professor, 53 anos, licenciado em Filosofia; **Márcia Natalina** – professora, 39 anos, licenciada em Psicopedagogia; **Marlon Cardoso** – enfermeiro, 30 anos, Bacharel em Enfermagem e **Vadilson Conceição** – agente comunitário de saúde, 38 anos, ensino médio completo.

Jorge Moreno, 50 anos, Juiz de Direito aposentado e relator de Direitos Humanos dos Fóruns e Redes de Cidadania do Maranhão, iniciou sua trajetória de luta nos grupos da Pastoral da Juventude (PJ) no bairro de Fátima em São Luís e na congregação religiosa dos Combonianos no Ceará, ambos, movimentos religiosos da igreja Católica. Após a experiência religiosa, ele se dedicou aos movimentos sociais, mantendo participação ativa até a atualidade. Em 2006, já formado e exercendo a função de juiz de direito, organizou junto aos irmãos lassalistas ligados também a igreja católica na região do Turi no Maranhão, um curso de formação em direitos humanos que culminou no surgimento dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania, um movimento social fundamentado em quatro colunas, como Moreno destaca:

A primeira coisa era de que o movimento iria ter: 1º, uma agenda independentemente do Estado. 2º, não iria depender, nem economicamente nem politicamente de outro movimento, ele teria que arrecadar recursos para garantir a sua agenda. 3º, ele não iria ter relações de hierarquia, nem interna, nem externa, seria relações mesmo horizontais, e 4º teria uma visão bem clara de que o direito, ele resulta de uma luta e ele só é efetivado se tiver uma luta, então você não efetiva direitos através de petições, você efetiva direitos através de um processo de luta, porque isso tem que ficar bem claro na cabeça das pessoas para que elas não percam esse significado, que não é um papel, não é uma folha de papel, é a luta concreta que traduz que impregna em você, e que inclusive faz com que você tenha consciência, realmente essa consciência dos seus direitos (Jorge Moreno, 50 anos, Juiz de Direito aposentado, 2017, entrevista).

Iriomar Teixeira tem 37 anos e é Advogado. Teve sua história marcada pela luta da terra, participou das Comunidades Eclesiais de base (CEBs). Foi membro e em seguida coordenador diocesano da Pastoral da juventude (PJ). Participou da Comissão Pastoral da Terra (CPT), até que foi convidado a participar de um curso de formação política, organizado pela igreja católica que teve como coordenador do evento o Juiz de direito Jorge Moreno, com quem logo ficou amigo. Em 2007 quando ele já era estudante de direito foi convidado pelo juiz para fazer uma Jornada de direitos humanos na Região do Turi e conseqüentemente em outras

regiões do Maranhão. Foi responsável pela fundação do núcleo municipal dos Fóruns e Redes de São Mateus e atualmente é o assessor jurídico dos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania*. Ao destacar a atuação da assessoria jurídica no Maranhão, Iriomar pontua:

[...] a nossa relação é a relação de fiscalizador, nós não temos relações de subordinação, a nossa relação é de quem tem obrigações e a relação de quem têm direitos, então a nossa relação ela é muito clara desse ponto de vista, é uma relação de fiscalizador, é uma relação de alguém que cobra, de alguém que exige, porque direito ele não é algo dado, direito tem que ser exigido, tem que ser conquistado, então a nossa relação com o governo, é essa. E é uma relação que tá na Constituição Federal de que o povo tem a soberania popular, de que todo poder, por que é isso que a lei afirma, emana do povo (Iriomar Teixeira, 37 anos, advogado, 2007, entrevista).

Nívia Dutra tem 38 anos e é professora da rede municipal, vem de uma base social católica, era religiosa Franciscana e coordenadora municipal da CPT em Alto Alegre do MA. Em 2004 teve o primeiro contato com o movimento na escola de Formação Política em Miranda do Norte (um curso oferecido pela diocese de Coroatá a lideranças dos grupos da igreja católica), cujo assessor era o Juiz de Direito Jorge Moreno. Em 2005, começou a fazer parte do Centro de defesa da cidadania em Arari e no mesmo ano fundou um núcleo do movimento em Alto Alegre do Maranhão. Em 2012, ajudou a refundar o movimento em Arari e em 2015 fundou um núcleo do Movimento em Santa Quitéria do Maranhão. Atualmente faz parte da coordenação executiva do Fóruns e Redes da Cidadania e é membro da coordenação nacional da Intersindical³³ representando o movimento. Ao falar da atuação do movimento no Maranhão, Nívia Dutra revela:

[...] o fato de você ter conseguido fazer o povo descobrir que têm direitos, e fazer o povo buscar e cobrar esses direitos, de fazê-los ter curiosidade de abrir uma constituição, de abrir uma lei orgânica, acompanhar as sessões na câmara, de fazer essas cobranças, pra mim são grandes vitórias. Fora as outras vitórias, como as que conseguimos em diferentes cidades, de que obras inacabadas fossem concluídas, de conseguir que estradas fossem feitas, creches fossem feitas, conseguir que a merenda escolar que na maioria das escolas era suco e biscoito passasse a ser alimentação escolar rica em proteínas e vitaminas. Conseguir que algumas das escolas do interior que eram casinhas de barro cobertas de palha fossem refeitas. Faz diferença, mesmo sabendo que foi só um pequeno passo dado (Nívia Rocha, 38 anos, professora, 2017, entrevista).

³³ Central Sindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora foi Fundada em 2006 com sede em São Paulo.

Francisca Santos, 48 anos, professora e presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos do município de São Bernardo, vem de uma base religiosa e social, envolvida com a Pastoral da criança e grupos da igreja Católica. Em 2011 conheceu o movimento social dos Fóruns e Redes da Cidadania, quando São Bernardo foi visitado por membros da coordenação estadual do movimento.

Ianaldo Pimentel, 44 anos, professor de rede municipal, vem de base religiosa e social da igreja católica. Começou a participar do movimento em 2007. Segundo Ianaldo:

O município de Cantanhede passava por momento político difícil, trocava prefeito todas as semanas, a cidade estava um caos, os sindicatos dos servidores entraram em greve, eu tomei uma decisão radical, entrei em greve de fome por quatro dias, para pressionar o a gestora a cumprir com as nossas reivindicações, foi o momento de uma grande reunião que envolveu o sindicato, paróquia e assembleia de Deus para diálogo com a gestão e não tinha no momento o advogado do sindicato, pensamos em convidar o Dr. Jorge Moreno para intermediar, ele aceitou com bom gosto e veio imediatamente, a reunião começou por volta de mais 17 horas e que se estendeu pela noite e fomos vitoriosos, uma grande multidão a guardava o resultado da reunião e todas as nossas reivindicações foram aceitas, mesmo depois algumas não sendo cumpridas, mas conseguimos aprovação do nosso plano de cargo e carreiras, passamos ter o melhor salário da região e diminuiu a perseguição políticas devido a nossa luta (Ianaldo Pimentel, 44 anos, Professor da Rede Municipal, 2017 Questionário).

Ianaldo Pimentel após ter experimentado os efeitos positivos da luta por direitos em sua própria cidade entrou no movimento, ajudou a fundar um núcleo em Cantanhede e atualmente é membro da coordenação executiva do Movimento.

Vadilson Conceição, 38 anos, Agente comunitário de Saúde, vem das lutas pela preservação do meio ambiente como presidente da associação e do conselho ambiental do Povoado Cassó - Primeira Cruz – MA. Começou a participar do movimento em 2014, quando foi convidado por Dr. Jorge Moreno que assessorava o curso de militantes no povoado. Vadilson entrou no movimento com o objetivo de aprofundar seu conhecimento sobre direitos e para contribuir com a luta do movimento. Em Primeira Cruz, ajudou a fundar o núcleo dos Fóruns e Redes e atualmente é coordenador estadual do movimento.

José Atilson, 53 anos, professor da rede Estadual em Presidente Vargas, começou a participar do movimento desde o início em 2006, a partir das duas experiências de cursos de formação de “Fé e Política” oferecida pela Igreja Católica

na diocese de Coroatá. Atualmente ajuda a coordenar o núcleo de Presidente Vargas e é membro da coordenação estadual do Movimento.

Márcia Bezerra, 39 anos, professora da rede municipal de Vargem Grande, vem da Igreja Católica como coordenadora diocesana da Pastoral da juventude (PJ), foi militante do Partido dos Trabalhadores (PT). Entrou no movimento no ano de 2007, quando foi convidada por militantes do partido a participar de uma reunião do movimento. Em 2008 ajudou a criar um núcleo do movimento em Vargem Grande e atualmente faz parte da coordenação estadual e executiva dos Fóruns e Redes de Cidadania do Estado do Maranhão.

Marlon Cardoso, 30 anos, Bacharel em Enfermagem, residente em Itapecuru –MA, atualmente trabalha como enfermeiro no município de Pirapemas – MA. Sua trajetória de luta iniciou como membro da Pastoral da juventude (diocese de Itapecuru) grupo de jovens da Igreja Católica. Em 2010, entrou no movimento quando foi convidado pela militante social do movimento Kassia Nascimento, para participar do Tribunal Popular do Judiciário uma atividade dos Fóruns realizada na cidade de Codó.

Ivan Sousa, 36 anos, professor da rede municipal, graduado em Geografia, residente em Belágua – MA, uma das cidades mais pobres do Brasil. Em 2009, quando era então presidente do Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Belágua, convidou o Juiz de Direito Jorge Moreno para presidir uma assembleia cuja discussão era voltada para os direitos humanos e o combate a corrupção. Após a assembleia entrou no movimento e ajudou a fundar dois núcleos dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania na região, um em Belágua e outro em Urbano Santos. Atualmente é militante social e coordenador estadual dos *Fóruns e Redes de Defesa da Cidadania do Estado do Maranhão*. Segundo ele, o que o levou a participar do movimento foi:

Saber que as pessoas que são lideranças deste Movimento são honestas e de reconhecimento popular que prezam pela sinceridade, lutam pelos direitos dos mais necessitados combatem a corrupção de forma intransigente denunciam qualquer ato de violação de direitos humanos e que não fazem acordos escusos e nem tão pouco negociam direitos e tem sempre no companheirismo uma fonte de ânimo e compromisso com as causas sociais (IVAN SOUSA, 36 anos, Professor da Rede municipal, 2017, Questionário).

As formas de organização da militância do *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania*, seja em São Mateus, Arari, São Bernardo, Cantanhede,

Vargem Grande, Itapecuru, Primeira Cruz, Presidente Vargas, Belágua ou quaisquer outra cidade do Maranhão, foram construídas na perspectivas das lutas pelos direitos sociais básicos.

Ilse Scherer (2006) destaca que a sociedade civil é a representação de vários níveis de interesses e que os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas. O *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* como movimento estadual tem integrado as lutas municipais fazendo com que o problema de violação de direitos em um município seja tratado como uma questão estadual.

Nas análises das entrevistas percebo que há um conceito ampliado de participação social. O *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* no ano de 2006 traz uma noção ampliada de cidadania, defendendo a concepção de que todos, sem distinção, sem preconceito, todos são cidadãos e têm direito a liberdade e participação nas decisões sociais. Observo que, em seu conjunto, a participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, bem como, numa concepção democrática que objetiva fortalece a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social, acionando os princípios dos direitos humanos. Como aponta Nívia Dutra:

Essa relação com organismos governamentais sempre foi de cobrança e de fiscalização. Nós sempre nos relacionamos com os poderes públicos, cobrando a efetivação da garantia dos nossos direitos (Nívia Rocha, 38 anos, professora, 2017, entrevista).

Os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* que nasceu das lutas nos municípios, e construiu sua agenda de luta coletivamente a partir das demandas locais, regionais, estaduais e nacionais têm se concentrado nos três eixos: crítica à política municipal/ estadual, o combate a corrupção e o controle social como vimos acima.

3.2 Os novos processos organizativos e as articulações políticas com outros movimentos na construção das estratégias de luta

Os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* apresenta um campo de relações muito diversificado, que vão desde o dialogo com os movimentos

sociais até sindicatos, organização não governamental (ONGs), associações comunitárias locais, redes de movimentos e organizações de aspecto variado, destacando-se a defesa dos direitos sociais em suas mais diversas linhas de atuação. Além disso, apresenta uma rede de relações com movimentos sociais nacionais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Povo Sem Medo³⁴ e movimentos sindicais como a Intersindical e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Um dos últimos eventos marcantes na história do Movimento dos Fóruns e Redes de Cidadania foi em 2016 quando foi feito o lançamento da Frente Povo Sem Medo no Maranhão. Esse momento foi coordenado por Jorge Moreno, Iriomar Teixeira, Advogado dos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*, Luís Antônio Pedrosa, Advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e presidente Estadual do PSOL e Guilherme Boulos fundador do MTST. O evento também contou com a contribuição de representantes da Intersindical, relupo³⁵, Jsol³⁶, Diretório Estadual e Municipal do Psol. A foto a baixo foi tirada no lançamento da frente Povo Sem Medo no Maranhão no dia 25 de fevereiro em São Luís, às 4 horas da tarde, na sede da Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura no Estado do Maranhão - FETAEMA, com a presença de mais de 600 pessoas.

³⁴ O povo sem medo é uma frente unitária de movimentos sociais que tem como maior objetivo a realização de amplas mobilizações populares.

³⁵ Resistência e Luta Popular

³⁶ Juventude Socialista e Liberdade

Foto 9 – Lançamento da Frente Povo Sem Medo na FETAEMA, sendo coordenada pelo juiz de direito Jorge Moreno, São Luís - MA, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2016.

O esforço do movimento está em transformar as bases sociais e culturais de uma sociedade que historicamente foi marcado pela violência, exploração, negação de direitos, formando novas bases sociais em cada localidade, construindo canais de participação social, participando ativamente do controle das políticas públicas, por meio da luta organizada e dos direitos humanos, como explícitos e justificados nas falas a seguir:

[...] em diversos municípios, praticamente quase todos os municípios por onde se passou, teve sempre conquistas, bem efetivas, em relação à questão da luta pela terra como aconteceu inclusive em Urbano Santos, povoado Santa Maria pela fiscalização da alimentação escolar, do transporte escolar, é como acontece em São Bernardo, né, a questão de espaços públicos, na construção de espaços públicos como matadouros, que aconteceu vários municípios do maranhão como vargem grande, Cantanhede, mas eu diria assim, que a gente conseguiu imprimir alguns ritmos na nossa política, na nossa discussão pública no maranhão, um deles foi a prestação de contas. Era um tabu imenso quando a gente começou isso em 2007, que foi pela primeira vez que se fez. E hoje, praticamente em quase todos os municípios não só é obrigação, mas, já é comum, as pessoas iam mesmo pras câmaras de vereadores, pegavam a prestação de contas, e onde não tinha foi feita a representação, então foi cassado vários prefeitos porque não apresentava prestação de contas, muito embora o tribunal restituísse o mandato desse prefeito, mas foram cassados. Então isso foi uma conquista muito grande, essa discussão sobre o nepotismo, as marchas contra a corrupção, né, as denúncias que foram feitas em relação aos prefeitos em que vários foram cassados, principalmente na região do Turi, da operação rapina 1, rapina 2, em quase todos os municípios esses prefeitos foram cassados e essas operações tinham participação de

membros dos fóruns e redes fazendo denúncia (Jorge Moreno, 50 anos, Juiz de Direito Aposentado, 2017, entrevista).

Então os fóruns e redes ele surge a partir disso, a partir da população e da cobrança das política pública e não a formulação da política pública a partir daquele que estudou, a partir daquele que tem o bacharelado, a partir daquele que foi pra universidade, mais a política pública a partir daquele que vive, a partir daquela pessoa que tá lá, na periferia, que tá na zona rural, que está lá no quilombo, que tá na aldeia, que tá nas grandes cidades, ou seja, o cidadão que a Constituição Federal é, o tem como o soberano, né, como a soberania popular, então eu não tenho duvida de que no decurso desses dez anos de que nós construímos, e não só construímos, mas efetivamos muitas políticas públicas, muitos direitos na vida da cidadania maranhense (Iriomar Teixeira, 37 anos, advogado, 2017, entrevista).

Uma das principais estratégias de luta dos Fóruns e Redes de Cidadania é a ocupação e a pressão popular por meios de representações via judicial, e da desobediência civil como forma de pressionar os órgãos que deveriam promover a justiça social. Santos (2011, p. 25) destaca que a “redemocratização e o novo marco constitucional deram maior credibilidade ao uso da via judicial como alternativas para alcançar o direito”. No entanto, ainda há um sistema hierárquico na justiça brasileira, dominada pelas elites. Nesse sentido, o movimento social vem fazendo seus trabalhos de ocupação, lutando nas ruas por vida digna, pela aplicação correta dos recursos públicos e no combatendo a corrupção.

Um dos momentos significativos na história dos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* foi a ocupação na Polícia Federal de São Luís, no dia 25 fevereiro de 2016. Foram protocolados dossiês das Auditorias Populares³⁷ realizadas em obra federais, com indícios fortes de desvio de recursos públicos. Obras inacabadas, abandonadas, algumas nem iniciadas, mas com o prazo de conclusão finalizado, espalhadas pelo Maranhão inteiro. O movimento fez uma ocupação para pressionar a investigação dos recursos federais que são destinados a construção de obras públicas no Maranhão. A foto abaixo foi tirada na ocupação na Polícia Federal, na qual o movimento exigiu uma força tarefa para

³⁷ Foram objeto de Auditorias Populares obras inacabadas em 25 municípios: Creches, Escolas, Quadras e Ginásios Poliesportivos, Unidades Básicas de Saúde, Praças, Portais, Estradas, Casas Populares e obras na área de Saneamento Básico, principalmente Poços Artesianos. Municípios que participaram do ato: São Bernardo, Santa Quitéria, Primeira Cruz, Barreirinhas, Humberto de Campos, Urbano Santos, Belágua, Vargem Grande, Presidente Vargas, Itapecuru-Mirim, Santa Rita, Anajatuba, Arari, Cantanhede, São Mateus, Pedreiras, Trizidela do Vale, Lago dos Rodrigues, Brejo de Areia, Olho D'água das Cunhãs, Bom Jesus das Selvas, Açailândia, Zé Doca, Bequimão e Palmeirândia.

investigar as prefeituras do Maranhão no dia 25 de fevereiro de 2016, às 3 horas da tarde na frente da sede da Polícia Federal em São Luís- MA.

Foto 10 – Ocupação na Polícia Federal, São Luís - MA, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2016.

Segundo Gohn (2011) o movimento social enquanto sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora do seu contexto histórico e conjuntural. Nesse sentido um dos eixos de luta do *Fóruns Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* é a luta pela terra. O Maranhão vem sofrendo um processo de apropriação de seus biomas por grandes empreendimentos privado, muitas das vezes financiado com recursos públicos, como parte de uma concepção de desenvolvimento, que prioriza monocultivos (eucalipto, soja, cana, etc), pecuária extensiva, mineração, refinaria, carvoaria, gerando uma forte degradação ambiental, comprometendo a vida, a liberdade e o território de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas ribeirinhos, extrativismo e a biodiversidade.

O *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* do Maranhão vem pressionando e denunciando as ocupações ilegais de terras por fazendeiros, latifundiários e grileiros no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão (INCRA-MA) e no Ministério Público, para resolver com o máximo de urgência esses problemas. O Maranhão atualmente é o estado com maior número de conflitos agrários, segundo relatório divulgado em 11 de maio de 2017 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em São Luís. Há seis anos ocupa a primeira colocação do país em ocorrências de violência no campo. Foram registrados só em 2016, 194 conflitos em 75

idades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas. O movimento social Fóruns Redes tem entrado com ações pela posse da terra no INCRA-MA³⁸, assim no dia 26 de fevereiro de 2016, às 10 horas da manhã com a presença de mais de 700 pessoas em São Luís, a militância do movimento que na sua maioria são lavradores, trabalhadores rurais, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco e ribeirinhos realizaram pressão popular e ocuparam as repetições do INCRA no Maranhão.

Foto 11 – Ocupação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA), São Luís - MA, 2016.



Fonte: Autoria própria, 2016.

Os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* vêm construindo uma luta organizada por direitos no Maranhão dentro de uma lógica de organização e planejamento. Nesse sentido, o movimento realiza periodicamente cursos de formação jurídica e humana, voltados para preparar sua militância para atuar contra as violações de direitos presentes nesse Estado. Desde 2011, os militantes escolheram o povoado chamado Cassó, município de Primeira Cruz – MA para realizar seu curso e formar militantes para a *causa social*, com perspectiva de organizar a população maranhense para *lutar por seus direitos*.

O *Fóruns e Redes* é composto por base social diversificada. Depois de sua preparação no curso de militantes sociais realizam encontros de comunidades,

³⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Foi criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

comício da cidadania, palestras sobre direitos humanos, congresso de políticas públicas e outros encontros sociais. As fotos abaixo foram tiradas entre os dias 20 e 23 de janeiro de 2017, no povoado Cassó – Primeira Cruz, no curso de formação de militantes sociais do Maranhão coordenado pelo Juiz de direito aposentado Jorge Moreno.

Foto 12 – Curso de formação de militantes sociais, Primeira Cruz - MA, 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

De acordo com Gohn (2011), na dinâmica dos novos movimentos sociais o militante precisa ter formação, para analisar, debater e defender sua causa, bem como alimentar sua concepção de direitos humanos e ampliação da base das mobilizações. Nos *Fóruns e Redes* se percebe essa lógica de atuação com: formação das bases sociais; planejamento unificado unindo populações de diferentes categorias de trabalho por agendas comuns e localizadas.

Nesse contexto social de inovação dos movimentos sociais como pode ser observado, percebermos novas dinâmicas de atuações na luta em prol do direito, tanto pelas vias das pressões da militância nas ruas como por vias jurídicas.

O movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* no Maranhão tem sido um divisor de águas, antes do Movimento o povo sofria isolado e calado às violações de direitos. Após o Movimento, o povo foi superando o processo de exclusão e aos poucos foram ocupando as ruas, praças das cidades, as promotorias, prefeituras, ou qualquer outro espaço de fiscalização ou denúncia, provocando diferentes dinâmicas na luta social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho percorri algumas teorias dos novos movimentos sociais, fazendo análises de suas diferentes formas de discursos e atuação. Fiz uma pesquisa, como pesquisador/militante com os/as participantes do movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*, no qual sou um dos coordenadores Estaduais. Realizei trabalho de campo, fazendo entrevistas gravadas e questionários com representantes de 10 cidades do Maranhão e pesquisa dos documentos que registram a história e atuação do mesmo. Além de detalhar o perfil e luta dos militantes sociais.

Iniciei esta pesquisa sendo o sujeito e o objeto de meu próprio estudo. A minha história de superação e de luta é o resultado concreto da transformação que os movimentos sociais e, em meu caso específico, o *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania*, realizou em minha vida, na de minha cidade e no estado do Maranhão. E assim como eu, muitos outros militantes através do Movimento tomaram consciência da história de exploração que a nossa gente está sujeita e assumimos a responsabilidade coletiva de intervir na sociedade para transformá-la.

Os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* é um Movimento social com muitas peculiaridades que o diferencia dos demais movimentos. Começando pela própria formação do Movimento não temos um público alvo, nossa constituição humana é a totalidade como citamos no capítulo três. Faz parte do Movimento, negros, brancos, índios, lavrador, pescador, professor, advogado, juiz, mulheres, jovens, adultos, adolescentes, idosos, desde que não seja fascista, homo fóbico, racista, sexista, machista, que saiba respeitar a diversidade cultural e esteja disposto a empreender uma luta municipal e estadual. Pois, assim como o público do movimento é diverso, a luta também é diversificada, trazendo agenda no campo: educação, saúde, saneamento, terra, infraestrutura, moradia, cultura, esporte e lazer.

Nos *Fóruns e Redes* a luta é sempre coletiva, não existe a luta de um município, existe sempre a luta no contexto como mostrei no corpo desta monografia através de fotos e documentos em geral e como diz o próprio Lema do Movimento: “*Este estado é nosso chão de luta!*” Retomo o exemplo de Anajatuba em 2015, quando os pescadores e lavradores tiveram seus campos e lagos cercados por fazendeiros e políticos da região e nada podiam fazer por estarem isolados e

enfraquecidos diante da organização dos grileiros que além de dinheiro contavam com o apoio dos políticos, dos policiais e da juíza da cidade Jaqueline Rodrigues da Cunha. As comunidades de Anajatuba que na maioria das vezes sobreviviam da pesca nos campos, da lavoura de arroz e da criação de animais de pequeno porte foram perdendo seus meios de produção, o que para muitos era a única forma de sobrevivência. O *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão* através dos seus núcleos de varias cidades, atuou junto aos lavradores para cortar as cercas. A luta se estendeu por anos, lavradores foram presos, as cercas foram erguidas e derrubadas três vezes, o advogado do movimento Iriomar Teixeira baseado na lei nº 5.047/90, que defende os campos alagados como patrimônio público e no decreto estadual nº 11.900/1990 que criou a área de proteção ambiental da baixada, defendeu os lavradores e acusou como ato de improbidade a decisão da juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha.

Vários atos foram feitos tanto em frente a comarca de Anajatuba com representantes de outros municípios, como em várias outras cidades. A notícia correu o Brasil e entidades de vários estados manifestaram apoio assinando uma carta de repúdio à decisão da juíza. A decisão da Juíza também foi queimada em frente dos Fóruns de várias comarcas do Maranhão em atos de protesto.

A pressão popular foi tanta que em 19 de Maio de 2016, a juíza revogou sua sentença e os presos políticos de Anajatuba (Edinete Rodrigues, Manoel e Piva) foram libertos. A luta continuou entre os fazendeiros apoiado pelas autoridades e o Movimento Fóruns e Redes, denunciaram na justiça, até que em Setembro de 2017, quando um destacamento de engenheiros ambientais por decisão da justiça derrubou por fim as cercas proibindo que fossem levantadas novamente.

A minha cidade foi também meu objeto de estudo, a utilizei para mostrar impacto das praticas coronelistas e o empobrecimento financeiro e cultural que esta gera e no caso de São Bernardo gerou sobre a população. E como disse acima eu cresci alheio de consciência: de classe; política; social; histórica.

Na Universidade, ao mesmo tempo em que se promovia condições de possibilidade para o despertar crítico dos estudantes, se convivia paralelamente com o conservadorismo que neutralizava a práxis libertadora. A consciência que a universidade me proporcionou, comparo com o “DASEIN” de Heidgger, como o ser que se mostra e se esconde. Contudo, foi nesse ambiente de academia, que presidindo o centro acadêmico realizei greves e participei de projetos como PIBID o

que me aproximou mais da juventude e me permitiu perceber “de fora” suas dificuldades financeiras, educativas e sociais, o que contribuiu em muito para despertar meu senso crítico.

Mas a compreensão de realidade tive no Movimento social do Fóruns e Redes, foi lá que tomei consciência da luta de classes na sociedade capitalista. Nos cursos de formações estudávamos as teorias de autores como: Boaventura, Carvalho, Nunes Leal, Jessé de Sousa, Dacy Ribeiro entre outros, histórico, política e sociais e no trabalho de base entendíamos essas teorias na vida concreta de nossa gente, na luta que eles travavam todos os dias pela garantia dos direitos.

Neste trabalho observei a teoria dos clássicos e novos movimentos sociais e usei autoras como de Gohn e Sheren-Warren para compreender a atuação dos Fóruns e Redes da cidadania do Maranhão. As duas autoras apontam que a criação das organizações sociais de redes de promoção dos direitos humanos além de influenciar na atualidade é também responsável por uma participação mais ativa das organizações sociais com envolvimento social democrático. O que corroboro, citando a atuação dos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão*, como aponte em vários exemplos concretos em todo estado, como a luta pelos campos livres em Anajatuba, pelo salário justo dos servidores públicos em Cantanhede, pela erradica do sub- registro de nascimento em Santa Quitéria a campanha sobre educação, o Tribunal do judiciário entre outros, que vem desencadeando um processo de mudança no comportamento social, pela prática difusa do exercício da cidadania na luta coletiva pela garantia dos direitos.

Com Gohn (2011, p. 23), por exemplo, podemos perceber o quanto é inegável “que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, os quais foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”, constituindo a partir de então uma nova fase da história do povo brasileiro como a conquista de seus direitos civis, políticos e sociais.

Gohn, também provocou o debate sobre a relevância dos direitos humanos e a formação para a cidadania participativa no Brasil e que segundo ela foi responsável para consolidar na década de 80, o assim chamado Estado democrático de direito.

Seguindo a mesma linha de reflexão de Gohn, Scherer Warren (2012) diz que o espaço de participação da sociedade civil organizada na formulação de

propostas e diretrizes de políticas públicas, se deu por meio das criações de mecanismo de controle social de políticas públicas. Como bem se observa através da história, no final do século XX, quando surgem novas dinâmicas das lutas sociais realizadas coletivamente pelos segmentos da sociedade civil, desde movimentos de sindicatos, da classe trabalhadora, da união estudantil, ONGs entre outros, e atualmente o movimento Fóruns e Redes de Defesa da Cidadania que também atua como fiscalizador no controle social de políticas públicas.

Outra importante novidade dos mecanismos de participação social foram os conselhos, também frutos das lutas sociais e que segundo Gohn (1997), se materializaram com a consolidação da Constituição Federal de 1988 quando se cria, do ponto de vista legal as condições para tal instituição. Os conselhos municipais ou de políticas públicas, que surgiram com a força da sociedade civil organizada para garantir a execução das Políticas Públicas, são segundo Gohn:

Novas redes de participação institucionalizadas foram criadas com os conselhos, câmaras, fóruns e assembleias nacionais, implementadas pelo poder público por meio de políticas sociais para atender às novas exigências constitucionais [...] para entender a construção e a dinâmica do sujeito nos movimentos e redes sociais civis na atualidade, é necessário entender as novas políticas institucionalizadas do país. Redes civis focadas em projetos socioculturais, entidades geradoras de renda via economia solidária, parcerias público-privado em projetos socioeducativos nas escolas etc. passaram a dominar a cena do associativismo no novo século, fortalecendo o campo de uma cultura comunitária local, com ativistas focados no cumprimento de metas dos projetos sociais envolvidos, e não mais militantes de causas e organizações com vínculos político-partidários e sindicais. (GOHN, 2014, p. 58).

A ótica do controle social e a fiscalização das ações do poder público do ponto de vista orçamentário deu grande destaque aos conselhos que apesar de ter inibido o processo de corrupção, não conseguiu superá-lo. Pois, o executivo tanto a nível municipal como estadual ou federal continuam tendo controle sobre os conselheiros que em sua maioria são indicados pelos próprios gestores.

Para os movimentos, a legalização dos conselhos foi fruto de muitas lutas, no entanto, dificilmente um militante consegue participar facilmente de tais conselhos. Mesmo porque nos conselhos em que há participação de militantes de movimentos sociais o processo de fiscalização acontece com maior rigor.

Seguindo a linha histórica da pesquisa das duas autoras sobre os *conceitos* e teorias dos movimentos sociais, é possível notar que a história da

sociedade brasileira, desde a colonização foi marcada por um profundo nível de desigualdades, injustiças, preconceitos e exclusão social. E tudo isso provocou um ciclo vicioso histórico que se auto alimentou e que só foi, e é possível romper com o trabalho que os movimentos sociais realizam, a começar pela conscientização até a intervenção social.

Um exemplo foi o que aconteceu *em Araguañã – MA* no ano de 2008, quando os militantes do movimento participaram na elaboração do orçamento participativo, e na Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de diretrizes Orçamentária (LDO) e Projeto Pluri Anual (PPA), visando fiscalizar, controlar e intervir nas ações governamentais, exercendo pressão popular para que fossem efetivadas as demandas sociais a partir da participação dos/das militantes e da sociedade civil nos conselhos.

Os Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania aproxima-se dos conselhos, haja vista que estes “[...] criam condições para que haja um sistema de vigilância sobre a gestão pública e levem a uma maior cobrança de prestação de contas sobre o Poder Executivo, principalmente no nível municipal” (GOHN, 2006, p.09).

As lutas do movimento social *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* é expressão da organização da sociedade civil atuando de forma organizada e coletiva como resistência à exclusão social, imposta pela corrupção principalmente na política maranhense. Foi a partir das violações de direitos e negligência por parte do Estado que surgiu a necessidade de criar uma organização social no Maranhão para atuar na luta por direitos humanos, provocando mobilização social, despertando e sensibilizando a consciência dos indivíduos como frisa Maria Glória Gohn: “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (2011, p. 336).

[...] todos os movimentos sociais na sociedade brasileira contemporânea, através de múltiplas redes emancipatórias, estão contribuindo para o combate à exclusão social, para a promoção de políticas inclusivas, para a implementação e criação de direitos humanos de varias dimensões, trazendo para o debate da sociedade civil a questão da necessidade transversalidade dos direitos humanos na formulação das políticas públicas (Scherer Warren, 2012, p. 196).

Os Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão desde sua origem na região do Turi vêm tendo uma relação com varias entidades de combate as injustiças sociais nos municípios, Estado e no país, pois vem atuando onde existem Núcleos do movimento em parceria com outros movimentos sociais e entidades, em forma de redes de relações sociais.

Antonio Lambertucci (2009) chama atenção ainda para o fato de como tais organizações e movimentos sociais constituem ambientes de participação em uma grande rede entre indivíduos sendo através destas redes que “[...] os atores sociais formam opinião, se expressam, fazem sua vontade ganhar poder coletivo e, assim, interferem nos destinos do país” (2009, p. 82).

De maneira geral, os movimentos sociais populares historicamente expressam suas manifestações de caráter público nas quais os cidadãos políticos (ou classes sociais) se organizam e pressionam as entidades públicas com o objetivo de chamar a atenção dos órgãos governamentais para que seus direitos e as demandas sociais sejam atendidos e garantidos como previsto na Constituição Federal.

Os movimentos tem um importante papel a ser exercido tomando como base um novo conceito de planejamento público marcado pela participação popular, que vem desempenhando um papel fundamental para consolidação do Estado democrático de direito.

A democracia, entendida como regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral dos direitos humanos, é fundamental para o reconhecimento, a ampliação e a concretização dos direitos.

Como parte dessa soberania, os militantes sociais formado pelos *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* do Maranhão traz em uma perspectiva de garantir a todos o acesso à cidadania ativa, ou seja, acesso ao espaço público com condições de sobrevivência humana digna; a logica da luta organizada não é por uma só causa social ou por uma só politica pública especifica, mais sim, por um conjunto que complementa os conjuntos de direitos previstos na Carta Magna, assim a maioria dos movimentos sociais, como os *fóruns*, vem lutando de forma organizada e traçando metas para conquistar poder, ocupando os espaços e garantindo a efetivação das politicas públicas.

A contribuição deste trabalho está em colaborar com os estudos e as diferentes formas de atuação dos movimentos sociais na sociedade brasileira,

buscando compreender como cada movimento se comporta na atualidade, trago o exemplo o movimento social *Fóruns e Redes de Defesa da Cidadania no Maranhão* que tem uma militância diversificada e que atua em vários municípios de todo o Estado no combate às práticas de violações de direitos.

A atuação dos militantes do movimento *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* nos diversos municípios onde se tem núcleo, o movimento teve conquistas sociais efetivas, em relação à questão da luta pela terra como aconteceu no município de Urbano Santos - MA, Vargem Grande, Anajatuba e outros; a conquista da alimentação escolar, do transporte escolar e iluminação pública no município de São Bernardo – MA; a construção de espaços públicos como matadouros, quadras poliesportivas, escolas, Creches que aconteceu vários municípios do Maranhão como Vargem Grande, Zé Doca, Cantanhede, São Bernardo, Arari, Bequimão, São Mateus entre outros. O movimento conseguiu imprimir ritmos na política de alguns municípios do Maranhão, um deles foi a prestação de contas, os congressos municipais de políticas públicas, uma nova estratégia quando surgiu o movimento *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* em 2007. E hoje, praticamente em todos os municípios se tornou prática comum.

Os *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* surge a partir da necessidade de se ter uma organização social, para fazer as cobranças das políticas públicas e não a formulação da política pública a partir daquele que estudou, a partir daquele que tem o bacharelado, ou partir daquele que foi para universidade, mas a política pública a partir daquele que vive na sua realidade, daquela pessoa que está no seu meio social, nas periferias, na zona rural, no quilombo, na aldeia, nas grandes cidades, ou seja, o cidadão que a Constituição Federal, o tem como o soberano.

Esse movimento maranhense é um espaço aberto de encontro de militantes sociais para o aprofundamento e mediação do debate democrático de ideias, a formulação de propostas de políticas públicas, a troca livre de experiência e a articulações para as ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao sistema opressor do capital.

Nessa nova conjuntura social, os movimentos sociais, bem como o movimento *Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania* vêm buscado medidas emergenciais como forma de transcendência para a luta política por

direitos. De acordo com Scherer - Warren (2012) os envolvidos cidadãos críticos vêm revertendo sua concepção de lutas, buscando o controle social das políticas públicas pela cidadania organizada a partir das redes da sociedade civil, para que a conquista e o controle ocorra em favor da promoção da igualdade social, por direitos humanos das pessoas mais excluídas.

Desse modo é perceptível concluir que as lutas sociais travadas ao longo da história, principalmente as encabeçadas pelas organizações populares, contribuíram para as conquistas de direitos no Brasil. Nesse sentido, o Fórum e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania no Maranhão, nesses últimos dez anos, mostrada ao longo deste trabalho, apresenta peculiaridades na sua dinâmica de luta construída, acionando um discurso de participação democrática dos/das militantes, através do trabalho de base e da autosustentabilidade financeira como forma de resistência na autonomia do movimento. O movimento constrói sua agenda de luta através de reuniões, congressos, manifestações, ocupações, formações de militantes sociais, denúncias de violações de direitos tanto na esfera municipal quanto estadual, desenvolvendo uma luta diversificada que agrega pessoas de vários segmentos da sociedade civil (lavradores, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco, servidores públicos, LGBTs, advogado, juiz de direito, dentre outros) considerando assim esse conjunto de lutas, numa perspectiva local e regional. Em determinados momentos, como o I Congresso Estadual de Políticas Públicas realizado em 2014 em São Mateus do Maranhão atuou em parceria com entidades e outros movimentos sociais, fortalecendo assim, o debate em torno das políticas públicas, a partir da demanda e da realidade local, no qual resultou na carta compromisso destinada aos candidatos a governador nas eleições de 2014. Foi possível, também, perceber que, mesmo em meio às dificuldades que o movimento enfrenta como a criminalização dos movimentos sociais e, conseqüentemente, a perseguição dos mesmos, assim como também, as dificuldades financeiras, os Fórum e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania vem resistindo, nestes últimos dez anos, com sua maneira própria de atuação e organização, dentro de uma lógica de poder horizontal nas tomadas de decisões.

Concluo, portanto, que todos os enfrentamentos de disputa social e política no Brasil e na América Latina constituem elemento fundante para a construção de uma sociedade democrática, participativa, justa, igualitária e solidária. Além de mostrar que, nossa história é fortemente influenciada pelas relações de

dominação e exploração, que sem a atuação dos movimentos sociais as histórias seriam outras, pois, sem a pressão dos movimentos sociais, não existiriam direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069/1990. **Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 09 maio 2016.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**, - Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- _____. LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- _____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>. Acesso em: 13 de jun. 2017.
- _____. **Lei nº 11.645**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **I Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Jornal da Rede, set.1997.
- BOULOS, Guilherme Castro. **Por que Ocupamos?** 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 264 p.
- _____. **Arquiteto dos sonhos**. São Paulo: 2003. 456 p.
- BITTAR, Eduardo C. B. Escola como espaço de emancipação dos sujeitos. In: _____. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. Modulo IV- fundamentos educacionais de educação em direitos humanos. João pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2008. p.171-177.
- BOYLE, David. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2006.

JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 336 p.

FÓRUNS E REDES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA DO MARANHÃO. **Carta Compromisso (2014)**. São Mateus – MA, 2014. Disponível em <https://docs.google.com/.../1BIJF5_vCOUFtrmJHG3y6ZqcFDwk.../edit>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Carta Compromisso (2011)**. Santa Luzia – MA, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, M. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. **Folha de São Paulo**, 18 maio 2015, p. A12.

COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira. **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

DORTIER, Jean- François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos** / Maria Gloria Gohn. 4 ed. São Paulo: Livraria Loyola, 1997.

_____. Conselho gestores e gestão pública. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 1, p. 5-11, Jan/abr. 2006. Acesso em 15/08/2015.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8. ed. São Paulo: Livraria Loyola, 2013.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da nossa época, 47).

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Culturas brasileiras de participação democrática. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa).

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. (DOSSIÊ: Movimentos Sociais). Acesso em 15/08/2015.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo** (1927). Petrópolis: Vozes, 2002.

JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério - 2º grau).

LANÇAMENTO da Campanha Popular pelo Direito Humano à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade na igreja São João Batista em Vinhais Velho, São Luís-MA. Disponível em: <<https://tribunalpopularodojudiciario.wordpress.com/tag/redes-e-foruns-de-cidadania-do-estado-do-maranhao/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MARX, Karl e ENGELS, F. A ideologia alemã I: crítica da filosofia alemã recente. v. 1, 3 ed. Brasil: Livraria Martins fontes, 1979.

MELUCCI, Aberto. **Challenging codes**. Cambridge: Cambridge Um.Press, 1996.

MORENO, Luís Jorge Silva. **O que são os fóruns e redes de cidadania?** 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FerCidadaniaMA/photos/a.199216413899733.1073741828.199209263900448/199217677232940/?type=3&theater>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PAIVA, Angela Randolpho. **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Pallas, 2012. 200 p.

PINTO, João Batista Moreira. **Direito e novos movimentos sociais**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1992.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo**: política e educação no Maranhão. 1982. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Getúlio Vargas; Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9040/000043934%20C%C3%B3pia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 Jan. 2016.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (Pibid). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>>. Acesso em: 03 out. 2016.

PSOL. Partido Socialismo e Liberdade. **Plano de Governo da cidade de São Bernardo**. 2016. Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/MA/09091/2/100000020975/propost_a_governo1471466511440.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Sociologia das ausências e das emergências**. 2002. Disponível em: <www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Para uma revolução democrática da Justiça**. 3 .ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade** / Boaventura de Sousa santos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SABÁ NETO, Paulo Jorge. **O Controle da prestação de contas de governo municipal**. 2012. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Estadual do Maranhão,. São Luís, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Francisca/Downloads/PAULO-MONOGRAFIA.pdf> >. Acesso em: 17 jul. 2017.

SCHERER- Warren, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos** / Ilse Scherer-Warren. – 1.ed. – Curitiba: appris, 2012. 138p.

_____. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente- A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SADER, Ermir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos- metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2007. p. 75-83.

CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O eca nas escolas: perspectivas interdisciplinares**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

Dagnino, EVELINA (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOGO, Ademar. **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 384 p.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

APÊNDICES

**APENDICE A - Pesquisa para a monografia do Curso de Ciências Humanas/
Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA**

Pesquisador: Teonilson da Silva Moreno

**QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS MILITANTES DO MOVIMENTO FÓRUNS E
REDES DE DEFESA DA CIDADANIA E SUA ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO E NO
ESTADO DO MARANHÃO**

PERFIL DO ENTREVISTADO:

1. Nome: _____

2. Sexo: (____) Masculino (____) Feminino

3. Idade: _____

4. Formação: _____

5. Ano da formação: _____

6. Se possui pós-graduação:(____) Sim (____) Não

6.1. Qual?

—

7. Área de Atuação profissional (trabalha com que atualmente?):

—

8. Conhece a história/ trajetória do movimento Fóruns e Redes de Cidadania?
(____) Sim (____) Não

—

9. Como o movimento surgiu na sua cidade?

—

10. Há articulação com outros movimentos sociais? Se sim, quais movimentos?

—

11. O movimento participa/ participou de algum espaço de construção de políticas públicas? Se sim, como foi a experiência?

—

12. O movimento possui relação com organismos governamentais? Se sim, com quais organismos? Como se constrói essa relação?

—

13. Quanto tempo está atuando no movimento?

—

14. Quais as pautas de luta do movimento em seu município?

—

15. Na sua percepção, quais as principais conquistas do movimento no seu município?

—

16. Como são construídas as estratégias de mobilização?

—

17. Quais as formas de atuação do movimento no seu município?

—

18. Sobre o financiamento do movimento: Como o movimento se sustenta?

—

19. Quais as maiores dificuldades que enfrentou ou enfrenta sendo militante dos Fóruns e Redes de Cidadania?

—

20. O que levou a militar nesse movimento?

—

**APENDICE B - Pesquisa para a monografia do Curso de Ciências Humanas/
Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA**

Pesquisador: Teonilson da Silva Moreno

**ROTEIRO DE ENTREVISTA GRAVADA DIRECIONADO AOS MILITANTES DO
MOVIMENTO FÓRUNS E REDES DE DEFESA DA CIDADANIA E SUA ATUAÇÃO
NO MUNICÍPIO E NO ESTADO DO MARANHÃO**

1. PERFIL DO ENTREVISTADO:

2. Nome: _____

3. Sexo: () Masculino () Feminino

4. Idade: _____

5. Formação: _____

6. Ano da formação: _____

7. Se possui pós-graduação:() Sim () Não

8. 1. Qual?

—

9. Como se tornou militante Social do Movimento Fóruns e Redes da Cidadania do Maranhão?

—

10. Como e quando o movimento surgiu no maranhão?

—

11. Há articulação com outros movimentos sociais? Se sim, quais movimentos?

—

12. O movimento participa/ participou de algum espaço de construção de políticas públicas? Se sim, como foi a experiência?

—

13. O movimento possui relação com organismos governamentais? Se sim, com quais organismos? Como se constrói essa relação?

—

14. Quais as diretriz e objetivos do movimento?

—

15. Nesses 10 anos de existência você poderia listar algumas conquistas?

—

16. Existe uma forma específica de atuar desse movimento?

—

17. Quem financia quem sustenta esse movimento?

—

18. No seu entendimento quais as maiores dificuldades que enfrenta atualmente Fóruns e Redes de Cidadania?

—

19. Existe um motivo especial que o levou a militar nesse movimento?

—

ANEXOS

Anexo I

Carta Compromisso dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão

1. Constituem-se os Fóruns e Redes de Cidadania em espaço aberto da sociedade civil organizada, instrumento de luta e de transformação social, plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário.

2. A diretriz fundamental e prioritária é a organização da sociedade civil, a sua articulação permanente em rede, para que formule uma agenda comum de luta, capaz de mobilizar o povo, de forma organizada, consciente e conseqüente, a fim de que exerça o seu verdadeiro papel de protagonista da história, contribuindo para a formação de uma nova militância social.

3. Os Fóruns e Redes de Cidadania objetiva sempre em suas ações consolidar um movimento de massa, com um projeto popular de exercício de poder, com base na história de luta de nosso povo;

4. Obedecem aos seguintes princípios e valores, norteadores das suas ações e atividades, construídos ao longo de suas lutas, desenvolvidas por todos/todas os/as militantes sociais:

- Exercício livre e constante do poder popular
- Organização popular com projeto e independência em relação a governos, partidos políticos e religiões
- Respeito à pessoa humana e à natureza
- Opção real e concreta pelo oprimido
- Luta pela qualidade na prestação do serviço público
- Transparência dos atos administrativos e fiscalização das autoridades públicas
- Desenvolvimento sustentável, viável e justo
- Defesa intransigente da democracia enquanto espaço de exercício da cidadania
- Papel pró-ativo da sociedade civil
- organização que se funda e fundamenta em organizações de base
- Formação permanente e contínua
- Espaço da pluralidade, de respeito à diferença

5. Constituem as diretrizes básicas do movimento, que devem nortear as ações dos seus integrantes e as atividades a serem desenvolvidas:

- promoção e defesa intransigente dos direitos humanos

- combate público à corrupção
- exercício efetivo do controle social
- participação no planejamento das políticas públicas
- fiscalização e controle dos recursos e das autoridades públicas
- formação permanente para a intervenção qualificada das lideranças sociais

6. O papel a ser desempenhado pela organização é o exercício permanente da cidadania, pressionando e constringendo as autoridades, denunciando as mazelas sociais, promovendo ações e representações em casos de violação de direitos humanos, reivindicando e exigindo o cumprimento da Constituição, das leis e tratados internacionais, cuja preocupação será sempre em assegurar o papel protagonista do povo;

7. Antes de qualquer diálogo as autoridades e enfrentamento com agentes violadores dos direitos humanos, o movimento se preocupará prioritariamente no trabalho de organização social, em mobilizações populares, em despertar a consciência da sociedade para participar;

8. A sua estrutura organizacional compreendem as seguintes instâncias:

a) Responsáveis pela organização, articulação e mobilização popular, trabalhando em conjunto e forma interligada:

- Núcleo Local;
- Articulação Regional;
- Articulação Estadual;

b) Coordenação Executiva: Responsável por representar o movimento, acompanhar a execução das atividades e o monitoramento do Plano de Ação;

c) Coordenação Geral: Responsável por formular a política do movimento, sua condução e direcionamento, defender e cobrar o cumprimento do plano de ação, bem como os princípios e valores;

9. Cada núcleo local será composto, obrigatoriamente, de dez integrantes, militantes sociais identificados com as lutas sociais, com a ética, a honestidade e a defesa dos direitos humanos, que, para sua associação perante o núcleo, deverão assinar a carta compromisso com as diretrizes, princípios e valores dos Fóruns e Redes de Cidadania;

10. Constituem deveres dos integrantes do núcleo conhecer o plano de ação do movimento (local, regional e estadual), colaborar para sua efetivação e participar das atividades, encontros e reuniões;

11. Constitui compromisso do núcleo local a escolha de um membro para participar da Coordenação Geral das articulações regional e estadual;
12. No plano de luta local, o trabalho popular, de mobilização, reunião, encontro com as comunidades rurais, de bairros e periferias, é de fundamental importância para a organização social e difusão da concepção de movimento social pensado e defendido pelos Fóruns e Redes de Cidadania;
13. Todas as deliberações tomadas pelas instâncias do movimento devem obedecer ao critério democrático da votação, quando não for possível o consenso;
14. As decisões tomadas pela instância do movimento, conforme as suas atribuições, para valerem como regras para o conjunto do movimento, devem estar conforme as diretrizes e o Plano de Ação da organização;
15. Os Fóruns e Redes de Cidadania não dependem nem politicamente, nem financeiramente, de qualquer entidade, governo ou partido político, sustentando as suas atividades em arrecadações próprias, de colaborações individuais e doações comunitárias, buscando sempre a sua auto-sustentabilidade;
16. Constitui dever dos núcleos e das articulações regionais, além do compromisso com as despesas, comprometerem-se com a auto-sustentabilidade da organização estadual;
17. Para o plano de ação 2.011, constitui-se como dever do núcleo local cumprir as seguintes determinações e agenda:
 - a) realizar, no mínimo, uma audiência pública temática, com a mobilização prévia da comunidade local para que, no mínimo, 100 pessoas participem, recolhendo as provas necessárias para promover representação perante os órgãos do Estado;
- primeira quinzena de agosto reservado para a realização das audiências públicas municipais, nas seguintes localidades: Coelho Neto, Codó, Carutapera, Zé Doca, Dom Pedro, Jatobá, Colinas, São Domingos do Maranhão, Lago dos Rodrigues, Lago do Junco, Esperantinópolis, Pedreiras, São Mateus, Graça Aranha;
 - b) participar do curso de formação de liderança, a ser realizado em Anajatuba, com a presença de, no mínimo, três integrantes do núcleo local, de 7-10 de julho de 2.011;
 - c) articular-se com os municípios vizinhos, em busca de soluções conjuntas para os problemas da população;
 - d) fazer ato público, dia 05 de agosto, mobilizando a sociedade local para comemorar e denunciar os desrespeitos à saúde pública;

- e) repassar, até o dia 20 de julho de 2.011, as informações sobre a saúde pública no município, quem são os conselheiros da saúde, o funcionamento do PSF, entre outras;
- f) Iniciar, a partir do dia 15 de agosto, indo até o dia 15 de setembro, mobilizações populares para sensibilizar e conscientizar a comunidade local para participar da III Marcha contra a corrupção, que acontecerá no dia 07 de outubro de 2.011, em São Luís;
- g) Preparar dia para o lançamento local do “plebiscito sobre a revogação de mandato”, a ser realizado no dia 15 de novembro de 2.011, podendo ser incluído tanto o mandato do executivo estadual, quanto municipal;
- h) Fazer preparação prévia, com grupos locais, para a realização o encontro municipal de elaboração do Plano de Ação 2.012 local, regional e estadual, em datas já definidas no Plano de Ação 2.011;
- i) Compromisso com a auto-sustentabilidade do movimento, na participação do III Sorteio da Cidadania, com venda de 1.000 cartelas, ao preço de R\$5,00;
- j) realizar encontro local, com todos os integrantes do núcleo, para expor a presente carta compromisso, recolhendo as assinaturas dos membros que quiserem aderir, remetendo em seguida à Coordenação Executiva;
- 18) Por deliberação unânime da Coordenação Geral dos Fóruns e Redes de Cidadania, reunida em Santa Luzia, no dia 19 de junho de 2.011, ficou decidido que o núcleo ou o membro do núcleo local que não quiser assinar a presente carta compromisso está automaticamente desvinculado da organização Fóruns e Redes de Cidadania, da articulação local, regional e estadual, para todos os efeitos;
- Caso o núcleo se recuse a assinar a carta compromisso, fica autorizada a coordenação executiva a planejar atividade no sentido de reorganizar o núcleo local, que poderá contar com membros remanescentes, desde que façam adesão à carta compromisso.

Santa Luzia, 19 de junho de 2.011

Representantes de Núcleos que participaram da reunião:

- Coelho Neto, Belágua, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Vargem Grande, Presidente Vargas, Itapecuru, Anajatuba, Cantanhede, Codó, São Mateus, Jatobá, Colinas, Zé Doca, Santa Luzia, Monção, Pedro do Rosário, Carutapera, Turilândia, São Domingos do Maranhão e Santa Helena

Anexo II

FÓRUM DE DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

DA REGIÃO DO TURI – FDDCT

“Povo unido e organizado luta e vence!”

Rua do Congresso, 231 – Centro – CEP: 65.279-000

Fone/Fax: (98) 3326-1362

Presidente Médici – Maranhão

CARTA DE ESCLARECIMENTO E DE REPÚDIO

O Fórum de Defesa dos Direitos da Cidadania da Região do Turi, constituído no ano de 2006, após longo processo de formação de lideranças, compreendido como espaço de permanente articulação de entidades, representações e segmentos sociais, tendo como objetivo discutir e encontrar soluções para os inúmeros casos de violações de direitos humanos que afetam as populações da Região do Turi, resultando daí exigir as respectivas providências por parte dos órgãos competentes, em reunião realizada no dia 07/07/07, em Presidente Médici/Santa Teresa do Paruá, presentes os articuladores municipais, torna público os seguintes esclarecimentos e deliberações:

1 – Entre os dias 03-12 de fevereiro de 2007, o Fórum de Defesa realizou a 1ª Jornada de Direitos Humanos, percorrendo a sua caravana os 24 municípios da região, ouvindo mais de 2.700 pessoas, momento em que constatou inúmeros casos de violação de direitos humanos, envolvendo todas as instâncias de poder, todas as esferas de governo, resultando no Relatório da Jornada de Direitos Humanos, devidamente encaminhado ao Sr. Governador do Estado, recebido oficialmente no dia 03/05/07, em que foi solicitada audiência pública, a fim de se saber os encaminhamentos devidos para tais fatos;

2 – Em comunicado por parte do Governo, primeiro verbal, via telefone, e depois de forma manuscrita, sem assinatura, representantes do Fórum compareceram aos encontros preparatórios com a Assessoria Especial do Governador (06/06/07 e 27/06/07), em São Luís, e depois realizaram três encontros com os articuladores municipais, em Presidente Médici (04/06/07, 09/06/07, 24/06/07), todas as despesas de deslocamento dos representantes custeadas pelo Fórum de Defesa, a fim de apresentar todos os casos de violações de direitos humanos existentes na região, em encontro designado oficialmente, em que contaria com a participação da sociedade civil, do Governador e seu Secretariado, previsto para ocorrer dias 17/18 de julho de 2007, em Santa Luzia do Paruá;

3 - Não custa nada lembrar que foi o Sr. Governador que solicitou ao Fórum a indicação de duas datas indicativas de audiência, tanto para favorecer a sua agenda de compromissos, quanto para dar tempo em articular os representantes locais do Fórum;

4 – Após todas as articulações feitas, o Governador do Estado, Jackson Kepler Lago, quando da inauguração de algumas obras no município de Santa Luzia do Paruá, **resolveu, unilateralmente, durante o comício, de cima para baixo, desmarcar a audiência por ele marcada**, atitude nada democrática, desconhecendo não só todo o tempo gasto para a preparação, mas também

desrespeitando todo o processo até então construído, remarcando-o para outra data, 20/21-07/07, talvez para acalmar os ânimos dos aliados políticos na região;

5 – Diante de tal fato, os articuladores do Fórum, em reunião realizada no dia 07/07/07, deliberaram em não participar do encontro remarcado pelo Governador para os dias 20/21, por ser tal comportamento incompatível com os valores democráticos, pairar a insegurança e a incerteza de que tal encontro irá se realizar, uma vez que já ocorreram outros adiamentos, ademais o respeito que se deve ter pelas pessoas, pela palavra dada, pois não se pode admitir que uma autoridade pública trate questões tão sensíveis ao povo como se fosse algo que pode ser agendado e sofrer adiamentos à mercê de vontades, pressões ou conveniências político-eleitorais;

6 – **O Fórum de Defesa repudia de forma veemente tal comportamento**, o que só deixa claro que os antigos métodos, condenados nas campanhas eleitorais, foram devidamente preservados. Não pode um governante tratar a sociedade civil como se fosse um brinquedo, a seu dispor, sujeito ao silêncio ou cooptação, como geralmente acontece;

7 – O fato de o Governo agendar audiências com a sociedade civil ou populações envolvidas em casos de violações de direitos humanos não é favor, graça ou ato de benevolência, mas dever puro e simples, marco diferenciador de seriedade de um governo baseado em princípios democráticos;

8 – Após decorridos seis meses de atuação à frente do Executivo Estadual, o atual titular do cargo e seu secretariado colhem apenas notícias negativas, em todas as áreas, desde manchetes de casos de corrupção, intransigência com professores e demais servidores públicos, à humilhação de pessoas e comunidades inteiras, como ocorreu em Turilândia e Santa Helena, fato repetido há poucos dias (29/07/06) em Maracaçumé, em que uma população foi simplesmente aviltada em sua dignidade pela Polícia Militar e o famoso GTA, sem haver por do governo nenhuma atitude que demonstre a mudança de métodos, continuando no mesmo rumo, ou sem rumo, cada vez mais perdendo apoio popular;

9 – ***O Fórum de Defesa dos Direitos da Cidadania reafirmar, por fim, o seu compromisso com a agenda de Direitos Humanos, tornando claro que irá continuar lutando pelos direitos das populações da Região do Turi, cobrando dos governos e das instâncias de poder as soluções para os problemas levantados no Relatório e, uma vez não tendo repercussão interna, não hesitará em denunciar o governo nas instâncias internacionais de direitos humanos.***

Santa Teresa do Paruá (Presidente Médici), 07 de julho de 2007.

P/Coordenação : Renato Thiel, Francisca Marques Pereira, Neodir Paulo Fossatti

(Assinam a carta: Rejane Trindade/Bom Jardim, Valdevan de Moura/Zé Doca, Leidiane da Conceição Costa/Pedro do Rosário, Pe. Francisco Costa Moraes/Araguanã, Adroaldo Nunes de Brito/Nova Olinda, José Pessoa de Meneses/Santa Luzia do Paruá, Luzia de Sousa da Silva/Maranhãozinho, Paulo

Lopes Sales/Governador Nunes Freire, Edna Domingas Castro/Maracaçumé, Camilo Rocha da Silva/Centro Novo, Antonia Sandra Sousa/Junco do Maranhão, José Francisco de Sousa/Amapá do Maranhão, Anacleta P. dos Santos Rocha/Carutapera, Reinaldo Santos Cruz/Godofredo Viana, e outras pessoas dos municípios que aderiram à determinação do Fórum: Natanilson de J.M. Silva/Santa Helena, Samuel Conceição Nunes/São João do Carú, Raimundo Silva Barros/Governador Newton Bello)

I Entrevista gravada

Teonilson Moreno estudante da Universidade federal do maranhão campus São Bernardo, entrevistado agora Iriomar Teixeira de Lima, 36 anos advogado militante, assessor jurídico de vários sindicatos de servidores públicos, de organizações camponesas e também assessor jurídico dos fóruns e redes da cidadania do estado do maranhão.

TEONILSON- Então Iriomar por quê ser advogado?

IRIOMAR- Boa noite Teonilson, na verdade ser advogado é mais por uma necessidade, sou de uma família muito pobre, comecei a militar é... nos movimentos sociais, nas pastorais da igreja católica ainda muito adolescente e sempre que havia despejo, havia lutas, as pessoas, as organizações sempre desejavam que tivesse um advogado militante que surgisse das lutas do povo que surgisse a partir da necessidade, das organizações então ser advogado surgiu um pouco dessa necessidade ne, eu fui ajudado por um grupo é de amigos da Europa mais precisamente da Itália então ser advogado... meu sonho era ser vaqueiro, então ser advogado foi um pouco acidente de percurso e ser advogado tá dentro dessa lógica, a lógica de ser um advogado que tá sempre junto da luta do seu povo.

TEONILSON- vejo que sua forma de atuar se diferencia de muitos dos advogados, vestes, linguagem, você acha isso importante?

IRIOMAR- isso tem uma importância simbólica, como eu Teonilson. É... eu sou um advogado diferente, diferente do ponto de vista da militância, do que eu acredito, então ser advogado pra mim não se diferencia de um lavrador, de um estudante, de uma dona de casa, é... ser advogado é mais uma profissão, é mais um trabalhador nesse país e que portanto não é a veste, não é a linguagem rebuscada, não é o juridiquês que vai dar é... o sentido pra profissão, o advogado pra mim, as vestes, a forma de tratamento, a forma de comportar ela tem uma simbologia porque ela caracteriza uma outra forma de advocacia, advocacia militante, advocacia que tá, não uma advocacia distante da luta mas uma advocacia que tá permanentemente dentro dessa lógica da efetivação da democracia e dos direitos humanos no nosso país.

TEONILSON- A sua atividade como advogado está muito relacionada a sua militância? Isso ajuda ou atrapalha?

IRIOMAR- no meu entender ajuda porque ela não é algo desligado, ela é algo intrinsecamente ligado, então não existe, não seria um advogado se não acreditasse nas causas que defende, então é... obviamente que todo profissional ele, ele, é justo o recebimento pelo seu trabalho, mas isso não pode... a questão é... pecuniária, a questão de valores não pode ser o objetivo maior de nenhum profissional, como também não pode ser da advocacia, nós sabemos que no Brasil essas profissões tidas sempre como profissões da elite, sempre serviram pra isso, pra justificar é... aquele que ganha mais, aquele que tem maiores status sociais e no meu caso não, a minha militância, a minha profissão elas estão como eu já falei, elas estão relacionadas, estão intrinsecamente ligadas elas não se diferenciam, então portanto, a minha militância, a minha profissão elas são algo conjunta ne, as

causas e... que eu defendo não por valor, é pela simbologia, pela, pelo que ela significa pra uma sociedade, pelo que ela significa principalmente é... pro povo mais pobre do nosso país.

TEONILSON- como se tornou advogado dos fóruns e redes da cidadania do estado do maranhão?

Iriomar- como eu disse, é... os fóruns e redes na verdade surgiu por uma forma assim muito... é... graciosa, muito importante na minha vida porque era ainda estudante de direito quando os fóruns e redes de cidadania surgiu, ne, eu conheci uma pessoa é... que no maranhão sofria um perseguição muito grande do poder judiciário, principalmente do tribunal é... do maranhão que era o juiz de direito Jorge moreno, por conta disso havia um grupo de religiosos, denominado laçalistas, de uma região muito conflituosa que é a região do auto turi, que é uma região que limita com o estado do Pará e sempre foi uma região de muito conflito agrário, porque lá tá ainda a reserva do Gurupi dos povos indígenas. Então, esses religiosos atuavam lá e convidaram esse juiz pra poder fazer um curso lá, e a partir desse curso saiu uma deliberação para que se fizesse uma jornada de direitos humanos e como eu tinha conhecido esse juiz nos cursos que tinha acontecido cursos de formações que tinham acontecido na diocese de Coroatá que era minha região de atuação ele terminou me convidando pra gente fazer essa jornada de direitos humanos nessa região e nós fizemos um relatório na época levantando, é.. nós fizemos audiências publicas em 24 cidades da região e nos levantamos os principais casos de violações, de negações de direitos humanos na região e isso é ao final houve uma reunião com representantes desses 24 municípios e as pessoas deliberaram que era importante criar um fórum, criar um grupo na região que pudesse acompanhar de forma mais sistemática, de forma mais é... Metodológica, de forma mais concreta essas violações que aconteciam, foi por conta disso que surgiu esse movimento que depois foi se espalhando, foi se é... Chegando em outros rincões do estado do maranhão, então a minha advocacia na verdade ela surge depois ne, o movimento social ele, ele surge ainda eu não era advogado eu era estudante ainda ne, então na verdade os fóruns e redes de cidadania me ajudou na formação, então quando eu me tornei advogado eu já tinha, eu já militava nesse movimento, ne, já fazia uma militância no movimento, então surgiu a partir também disso ne, o movimento me ajudou e eu acho que, eu acho também que eu posso ter ajudado um pouco o movimento.

TEONILSON- Há articulações com outros movimentos sociais? Se sim, quais os movimentos?

Iriomar- sem duvida, a própria nomenclatura do movimento fóruns e redes ne, ele surge justamente dessa lógica ne, da novidade dos movimentos sociais do país de que movimento isolado a gente não vai chegar a lugar nenhum e por isso ate mesmo a palavra redes, ne, esses vários tecidos que vão se construindo de lutadores e de lutadoras no país, no estado, então os fóruns e redes também ele não se difere, não se diferencia dessa nova nomenclatura de movimentos sociais que se tem no mundo, que se globalizou as coisas ruins, porque não globalizar as coisas boas, ne. Eu acho que os fóruns e redes surge também como algo bom, algo que possa ajudar no horizonte, a enxergar um outro horizonte, a enxergar a utopia de um mundo melhor. Então sem duvidas, os fóruns e redes, ele no decurso desses dez anos nós já tivemos muitas parcerias, muitos atos conjuntos, com pastorais, com igrejas evangélicas, com igreja católica, é... com movimentos de raízes africanas, com a caritas brasileira, com associação de saúde da periferia ASP, e com tantas outras organizações maranhão afora, e... é porque não dizer do país, nós fizemos parcerias com muitas é... mesmo mantendo a

autonomia com muitos movimentos sociais no país, então isso é claro que os fóruns e redes tem esse entendimento, como diz a canção sozinho isolados ninguém é capaz.

TEONILSON- O movimento participa ou participou de algum espaço de construção de políticas públicas? Se sim, como foi a experiência?

IRIOMAR- acho que o que mais a gente fez, a gente é expert nessa questão da formulação de políticas públicas, né, todo mundo sabe que o pós 88, pós constituição federal ela é ... abriu um espaço muito grande, praticamente nos anos 90 todo mundo ficou um pouco preocupado com a questão de você poder é... legalizar, poder sistematizar, poder é... ter códigos né, então foi praticamente uma década pensada nisso, em estatutos, em leis né, então o nosso país se tornou praticamente, todas as leis foram feitas no nosso país, no entanto nós, por outro lado nos tínhamos e ainda temos um déficit muito grande que o déficit da questão da concretude né, disso se tornar realidade na vida do nosso povo. Então os fóruns e redes ele surge a partir disso, a partir da população da política pública e não a formulação da política a partir daquele que estudou, a partir daquele que tem o bacharelado, a partir daquele que foi pra universidade, mais a política pública a partir daquele que vive, a partir daquela pessoa que tá lá, na periferia, que tá na zona rural, que tá no quilombo, que tá na aldeia, que tá nas grandes cidades, ou seja, o cidadão, o cidadão que a Constituição federal é o tem como o soberano, né, como a soberania popular, então é... eu não tenho dúvida de que no decorrer desses dez anos de que nós construímos, e não só construímos mas efetivamos muitas políticas públicas, muitos direitos na vida da cidadania maranhense.

TEONILSON- O movimento possui relação com organismos governamentais? Se sim, como se constrói essa relação?

IRIOMAR- a nossa relação é a relação de fiscalizador né, nós não temos relações de subordinação né, a nossa relação de quem tem obrigações e a relação de quem tem direitos, então a nossa relação ela é muito clara desse ponto de vista, é uma relação de fiscalizador, é uma, é uma, é uma relação de alguém que cobre, de alguém que exige, porque direito ele não é algo dado, direito tem que ser exigido, tem que ser lutado, tem que ser conquistado, então a nossa relação com o governo é essa. E é uma relação que tá na Constituição Federal de que o povo tem a soberania popular, de que todo poder emana do povo, portanto nós temos até uma palavra de ordem é de que isso inclusive foi copiado do movimento do zapatista de que o povo manda e o governo deve obedecer.

TEONILSON- quais as diretrizes e objetivos do movimento?

IRIOMAR- então nós temos é... nós temos diretrizes e nós temos objetivos, objetivo principal, objetivo maior é a gente libertar o povo. É... e não tendo movimento como libertador mais um movimento como parceira, como aquele que ajuda na libertação do nosso povo, porque nós achamos que enquanto os direitos humanos não forem efetivados né, na sua amplitude, na sua magnitude é... o nosso povo ainda não é liberto, enquanto não houver saúde, enquanto não houver educação de qualidade, enquanto as estradas vicinais, enquanto não tiver alimentação pra todas as crianças, enquanto a nossa juventude não tiverem emprego, enquanto as mulheres não forem efetivadas, enquanto não forem respeitadas no seu direito, né, na sua diferença, enquanto é a comunidade LGBT não for respeitada, nós achamos que ainda não somos uma sociedade liberta, então o objetivo maior é isso, e nós temos diretrizes que nos carregam, que nos conduzem a esse objetivo, né, que é de a

gente ter movimento é plural, movimento que faça debate, movimento que faça, que tenha sempre na suas fileiras, a questão do debate, a questão da discussão, a questão da democracia, a questão da pluralidade de ideias. Então nós temos diretrizes e objetivos e nós somos muito claros em relação a isso, ne, a nossa diretriz o nosso objetivo é agente construir uma sociedade que possa garantir o direito para todas as pessoas.

TEONILSON- nesses dez anos de existência, você poderia listar algumas conquistas?

IRIOMAR- ah nós é... se a gente fosse ficar aqui a gente poderia encher um caderno de conquistas que nós tivemos é no decurso desse dez anos ne, foram muitas conquistas, conquistas no ponto de vista material, que a gente pode contabilizar como: estradas vicinais, é a questão da alimentação escolar que não tinha numa escola e que por conta da mobilização foi conseguido, é... uma construção de uma escola, a questão da de uma ponte de um povoado que não tinha, que era uma dificuldade e isso foi feito foi construído por conta, é... a questão de auditorias populares, isso pra citar questões materiais que a gente conseguiu, mas se você for prum, pra uma outra concepção axiológica, valorativa nós vamos ter coisas que nós não podemos computar, que nós não podemos é... de você ter uma pessoa lá que tava desesperançada de que não tinha mais objetivos pra continuar a vida e a gente trazer pro movimento e essa pessoa se tornar um militante, o jovem que tava lá sem perspectiva e trazer pro movimento e essa pessoa dar um direcionamento, o jovem lá da universidade, o camponês, a dona de casa, e a gente ter coisas, um riso, um choro de alegria, uma mística, a gente saber que essas coisas a gente não pode computar no ponto de vista material que isso certamente tará gravado na memória, no coração de todos os militantes, de todas as militantes que fizeram essa luta no decurso desses dez anos.

TEONILSON- Existe uma forma específica de atuação desse movimento?

IRIOMAR- não, não existe uma forma específica, não existe uma política específica, porque é... ate a gente acha que alguns movimentos eles decaíram justamente por conta disso e como eu disse é... o pós constituição de 88, é...isso criou uma... isso é a própria concepção mesmo de direitos humanos, há um leque muito grande de direitos humanos, então não dá pra gente lutar simplesmente pela essa questão da política pra juventude, não dá simplesmente pela essa questão camponesa, porque? porque os direitos humanos terminam sendo na sua própria concepção como os direitos universais, como direitos é interligados, então não há uma política específica, não há uma política específica da nossa atuação mais é dentro justamente desse, dessa, desse leque como desse, dessa amplitude que tá inserido os direitos humanos como direitos de todos, ne, como o direito de todas as pessoas, então nós atuamos dentro de algo muito maior, ne, do direito a educação, do direito a saúde, do direito a terra, do direito ao território, então há uma, há uma amplitude muito grande, não há uma política específica do movimento, até porque existe é... nesse entendimento direitos que são de todos e terminam não sendo de ninguém ne, então a gente não poderia lutar só por uma coisa e esquecer a outra ne, sabendo que nós temos dentro da sociedade, do próprio movimento, é... nós somos um movimento muito heterogêneo, temos diversificação ne, uma diferença muito grande de pessoas, de gêneros, de concepções políticas, religiosas, então nós não poderíamos ficar presos a uma questão específica, uma política específica de linha do movimento, nós somos um movimento muito amplo desse ponto de vista de atuação.

TEONILSON- quem financia, quem sustenta esse movimento?

IRIOMAR- isso, isso talvez na minha, no meu entender isso seja a grande diferença que os fóruns e redes de cidadania carrega desde seu nascedouro que é de a gente ter um movimento auto sustentável isso tem os seus prós e tem os seus contra ne, tem seus ônus e tem seus bônus, eu acho que o, é, a gente em dez anos eu acho que nós somos um movimento que já pode se dizer que já fizemos historia , nós somos um movimento que não temos financiamento é publico de nenhum governo seja ele municipal, estadual , federal, ne nós não temos financiamento de nenhuma organização internacional, o nosso... quem financia o nosso movimento é o povo. Então ele financia é por conta disso que ele também tem autonomia e é por isso que ele tem é protagonista desse movimento, então o nosso movimento é financiado pelo povo, pelos seus militantes, então cada militante que faz parte dos fóruns e redes da cidadania, ele contribuem financeiramente pro movimento todos os meses ele tira da sua renda, parte da sua renda pra contribuir com o movimento ne, é... em cada cidade, em cada comunidade tem as pessoas que financiam, da comunidade que financiam o movimento , tiram também do seu orçamento ou fazem atividades, uma festa comunitária, um bingo , um sorteio, uma rifa, pra arrecadar, angariar recursos pra esse movimento e... também dos amigos da cidadania que são pessoas que mesmo que não fazem parte do movimento enquanto militante mais acreditam na luta, acham que a luta é algo salutar e terminam colaborando financeiramente e a outra é atividades coletivas que a gente faz como sorteio pela caixa econômica federal de prêmios, que a gente chama de sorteio da cidadania que é uma forma também de angariar, de ter recursos pro movimento, portanto é o nosso movimento é... cem por cento auto sustentável.

TEONILSON- no seu entendimento, quais as maiores que enfrenta atualmente os fóruns e redes da cidadania?

IRIOMAR- eu acho que não é.. não é... uma questão só dos fóruns e redes de cidadania, mais eu acho que é uma questão de todos os movimentos sociais do país, há uma politica muito grande de criminalização dos movimentos sociais, nós estamos é vivendo um momento muito delicado no nosso país, é... há uma quadrilha de usurpadores no governo central do nosso país ne, e isso tem uma consequência muito grande principalmente daqueles que fazem a luta diária pelos direitos humanos, pela efetivação dos direitos humanos, portanto no meu entender esse desafio que os fóruns e redes atravessa, passa , não é uma travessia perigosa só pros fóruns e redes , mais é uma travessia de todos os homens , de todas as mulheres que fazem luta por direitos nesse país. Assim, eu acho que é o momento acima de tudo, de radicalizarmos na nossa militância , é... dar as mãos a outros movimentos parceiros pra que a gente possa superar juntos essa crise, e aí a gente não vai superar uma crise com golpistas conversando, ne . eu acho que agora é o momento de desobediência civil , de enfrentar com dureza esses usurpadores , essa quadrilha que tomou conta do poder central do nosso país.

TEONILSON- existe um motivo especial que o levou a militar nesse movimento ?

IRIOMAR- acho que não um, mas vários motivos ne, vários motivos, acho que os fóruns e redes tem me dado de forma de particular, muito cansaço, as vezes muita preocupação mas também muitas alegrias, muitas conquistas, muitas relações de companheirismo, muitas relações de conquistas que

nós tivemos, é... muitas alegrias, a gente saber que a gente já abraçou muitos companheiros e muitas companheiras que a gente já deu as mãos , de que a gente já lutou muito ,de que mesmo num estado esquecido pela federação, mesmo não fazendo luta é... Muitas das vezes em lugares é... inóspitos, em lugares não tão visíveis, mas a gente saber de que a gente tá fazendo algo melhor pelo mundo, de que a gente tá lutando pra que esse mundo seja melhor, pra que esse mundo seja um dia um mundo que reine a paz, a justiça e que possa prevalecer a dignidade humana. Então essa, acho que esse é um dos maiores motivos, uma das maiores alegrias que me faz militante dos fóruns e redes da cidadania.

II Entrevista Gravada

Teonilson Moreno- estudante da Universidade federal do maranhão campus São Bernardo, entrevistado agora o juiz de direito Luís Jorge Silva moreno, 50 anos e Relator de Direitos Humanos dos Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Estado do Maranhão.

Teonilson- Então Jorge, como se tornou militante e relator dos direitos humanos do movimento fóruns e redes da cidadania no maranhão?

Jorge- bom dia, Teonilson. Primeira questão é...são duas coisas com o tempo relativamente separado. É... militante dos fóruns e redes, os fóruns nasceram em 2006 numa região do maranhão chamada região do Turi, que é mais ou menos delimitado pela... não só pelas lutas que tinham na região, na antiga região do Turi, pela configuração de três municípios de três dioceses. O fórum nasceu de uma articulação dos missionários () dos irmãos lasalistas() trabalhavam num município de presidente medes que antigamente se chama de santa Teresa do Paruá. Então eles tinham contato, né, nessas três dioceses de Zé doca, de Viana que era mais ou menos a antiga região do Turi onde passava ne, não só o rio turi, mas os afluentes desse rio. Então eram 24 municípios que se articularam para fazer cursos de formação em direitos humanos e entender um pouco como funcionava a administração pública em 2016 e no final do curso foi articulado, né, a criação desse espaço que era pra garantir, né, ao avanço das lutas sociais, a rearticulação das lutas sociais na região. Então, praticamente assim, é nesse período, né, que surgiu o fórum, que surge o fórum e é nesse período que eu me torno militante desse movimento. mais militante , esse movimento, essa rede de articulação ela surgiu por conta de algumas coisas anteriores, principalmente a minha passagem como juiz de direito no município de Zé Doca que em é 99 e o ano de 2000, onde foi articulado por conta da quantidade de atividades, de ações , que foi feito lá no seu município , a questão do conselho tutelar, violência, a questão da quantidade de dificuldades que os pequenos lavradores passavam, o abandono que umas das companhias governamental deixou milhares de colonizadores, né, na região, então foi articulado um movimento em Zé doca chamado movimento pró justiça e cidadania. É desse movimento, né, em Zé doca que se espalha pela região a questão da nossa atuação na defesa, na defesa dos direitos humanos. Então me torno conhecido nessa região por conta desse movimento, que de certa forma propaga, ate por conta depois do meu afastamento em Zé doca pelo tribunal de justiça , pelo tribunal do maranhão, num processo administrativo, né, por causa dessas atuações que nós vimos fazendo no município. Eles fazem, articulam esse movimento no município e esse movimento se espalha na região, né. Ai depois quando eu retorno pra atividade como juiz já em Santa Quitéria e eles ficam sabendo do meu retorno aí eles rearticulam minha volta pra região através do trabalho nesse espaço que e constituído a partir da vinculação de diversas lideranças, de diversos movimentos sociais da região , e ai já mais abrangente, não mais Zé doca, mais o conjunto desses 24 municípios, que e formado, que é realizado , em dezembro de 2006 é formalizado uma atividade formal pra criação do fórum de defesa dos direitos da cidadania da região do turi. Relator de direitos humanos, foi uma proposta que saiu do encontro de 2012, no encontro dos fóruns e redes de cidadania de 2012, num povoado chamado Riacho do Mel, ne, em que a proposta de criação de uma relatoria de direitos humanos, que o objetivo dessa relatoria, seria, como já tinha a assessoria jurídica dos fóruns e redes, né, através do advogado Iriomar Teixeira, então a relatoria

seria pra fazer a ativa, a escuta das populações violadas, violentadas, né, violadas nos seus direitos, e a partir dessas escutas, né, e também da ida em alguns lugares, né, escolas, ne, a questão dos locais de atendimento público, ne', a forma como as autoridades tratavam as pessoas, a gente iria fazer um relatório e esse relatório a gente ria encaminhar pra assessoria jurídica mover ações, representações, ne, e mesmo envio de comunicações pra esses órgãos de direitos humanos. Então a função da relatoria surgiu a partir de uma proposta do encontro estadual dos fóruns e redes de cidadania que era pra dar mais poder, de no sentido de ajudar a mobilizar mais o povo pra uma questão específica, né, uma violação de direitos humanos específica, e a i a gente pudesse acompanhar mesmo, né, de forma detalhada desde o início da oitava, da escuta da população, melhor dizendo, ate o resultado final judicial ou extrajudicialmente.

TEONILSON- Há articulações com outros movimentos sociais? Se sim, quais os movimentos?

JORGE- No primeiro momento, o fórum, porque a gente fez essa denominação, né, em alguns locais as pessoas chamavam fórum, e em outros lugares as pessoas optavam por ser redes, né, em todos os locais existe a mesma compreensão de que os fóruns eram locais de articulação de entidades ou de praticas sociais, né. No primeiro momento, era isso, era articulação de entidades, de sindicatos, de pastorais. No segundo momento, a partir de 2009, quando a gente foi feito, pelo fórum, ne, foi feita uma discussão de que estava na hora do fórum não só ser mais um local de encontro de entidades, mas encontro de praticas sociais, ne, de concepções de movimento, pra gente criar um outro movimento, isso partir de 2009. então, os fóruns desde da sua origem sempre tiveram essa rede de ligação, essa rede de...como se diz, de ser local de local de convergências de toas as... das demandas, não só das demandas, mas das praticas sociais. É ... mais mesmo assim, desde o nascimento dos fóruns e redes, sempre ficou definido algumas coisas, alguns pontos básicos pelos seus componentes pra que desse certo esse surgimento de movimento, né. A primeira coisa, era de que o movimento iria ter uma agenda ne, independentemente do Estado em outros movimentos, essa seria a agenda dos fóruns, né, segundo, não iria ter, depender, nem economicamente nem politicamente de outro movimento, ele teria de ter suas formas de arrecadar recursos, de garantir a sua agenda, a sua agenda do ponto de vista do orçamento. Terceiro, ele não iria ter relações de hierarquia, nem interna, nem externa, né, seria relações mesmo horizontais, e quarto teria uma visão bem clara de que o direito ele resultado de uma luta e ele só é efetivado se tiver uma luta, né, então você não efetiva direitos através de petições, você efetiva direitos através de um processo de luta, porque isso tem que ficar bem claro na cabeça das pessoas para que elas não percam esse significado, que não é um papel, não é uma folha de papel, é a luta concreta que traduz que impregna em você, e que inclusive faz com que você tenha consciência, realmente essa consciência dos seus direitos, né, então essa relação com as entidades sempre ficou clara. Então a gente tem diferenças em relação as outras entidades na questão da estratégia na questão do método de trabalho, na questão da própria forma de articulação, da própria forma de garantir, né, nós nunca tivemos dependência econômica de nenhuma entidade isso nos deu possibilidade de fazer acordo de trabalho com varias entidades, como a caritas, a associação do... Na periferia, né, como alguns sindicatos, movimentos sem terra que fizemos algumas atividades juntos, como a marcha contra a corrupção, mas isso manteve sempre do ponto de vista economicamente e politico nossa independência.

TEONILSON- O movimento participa ou participou de algum espaço de construção de políticas públicas? Se sim, como foi a experiência?

JORGE- olha a primeira experiência que nos tivemos nesse campo de políticas públicas, como fóruns, né, foi no ano de 2007, quando agente fez a primeira atividade depois da criação do fórum, foi a gente fazer uma jornada na região, a gente percorreu os 24 municípios dessa região é uma região imensa, gigantesca. São de São João do Caru até Turiaçu, uma região difícil, uma região que inclusive na época não tinha acesso, a gente por exemplo pra fazer uma reunião em São João do Caru nos tivemos que sair dois dias chegar e dois dias pra voltar, né, que é uma distância de 100km, mais que a gente só conseguiu chegar lá com muita dificuldade através de moto, e só conseguimos sair de lá através de embarcação. Então a primeira experiência foi essa que nos tivemos e nos percorremos todos os municípios, ouvimos toda a população, não foi só uma atividade imensa, mas foi uma articulação impar, né, de 24 municípios mobilizando pra gente passar e fazendo as audiências, a gente escutou todos os problemas que a população tinha na região, a questão ecológica, né, a questão em geral do meio ambiente, a questão da administração pública, a questão dos extermínios, assassinatos, a questão das prisões, a falta do Estado mesmo, o Estado aparecendo só na sua forma violenta ou, violenta mesmo, a polícia matando pessoas, ou violenta só mentido pra que aqueles grupos de extermínios povoassem a região, praticamente uma região dominada pelo chamado crime organizado, que em 1999 teve aquela CPI nacional, estadual e detectou que aquela região foi praticamente um faroeste brasileiro. Então as populações que eram vulneráveis, as populações que ficaram a mercê desses grupos, né, que ainda hoje é uma região que praticamente todos os políticos daquela região tem algum pé na, em algum, espécie de crime, a questão desmatamento, a questão de extermínio, corrupção, então era uma região muito largada. Então nós fizemos um relatório, esse relatório foi encaminhado ao governador do estado, notificando, porque a maioria dos crimes, a maioria das violações, era de competência... a maioria das violações era por culpada ausência de estado enquanto ente federativo, na época o governador era Jackson Lago e o governador respondeu dizendo que queria fazer uma audiência pública na região pra tentar construir a partir dali políticas públicas pra, para o estado, né e aí ele queria fazer uma primeira experiência na região já que tinha esse relatório pra tentar ver se era possível fazer isso no estado todo, e foi realizada uma audiência entre a sociedade civil e governo para construir políticas públicas pra esses 24 municípios, foi feito no mês de julho de 2007, né, foi uma audiência extremamente participativa porque nos articulamos novamente todos os municípios. Foram feitas novamente caminhadas, passeatas, e os articuladores participaram desse encontro que foi feito um plano e foi feito um plano que era o plano estadual de políticas públicas pra região do Turi, até então o governador que tinha sido eleito não tinha um plano pra o estado muito menos pra alguma região e foi a partir dali que surgiu esses encontros que foi realizado no ano de 2007, foi feito depois no Baixo Parnaíba, depois foi feito, depois foi feito na região sul do Maranhão, depois foi feita na região Tocantina, por conta desse relatório que nos fizemos inclusive indicando quais seriam as políticas públicas prioritárias pra aquela região. Então foi a primeira experiência. A segunda experiência foi de controle social, nos fizemos um curso de administração pública na região no mês mais ou menos de abril de 2007 em que junto com a CGU nos capacitamos os articuladores para identificar casos de improbidade, corrupção, como se analisar uma prestação de contas e a partir daí começaram a surgir vários casos de indicativos de corrupção

de denúncias, ne, e muitos prefeitos naquela região foram depois cassados , uns foram presos por operações desencadeadas pela CGU e pela policia federal.

TEONILSON- O movimento possui relação com organismos governamentais? Se sim quais esses organismos? Como se dá essa relação?

JORGE- por bem não tem relação com organismos governamentais... onde o movimento encara o estado como um órgão publico com um dever a obrigação de cumprir as politicas publicas. Então nos não temos nenhum forma de relação de enquadramento ... muitas das vezes as entidades tem sempre isso de que a espera pelos órgãos governamentais... e é não só alienável como...cada vez que ele se da prazo a violação aumenta o poder publico ele e responsável independentemente de quem representa de quem ocupa de quem esta ocupando aquela função naquele momento porque geralmente tem a justificativa de que chegou agora, de que o governo iniciou agora, a gente não tem essas relações nas nossas cabeças , relação de hierárquica de subordinação enquadramento e não tem relação nos sentido de medo de alguma represália a gente faz movimento social independente de cobrança porque a gente encara que as autoridades publicas e o poder publico tem o dever para com a cidadania e a nossa metodologia e uma metodologia de mostrar que as autoridades elas são, elas só estão lá porque é elas são derivadas da soberania popular, né, é o povo é que é soberano quando a gente faz todo tipo de atividade a gente faz inclusive reforçando esse entendimento de que não adianta você protocolar um officio se você não tiver uma caminhada, uma passeata, uma, um exercício da pressão pra que aquele ali se efetive o mais rápido possível.

TEONILSON- quais as diretrizes e objetivas do movimento?

JORGE- Olha, o objetivo do movimento é fazer com que haja o efetivo respeito a , aos direitos que foram garantidos, que foram consolidados na nossa constituição, nas leis internacionais de garantia de direitos humanos. A gente acha, a gente considera que não existe possibilidade de haver democracia se você não efetivar os direitos humanos. Não existe uma incoerência entre o regime democrático e aquele que garante e aquela pauta garantidora de direitos humanos , agora é claro que você precisa reestruturar o estado, refundar o estado , que o nosso estado ele é, não só um estado classista mas ele tem outras , ele perdura ainda nele estruturas que são arcaicas, estruturas que são, que foram garantidoras de violações de direitos em outras épocas e ainda perdura na nossa. Garantem ainda privilégios, discriminações. Então a gente precisa fazer isso, então a diretriz do movimento em geral é de que primeiro, é, a soberania é popular, né, segundo, as autoridades elas tem dever para com a população e elas tem que obedecer o que determina a lei, é terceiro, de que não existe a relação de subordinação entre a cidadania e a autoridade, ao contrario, existe uma relação, que é uma relação de cobrança, de que cidadão é aquele que cobra seu direito, aquele que, que fiscaliza, que controla, né. Não existe a possibilidade de você acabar, ou diminuir ou acabar a corrupção se não houver uma cidadania que participe efetivamente e não tem politica publica que, é originariamente tenha esse nome se não for através da participação popular. Toda politica publica tem que ser decorrente da participação efetiva do povo. Se não você não vai construir nunca uma, um regime democrático de autenticidade como diz Boaventura.

TEONILSON- nesses dez anos de existência do movimento você poderia citar algumas conquistas?

JORGE- em diversos municípios praticamente quase todos os municípios por onde se passou, né, teve sempre conquistas, é bem efetivas, né, em relação a questão da luta pela terra como acontecendo inclusive na Santa Maria , em relação a fiscalização da alimentação escolar, do transporte escolar, é... como acontece em São Bernardo, né, a questão de espaços públicos, na construção de espaços públicos como matadouros, que aconteceu vários municípios do maranhão como vargem grande, Cantanhede, mas eu diria assim, que a gente conseguiu imprimir alguns ritmos na nossa politica, na nossa discussão publica no maranhão, um deles foi a prestação de contas. Era um tabu imenso quando a gente começou isso em 2007, que foi pela primeira vez que se fez. E hoje , praticamente em quase todos os municípios não só é obrigação, mas é, já é, se tornou, as pessoas iam mesmo pras câmaras de vereadores é, pegava a prestação de contas , onde não tinha foi feita a representação, então foi cassado vários prefeitos porque não apresentava prestação de contas, muito embora o tribunal restituísse o mandato desse prefeito, mas foram cassados. Então isso foi uma conquista muito grande, essa discussão sobre o nepotismo, as marchas contra a corrupção, ne, as denúncias que foram feitas em relação a prefeito em que vários prefeitos foram cassados, principalmente na região do Turi, da operação **rapina 1, rapina 2, em quase** todos os municípios esses prefeitos foram cassados e essas operações tinham participação de membros dos fóruns e redes fazendo denuncia.

TEONILSON- Existe uma forma especifica de atuar desse movimento?

JORGE- olha, a forma especifica, como falei, primeiro a gente não tem essa relação de hierarquia, segundo de que a nossa forma de montar a nossa agenda é sempre dentro de uma lógica que você da base até encontro estadual, você discute na base, ne, você cria todo o ambiente de consolidar uma base social, quanto mais diversa é melhor, quanto mais tiver trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, pescadores, né, estudantes, quanto mais tiver esse conjunto da luta social melhor, até a gente ao encontro estadual que você não cria, não faz o encontro estadual pra criar uma, um planejamento, você faz o planejamento , segundo, é de que esse planejamento ele, ele, sempre se incorpora dentro de uma discussão de formação de liderança, né, isso praticamente é uma coisa nova, a gente faz , a gente faz um encontro que cria as diretrizes gerais e depois a gente cria um encontro dos militantes que vão fazer com que aquele planejamento, ne, tenha uma consequência no dia a dia. Então a gente criou dez dias de formação, ne, pra que as pessoas compreendam mesmo como é que vai ser a logica desse, desse planejamento, né, e a outra questão de suma importância, é de que todos os municípios tenha representatividade na coordenação, então não existe nenhuma, nenhuma deliberação que é feita sem a participação de todo conj..., sem a participação do conjunto. Então a gente praticamente acabou com essas logicas de hierarquia, ne, de subordinação, e ao mesmo tempo incluindo todo mundo, que a gente compreende que você faz o planejamento mais você também tem que planejar o militante, você tem que criar o militante, você tem que formar o militante pra que ele compreenda que aquele planejamento ali ele tem que dá certo, e claro, por conta da nossa forma de atuar esse planejamento ele é só, ele tem a sua maleabilidade por conta da nossa forma de auto sustentabilidade, pela questão da própria, da voluntariedade das pessoas, tem dificuldades, então a gente se adapta nesses dez anos nesse tipo de movimento então a gente conseguiu ter um, uma, ter muitas conquistas, ne, é dentro de um espaço de tempo muito curto.

TEONILSON- quem financia, quem sustenta esse movimento?

JORGE- olha, é, isso também faz parte de uma das diretrizes de participação do movimento, é que primeiro, todo trabalho no movimento ele é voluntário, ele não é pago a exceção da colaboração que é feita, que é disponibilizada pro assessor jurídico e isso é decidido, né, no encontro estadual, segundo é de que todos os militantes, inclusive o assessor jurídico, ele tem que disponibilizar uma parte dos seus recursos pra, pra, pro movimento né, então todo mundo que entra no movimento tem que voluntariamente tem que contribuir com o movimento, segundo, é que o movimento tem uma lista de colaboradores, de pessoas, que gostam das nossas atividades, e que colaboram também com o movimento, terceiro, é que a gente faz uma ou duas vezes o sorteio, né, que a extração é pelos mesmos números da loteria federal, é, pra poder arrecadar recursos pra atividades mais gerais, é jornada, as marchas, né os congressos que nós fazemos, então essas três formas de arrecadação que são as básicas, agora cada município que integra os fóruns e redes tem uma colaboração por município, então o município tem que fazer uma atividade local, né, um bingo, uma festa, uma feijoada, pra poder arrecadar recursos pra repassar pras atividades. Então nós temos quatro formas de arrecadação pra poder garantir nossa agenda anual de atividades.

TEONILSON- no seu entendimento, quais as maiores que enfrenta atualmente os fóruns e redes da cidadania?

JORGE- Olha, nós temos, eu acho que nós temos, é, algumas dificuldades que são, que são básicas de movimentos assim, tá certo? Primeiro nós temos uma, uma, a questão de estrutura, de montar, de ter uma estrutura, né. Ter uma sede, ter um local até inclusive pra ter isso, os arquivos, que tudo que a gente produz, que o município produz, pra ter uma coisa mais organizada, nós temos essa dificuldade, até por conta dessa situação, da gente não ter problema aonde fazer as nossas reuniões, inclusive é outra coisa que faz parte do movimento, que tantos os congressos é como as reuniões da coordenação eles são descentralizados, a gente faz em qualquer lugar né, desde que é um município seja aprovado pela coordenação e o município aceite ser feito ali, né, então a gente não tem uma coisa fixa, e as vezes isso cria também uma dificuldade porque nos não temos aonde centralizar, segundo é que os recursos eles são muito pequenos pra demanda que nos temos, né, a gente praticamente tem essa ideia de que a gente queria criar uma base em cada município do maranhão, mais nos não temos recursos pra fazer isso, né, pra deslocar as pessoas até essas regiões, pra garantir esse acesso das pessoas pra ajudar no processo de organização e de mobilização da população, né. Terceiro, é que é nos temos a dificuldade que é da heterogeneidade, nós temos pessoas que tem cursos acadêmicos e pessoas que são analfabetas, né, então essas dificuldades, mas são dificuldades da própria violação que nós, que cada um vive no dia a dia, né, a situação em que o nosso país, nos somos, de certa forma a expressão desse país, agora só que a gente precisa saber como resolver essas questões, nós não temos, nós tínhamos a dificuldade com relação a juventude, hoje nós não temos mais, praticamente o nosso movimento que tem muita juventude ingresso da juventude é muito permanente né, e não só o ingresso, mas a própria formação dessa juventude como militante, isso se tornou algo fácil, difícil é a gente ter recursos pra trazer mais pessoas pra esse processo formativo.

TEONILSON- existe um motivo especial que o levou a militar nesse movimento ?

JORGE- Olha, eu acho que especial sim, por conta de que ele é resultado um pouco da nossa história, história dos militantes da década de 80 e 90, né, que ficaram um pouco insatisfeito com a

política oficial, né, com a política partidária, com essa política mais institucional, ficaram de certa forma aliados de um processo dentro da , da igreja como as ceb's foram tradas nesse período de papado do João `Paulo II, é a forma como muitas pessoas estavam atuando, por exemplo na questão dos direitos humanos , do controle social, mais eram muitos dispersos, né, então a gente tentou criar esse espaço de resistência, espaço de toas essas resistências estavam sendo feitas ao sindicalismo, aos querer continuar trabalhando, militando dentro da , igreja sobre as perspectivas das comunidades eclesiais de base mais não tinham locais, então a gente criou esse espaço pra onde confluir todas essas resistência, e esse espaço de certa forma, de pluralidade , nos ajudou a ter a visão mais de conjunto, o motivo especial é basicamente isso, é um espaço de resistência , um espaço de que a pluralidade não só de gênero, não só étnica, mais de praticas conseguiu colaborar pra gente ter uma visão mais de conjunto, então a gente sempre coloca isso, que os fóruns e redes tem essas duas visões, né, ação articulada e visão de conjunto pra que possa, a gente possa entender como é que funciona a sociedade , e como é que a gente não consegue se a gente não tiver uma ação articulada de todas essas, de todos esses setores, de todas essas classes né, a gente não vai conseguir modificar essa sociedade, então isso, de certa forma, acho que isso é o principal, é um dos principais motivos né, não só de ter um espaço de resistência, né mais de fazer desse espaço de resistência uma visão de militância, que é uma coisa difícil em movimentos sociais no país e a gente conseguiu né, imprimir nesses dez anos, de ter um espaço de resistência mais um espaço de resistência que consegue ter uma forma de ver o Mundo, uma forma de como é, um tipo de formação de militante, uma forma de engajamento né, e mostrando que as pessoas elas tem que a militância é uma coisa que.. Uma coisa gratuita que te faz melhor, que te ajuda a construir a construir uma nova sociedade e de construir um novo ser humano.

III Entrevista gravada

Teonilson Moreno, estudante de da Universidade Federal do Maranhão campus de São Bernardo, entrevistado agora Nívia Maria Rocha Dutra, 38 anos, professora, formada em filosofia, militante e coordenadora do movimento social Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Estado do Maranhão.

TEONILSON- então Nívia, por que ser militante dos fóruns e redes da cidadania do estado do maranhão?

NIVIA- Olha, a minha inserção no movimento dos fóruns e redes teve início, no início do movimento aqui no maranhão, que foi justamente no período das escolas de formação política, né, o doutor Jorge Moreno ele era o assessor convidado pelas dioceses, inclusive a diocese de Coroatá, ele foi convidado pra realizar a escola de formação política, então foi nessa escola que eu tive contato primeiro ne, com o Dr. Jorge , com essa visão de realidade, com essa visão do maranhão através das análises de conjuntura, e foi ali, ne, nas escolas de formação política que eu comecei a me aproximar do movimento. O movimento ele foi sendo construído ne, coletivamente no maranhão e partir dali eu fui participando do movimento.

TEONILSON- Como e quando surgiu o movimento no maranhão ou na sua cidade?

NIVIA - Olha, no maranhão ne, pelos dados históricos do próprio movimento data de 2006 na região de Turi, na minha cidade ele surgiu ali por volta de 2007, que foi quando nós começamos a participar do movimento, naquele momento tinha por função estudar a constituição e o nome do movimento era ... se não me engano... Centro de defesa, e nós nos reuníamos uma vez por semana para estudarmos a constituição pra conhecer os nossos direitos e para organizar o povo numa luta por seus direitos dentro da cidade ne, que era algo totalmente inédito ne, nós nunca tinha pensado em reclamar nossos direitos, nunca havíamos pensado na possibilidade de debater com prefeito, ne, de cobrar merenda, de cobrar água encanada, de cobrar estrada, isso não se passava por nossa reflexão, por nosso entendimento, ne, de tão alienados que estávamos.

TEONILSON- Há articulação com outros movimentos sociais? Se sim, quais os movimentos?

NIVIA- como eu te falei há pouco, ne, o contato primeiro foi a igreja, porque foi as igrejas, nosso caso lá, através da diocese de Coroatá é que a gente teve as escolas de formação política, ne, então havia uma relação, havia uma parceria, ne, então pessoas que eram da CPT como na época o Iriomar que ainda não era advogado do movimento que também fazem parte da cpt, que também tinha um trabalho prestado na caritas, então havia essas parcerias.

TEONILSON- O movimento participa ou já participou de algum espaço de construção de políticas públicas? Se sim, como foi a experiência?

NIVIA- ô como eu havia te dito, ne, no início havia o estudo da Constituição e automaticamente a gente cobrava, ne, do Poder público municipal a responsabilidade dele para com a construção das políticas públicas nas cidades, então, nos cobrávamos ne, por exemplo, lá em Arari, tinha uma luta muito grande pela questão da água, ne, que sempre havia um grande período, ne, o período do verão que praticamente as pessoas tinham que cavar buracos pra pegar água porque a água não era

tratada e aí nos descobrimos naquela época em Arari que foram mais de 4 milhões, ne, só num espaço de tempo, ne, de verbas que vinham pra resolver o problema da água de Arari e nunca era resolvido então, nos cobra..., começamos a cobrar a questão da água, depois a gente cobrava o direito dos professores, a gente fez também uma parceria lá com o sindicato dos servidores públicos municipais e cobrávamos também os direitos dos professores, dos servidores, salários atrasados, é... reclamamos também pela uma cobrança que a gente fez lá no movimento, foi pelo matadouro, ne, por escolas, por obras inacabadas, então fora os outros que envolve esse rol de questão de políticas públicas que sempre foram desrespeitadas, ne, aqui no estado do maranhão.

TEONILSON- o movimento possui relação com organismos governamentais, se sim, quais organismos e como se constrói essa relação?

NIVIA- bom! Essa relação com organismos governamentais sempre foi de cobrança e de fiscalização. Nos sempre nos relacionamos com os poderes públicos, cobrando a efetivação da garantia dos direitos.

TEONILSON- Quais as diretrizes e objetivos do movimento?

NIVIA- Como o movimento ele surge aqui maranhão dentro de num contexto de 40 anos de oligarquia da família Sarney, de uma corrupção alarmante e absurda, num estado que era Record em analfabetismo, prostituição, trabalho escravo, ne, os piores índices que você pode imaginar aqui no estado do maranhão a gente tinha, tanto é que nós somos considerados o estado mais pobre da nação, quando eu comecei a entrevista eu te disse que era uma coisa que sempre nos abismava, ne, porque um estado tão rico e um povo tão pobre. Um estado com uma capacidade imensa com um conjunto de intelectuais ne, que historicamente deixaram uma grande marca, uma grande contribuição pra cultura brasileira e a gente com um povo analfabeto, ne, que não dá pra entender. Então, sempre o nosso objetivo foi esse, o objetivo de transformar nossa realidade, foi de libertar o povo, mas não a libertação de cima pra baixo, mas uma libertação com o povo, ne. A gente sempre sentou com o povo, debateu com o povo e construímos juntos, fomos construindo o movimento fomos construindo com o povo esse visando a libertação do próprio povo.

TEONILSON- nesses dez anos de existência do movimento você poderia listar algumas conquistas?

NIVIA- Olha, Teonilson, eu poderia te listar muitas conquistas, ne, são várias, enormes conquistas que nós conseguimos. Eu acho que uma das maiores conquistas foi no primeiro momento abrir os olhos da população porque nós aqui no estado do maranhão estávamos como que cegos antes do movimento, ne. Nós tivemos um momento forte de CEBs, nós tivemos um momento forte de luta sindical, mas nos estávamos como que cegos diante da constituição, da lei orgânica, diante da cobrança dos nossos direitos, diante da, é, do poder que nós podemos ne, de exercer a democracia ne, participativa também. E como nós estávamos totalmente alheios a essa realidade, é... ter alguém que nos despertasse, nos ajudasse a tirar a venda dos olhos foi uma grande conquista de ver isso acontecer em varias cidades, praticamente em todas as regiões do estado isso aconteceu, ne, o povo começou a dizer, é eu posso registrar um BO, ne quer dizer que eu posso cobrar do prefeito, quer dizer que eu posso cobrar do vereador, ne, que era uma coisa que se deveria ter sido aprendido, que deveria ser algo tão banal, tão natural na cabeça das pessoas, e não era, ne, tanto é que até hoje uma das dificuldades do movimento é essa ne, porque há uma resistência muito forte, ainda há um

medo muito forte ne, a pesar de que a gente conseguiu, ne, conseguiu abarrotar as promotorias de onde nós temos um nucleo do movimento, ne, de denúncias, ne, mais ainda assim há um medo na população, ainda assim, há uma perseguição muito grande da população. Mas o fato, esse fato de que você conseguiu fazer o povo descobrir que tem direitos, e fazer o povo buscar e cobrar esses direitos, a ter curiosidade de abrir uma constituição, a ter curiosidade de abrir uma lei orgânica, acompanhar as sessões na câmara, ne, fazer essas cobranças, pra mim é uma grande vitória. Fora as outras vitórias, como a que conseguir que obras inacabadas fossem concluídas, ne, conseguir que estradas fossem feitas, creches fossem feitas, conseguir que a mudança no quadro da alimentação escolar que era só, a maioria das escolas era suco e biscoito, a maioria das escolas do interior era casinhas de barro coberta de palha. As inúmeras denúncias teve uma repercussão. Hoje você tem muitas escolas num nível razoável, ne, bem melhor do que era há dez anos atrás, ne, bem melhor do que era há vinte anos atrás antes do movimento ter realmente um trabalho efetivo aqui no estado do maranhão.

TEONILSON- Existe uma forma especifica de atuar desse movimento?

NIVIA- olha eu acho que aqui nessa tua pergunta é... tem um grande segredo do nosso movimento, do que é específico no movimento, ne, porque o nosso movimento é um movimento diferente dos outros movimentos. Enquanto a maioria dos movimentos sociais eles tem uma via de luta ne, direcionada, nós somos um movimento mais diversificado, nosso movimento ele não luta só, por exemplo, pelo, pela uma inclusão social, ele não só pelos direitos da mulher, pelo direito do negro. O nosso movimento ele luta por todos, ne, nós lutamos pela efetivação dos direitos, e isso no que tange a totalidade dos direitos, isso no que se refere às diferentes camadas da sociedade, ne, querendo dizer no sentido de que nós queremos garantir pra todos o direito que é de todos.

TEONILSON- Quem financia quem sustenta esse movimento?

NIVIA- esse é outro ponto muito forte no nosso movimento, ne, que foi também uma novidade, é... nós somos um movimento auto sustentável. Enquanto a maioria dos movimentos ne, estavam, infelizmente viciados no apadrinhamento ne, estavam agarrados ne, podemos dizer assim, ne, a outros grupos, na maioria das vezes financiados politicamente por empresas, ne, ou por órgãos internacionais. O nosso movimento ele possui uma independência, né, ele não está atrelado a nenhum, não está atrelado a particulares, ne, mais é um grupo livre, independente, é um grupo que se auto sustenta, se auto financia, são os próprios membros, ne, que contribui, que colaboram e isso permite que o movimento possa se locomover dentro desse estado que na verdade pode dizer que é um país, ne, não é só um estado e permite que a gente consiga ne, organizar tantas lutas, tantos estudos, tantas informações sem ter financiamento nenhum de políticos, ou de entidades () é o próprio povo que se financia, né, financia sua própria libertação ...

TEONILSON- no seu entendimento, quais as maiores que enfrenta atualmente os fóruns e redes da cidadania?

NIVIA- Eu acho que aí nesse ponto a gente se assemelha aos outros movimentos sociais, porque não somos só nós que enfrentamos essas dificuldades, a dificuldade dessa perseguição aos movimentos sociais, né, essa... esse boicote que os movimentos sofrem a nível também nacional, as perseguições ne, porque o nosso movimento social ele tem conseguido devolver ne, a palavra, tem

conseguido devolver ao nosso povo a dignidade, ter conseguido devolver ao nosso povo () e isso incomoda demais, isso incomoda a tal ponto que eles nos perseguem, ne, eles fazem de tudo pra desestabilizar ne, em inúmeras cidades onde a gente conseguiu ter um grupo forte, atuante, ne, teve muitas pessoas que foram cooptados pelo poder municipal , teve muitas pessoas que foram assediados, e infelizmente teve algumas pessoas, ne, que se deixaram ne, corromper e traíram o ideal do movimento, traíram o movimento e se tornaram governo e deixaram, abandonaram a luta ne, e passando a ser governo, passaram a também ter praticas corruptas , práticas que nos envergonham q que foram contra essas práticas que () contra essas práticas que o movimento surgiu , e infelizmente a gente conviveu muito com isso no estado e ainda convivemos, ne, pessoas que são cooptadas que traem o movimento , que trai os ideais de luta, por conta da corrupção , por conta do desejo de crescer individualmente, de querer () e perde essa noção de que é essa noção de crescer juntos , de que é transformar essa nossa realidade e poder melhorar a vida de todos e poder conseguir ne, constituir socialmente o bem viver, o bem viver de todos.

TEONILSON- existe um motivo especial que o levou a militar nesse movimento ?

NIVIA- sim. Eu acho que é o resumo de tudo isso que foi colocado aqui ne, então esse sonho de ver transformado a nossa realidade, esse sonho de ver o estado do maranhão ne, que é o nosso chão de luta, como um estado que supera ne, esse atraso econômico, que supera essa realidade de fome, de analfabetismo, de trabalhos escravos. Esse estado que é rico e que deve devolver ao nosso povo a dignidade de viver bem, de se alimentar bem, de poder estudar, de poder ter os seus filhos crescer felizes ne, seria esse sonho ne, de constituir no estado do maranhão a libertação real do nosso povo de ver no estado do maranhão a realidade transformada ne, e o nosso povo voltando a ter vida digna, vida plena ne, como lema desse ano que nós escolhemos pra viver como movimento que é o resumo do nosso sonho ne, que é dar o peixe, ensinar a pescar e lutar para ter os rios de volta. Então nós queremos ver o nosso povo alimentado, nos queremos ver o nosso povo tendo a capacidade de produzir a sua própria () a sua própria libertação, e a gente sonha em ver o nosso povo retomar os meios de produção e retomando os meios de produção conseguirem a tão sonhada liberdade ne, de não precisar mais mendigar, de não precisar mais se sujeitar aos poderes municipais, estaduais, aos políticos , aos coronéis ne, que tanto oprimiram ne, os nossos antepassados e que continuam oprimindo a nossa classe, continua excluindo a nossa gente , continuam tirando da nossa gente o sonho de liberdade. Muito obrigada.